



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Artes e Letras

O Uso dos Pronomes Pessoais Retos e Oblíquos: Um Estudo de Caso com Alunos da 9^a Classe do Complexo Escolar Samora Moisés Machel da Província do Kwanza-Norte/Angola

Domingos Pedro Arsénio

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Estudos Lusófonos
(2^o ciclo de estudos)

Orientadora: Prof.^a Doutora Ana Rita Carrilho
Co-orientador: Prof. Doutor Paulo Osório

Covilhã, Junho de 2018

Dedicatória

À memória de António Arsénio Simão, meu irmão.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, e de modo especial, aos Professores Doutores Ana Rita Carrilho e Paulo Osório, meus orientadores, pela orientação, pois, foi graças aos seus ensinamentos, empenho, paciência, incentivo e, principalmente, exigência que me fizeram acreditar que fosse possível concluir esta dissertação.

Não deixo também de agradecer à Direção do Complexo Escolar Samora Moisés Machel, por me cederem o espaço para a realização da pesquisa: aos professores de língua Portuguesa e aos alunos, em particular, por terem respondido ao questionário.

À Maria Tona e a todos os colegas do curso de *Estudos Lusófonos*, agradeço o convívio e a força em todo este percurso, sendo este agradecimento igualmente endereçado aos docentes da parte curricular do Mestrado, nomeadamente à Diretora de Curso, Professora Doutora Cristina Vieira.

Agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, deram o seu apoio, especialmente, os jovens, Calunga, Ngola, Flondório Rocha, Quantrilhano, João da Cruz e os meus colegas da Escola Superior Pedagógica do Kwanza-Norte, que não pouparam esforços para o êxito desta pesquisa.

Por fim, agradeço, igualmente, de forma calorosa, à minha família, António Quipipa (*in memoriam*) e Domingas Arsénio, meus pais, Stela, Manavó e a Quininha, meu porto seguro, meus filhos, sobrinhos e sobrinhas, sem esquecer, todavia, o meu amigo e cunhado Bartolomeu Quipipa, por me ter dado encorajamento nas horas mais difíceis.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo dar um contributo para a compreensão das normas que regulam o uso dos pronomes pessoais, retos e oblíquos, pelos alunos da 9ª Classe do Complexo Escolar Samora Moisés Machel, em Ndalatando. A pesquisa realizada indica que as dificuldades dos alunos residem, principalmente, no desconhecimento dos pronomes e das regras de colocação impostas pela gramática tradicional do português europeu, uma situação motivada pelas interferências do kimbundu, língua materna dos progenitores e que desarticula os princípios do padrão linguístico do português europeu, adotado pelo Estado angolano como língua de ensino e de todas as relações institucionais. Estas situações decorrem de vários fatores e estes, por sua vez, constituem os indicadores menos favoráveis para o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa na referida instituição. Os desvios que ocorrem na língua não são benéficos, tendo em conta os desafios que a sociedade impõe, uma vez que não se acredita que o aluno na 9ª Classe não tenha domínio das regras da língua que utiliza como instrumento de comunicação e de aprendizagem. Assim, em termos de estrutura, o trabalho contém uma introdução, três capítulos e uma conclusão.

A introdução apresenta o tema, a questão de investigação, os objetivos, a hipótese e a metodologia. O primeiro capítulo centra-se, principalmente, na revisão da literatura que dá as informações sobre os pronomes, tipo de pronomes e como se classificam, fazendo uma incursão nas obras dos autores que tratam deste assunto, de forma detalhada, bem como as várias formas de colocação dos mesmos no português europeu, as funções que exercem na frase, as formas especiais dos clíticos, em situação de próclise, ênclise e mesóclise aquando do seu uso.

O segundo capítulo faz uma abordagem sobre os fatores associados aos desvios no uso dos pronomes retos e oblíquos, provindo do contacto entre o português e o kimbundu. Faz, também, uma breve resenha da apresentação dos pronomes retos e oblíquos em kimbundu, como são designados e, conseqüentemente, apresenta a estrutura sintática do kimbundu, com várias frases que justificam o emprego dos pronomes. Faz, ainda, uma descrição da localização geográfica do Cuanza Norte, seus municípios e suas respetivas línguas nativas, bem como alguns relatos da origem do kimbundu e a maneira coerciva que a população era submetida a aprender o português, resultando numa amálgama com as línguas nativas dos falantes. O terceiro capítulo, para além de tratar dos aspetos metodológicos (população, amostra, caracterização da instituição em que foi realizada a pesquisa), também apresenta a análise dos resultados, de modo a afirmar ou infirmar a hipótese e, finalmente, apresenta-se a conclusão do trabalho.

Palavras-chave: Ensino, Interferências, Normas, Pronomes retos, Pronomes oblíquos.

Abstract

The purpose of this work is to contribute on the understanding of the norms that regulate the use of personal, straight and oblique pronouns, by the students of 9th grade of Samora Moisés Machel Student's Complex of Ndalatando Town. The research which has been carried out indicates that the students' difficulties are mainly due to the lack of knowledge of the pronouns and the rules of placement imposed by the traditional grammar of European Portuguese, a situation motivated by the interference of the Kimbundu, the mother tongue of the parents and that disarticulate the principles of the linguistic standard of European Portuguese, adopted by the Angolan State as the language of education and of all institutional relations. These situations arise from several factors and these, in turn, are the least favorable indicators for the teaching and learning of Portuguese in the institution. The deviations that occur in the language are not beneficial, taking into account the challenges that society imposes, since it is not believed that the student in the 9th grade does not have mastery of the rules of the language that he uses as an instrument of communication and learning. Thus, in terms of structure, the paper contains an introduction, three chapters and a conclusion.

The introduction presents the theme, the research question, the objectives, the hypothesis and the methodology. The first chapter focuses mainly on the literature review which gives information on pronouns, type of pronouns and how they are classified, making a foray into the works of the authors who deal with this subject in detail, as well as the various forms of their placement in European Portuguese, the functions they perform in the phrase, the special forms of the clitics, in a situation of proclisis, enclise and mesóclise in its use.

The second chapter deals with the factors associated with deviations in the use of straight and oblique pronouns, coming from the contact between Portuguese and Kimbundu. It also makes a brief review of the presentation of straight and oblique pronouns in Kimbundu, as they are designated and, consequently, presents the syntactic structure of Kimbundu, with several phrases that justify the use of pronouns. It also provides a description of the geographical location of Cuanza Norte, its municipalities and their respective native languages, as well as some reports of the origin of Kimbundu and the coercive way in which the population was subjected to learning Portuguese, resulting in the amalgamation (miscegenation) of languages native speakers. The third chapter, besides addressing the methodological aspects (population, sample, characterization of the institution in which the research was carried out), also presents the analysis of the results, in order to affirm or to refute the hypothesis and, finally, the conclusion of the work.

Key words: Teaching, Interferences, Norms, Straight Pronouns, Oblique Pronouns.

Índice

Dedicatória	i
Agradecimentos.....	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice	v
Índice de Quadros	vi
Índice de tabelas	vii
Introdução	1
CAPÍTULO I - A classe dos pronomes: pronomes retos e oblíquos	5
1.1 - Revisão da literatura	6
1.2 - Classe dos pronomes	8
1.3 - Caracterização dos pronomes	11
1.4 - Formas especiais do pronome oblíquo	14
1.5 - Colocação dos pronomes pessoais retos e oblíquos	18
1.6 - O pronome e o objeto direto e indireto	25
CAPÍTULO II - Fatores associados aos desvios no uso dos pronomes retos e oblíquos	28
2.1 - Ocorrências linguísticas entre o Português e o kimbundu	31
2.2 - Caracterização do kimbundu	40
2.3 - Estrutura do kimbundu	46
2.4 - Influência do kimbundu	53
CAPÍTULO III - Estudo de caso	57
3.1 - Métodos e Técnica de recolha de dados	59
3.2 - Tipo de pesquisa	61
3.3 - Instrumento de recolha de dados: o questionário sociolinguístico	61
3.4 - Caracterização do Complexo Escolar	63
3.5 - População	64
3.6 - Amostra.....	65
3.7 - Resultados e discussão	66
Conclusão	117

Referências bibliográficas	119
Anexos	124
Anexo I - Questionário sociolinguístico	125
Anexo II - Codificação das questões do questionário.....	128

Índice de quadros

Quadro 1- Pronomes	9
Quadro 2 - Pronomes pessoais retos e oblíquos	13
Quadro 3 - Pronomes oblíquos átonos	13
Quadro 4 - Pronomes oblíquos tónicos	14
Quadro 5 - Pronomes pessoais retos e oblíquos	44
Quadro 6 - Sinóptico dos pronomes infixos pessoais	52
Quadro 7 - Sobre a relação ou unificação dos pronomes	52

Índice de tabelas

Tabela 8 - Amostra	65
Tabela 9 - Resposta dos inquiridos sobre as línguas angolanas que falam ou entendem	67
Tabela 10 - Resposta dos inquiridos sobre se falam português.....	68
Tabela 11 - Resposta dos inquiridos sobre a língua que usa em casa	69
Tabela 12 - Resposta dos inquiridos sobre com quem e como aprendeu a língua	70
Tabela 13 - Resposta dos inquiridos se tem sido fácil falar em português com a família	71
Tabela 14 - Resposta dos inquiridos se gosta da língua que fala.....	72
Tabela 15 - Observação do teste sobre a sinalização da alternativa correta, em frases com pronomes retos e tónicos precedidos pela preposição “entre”	74
Tabela 16 - Observação do teste sobre a sinalização da alternativa correta, em frases com pronomes retos e tónicos antecidos pela preposição “entre”	76
Tabela 17 - Observação do teste sobre a sinalização da alternativa correta do clítico “te” em frases iniciadas por atractor proclítico “que”	77
Tabela 18 - Observação do teste sobre a sinalização da alternativa correta, em locuções verbais. .	78
Tabela 19 - Observação do teste sobre a sinalização da alternativa correta, em frases com palavras negativas.....	80
Tabela 20 - Observação do teste sobre a sinalização da alternativa correta, em orações subordinadas	81
Tabela 21 - Observação do teste sobre a sinalização da alternativa correta, em orações com pronomes retos e tónicos precedidos por preposição.....	82
Tabela 22 - Observação do teste sobre a sinalização da alternativa correta, nas orações com pronomes ou advérbios interrogativos.....	84
Tabela 23 - Observação do teste sobre a sinalização da alternativa correta, nas orações com pronomes retos e tónicos precedidos pela preposição “para”	85
Tabela 24 - Observação do teste sobre a sinalização da alternativa correta, usando pronomes reto e tónico precedido de uma preposição seguido do verbo no infinitivo.	87
Tabela 25 - Observação do teste sobre a colocação adequada do clítico “me” na frase afirmativa.....	88
Tabela 26 - Observação do teste sobre a colocação adequada do clítico “me” com verbos preposicionados	90

Tabela 27 - Observação do teste sobre a colocação adequada do clítico “te” em frases negativas.....	91
Tabela 28 - Observação do teste sobre a colocação adequada do clítico “te” em orações iniciadas por preposição.	93
Tabela 29 - Observação do teste sobre a colocação adequada do clítico “nos” em frases negativas.....	95
Tabela 30 - Observação do teste sobre a colocação adequada do clítico “lhe” em frases afirmativas.	96
Tabela 31 - Observação do teste sobre a colocação adequada do clítico “se” em verbos precedidos pela preposição “a”.....	97
Tabela 32 - Observação do teste sobre a colocação adequada do clítico “se” em frases com atrator proclítico.....	99
Tabela 33 - Observação do teste sobre a colocação adequada do clítico “me” em frases com atratores.....	100
Tabela 34 - Observação do teste sobre a colocação adequada dos pronomes tónicos “mim e ti” .	102
Tabela 35 - Observação do teste sobre a pronominalização da frase “Achei as chaves ao passar pela rua”	103
Tabela 36 - Observação do teste sobre a pronominalização da frase “Encontrei as meninas ao passar pela rua”	105
Tabela 37 - Observação do teste sobre a pronominalização da frase “Vi os meninos preocupados”.....	106
Tabela 38 - Observação do teste sobre a pronominalização da frase “Não disseram a verdade”.....	107
Tabela 39 - Observação do teste sobre a pronominalização da frase “Vi o rapaz que saiu cedo”.....	109
Tabela 40 - Observação do teste sobre a pronominalização da frase “Certificamos do facto”	110
Tabela 41 - Observação do teste sobre a pronominalização da frase “Certificamos do facto”	112
Tabela 42 - Observação do teste sobre a pronominalização da frase “Avisei o facto ao chefe” ...	113
Tabela 43 - Observação do teste sobre a pronominalização da frase “Advertiram os senhores das consequências”	115

Introdução

O presente trabalho faz uma abordagem sobre o uso dos pronomes pessoais retos e oblíquos, nomeadamente um estudo de caso com alunos da 9ª Classe do Complexo Escolar Samora Moisés Machel do Município do Cazengo, Província do Kwanza-Norte, doravante Cuanza Norte. O contacto entre o kimbundu (ou quimbundo) e a língua portuguesa surge desde o processo de colonização que Angola sofreu durante os quinhentos anos de domínio português, apesar de ter havido inúmeras restrições que favoreciam o português como língua de maior prestígio. Assim, são bastante notáveis as interferências linguísticas que advêm deste contacto entre os falantes desta região. Neste sentido, a referida investigação apresenta uma descrição da problemática que se verifica no âmbito da colocação dos pronomes.

Deste modo, compreende-se Mingas aquando da sua afirmação de que “a realização da língua portuguesa, em Angola, dá-se numa situação de plurilinguismo (nível nacional) e pluri ou bilinguismo (nível individual)¹”. Neste contexto, a autora aconselha “que todo o trabalho de investigação relativo a esta problemática deve ser orientado a partir e em função desta realidade linguística²”. Foi assim que direccionámos este estudo, de maneira a entendermos melhor as razões que levam os alunos à não obediência das normas no uso dos pronomes no português europeu. Para tal, com base na pesquisa, constatou-se que os alunos da 9ª Classe do Complexo Escolar têm dificuldades em usar corretamente os pronomes pessoais retos e oblíquos, apresentando um entendimento limitado e desfocado sobre o rigor das regras no uso correto da língua. Diante desta realidade, colocou-se a seguinte questão: em que medida a interferência da língua kimbundu e a falta de domínio das regras do português europeu determinam os desvios no uso dos pronomes pessoais retos e oblíquos?

Com base nesta questão, formulámos quatro objetivos, dos quais um geral e três específicos que nos conduzirão durante a elaboração de toda a pesquisa:

1. Objetivo geral
 - Analisar as causas dos desvios no uso dos pronomes pessoais retos e oblíquos pelos alunos da 9ª Classe do Complexo Escolar Samora Moisés Machel.
2. Objetivos específicos
 - Mostrar as normas que regulam o uso correto dos pronomes pessoais retos e oblíquos;
 - Identificar as causas dos desvios no uso dos pronomes pessoais retos e oblíquos;
 - Caracterizar o índice de dificuldades que os alunos apresentam na aprendizagem dos pronomes pessoais retos e oblíquos.

¹ Amélia A. Mingas, *Interferências do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*, Porto: Campo das Letras, 2000, p. 11.

² *Idem*.

Para responder à questão colocada de início, delineou-se a seguinte hipótese de estudo: quanto maior for a influência do kimbundu e o desconhecimento das regras impostas pelo português europeu padrão no uso dos pronomes pessoais retos e oblíquos, maior será a probabilidade do seu uso incorreto.

Esta questão justifica-se pelo facto de a língua ser um instrumento de comunicação que desempenha um papel muito importante na comunidade, apesar de apresentar uma certa heterogeneidade. Eliseu afirma que “tal como todas as outras línguas naturais, o português não é uma entidade homogénea³”, justificando o autor porque “exibe variação a nível lexical, fonética, sintática, etc.⁴”. Na sequência, o autor salienta ainda o facto de que “os parâmetros gramaticais de variação estão associados à distribuição geográfica, social ou temporal da língua⁵”. Exemplifica, deste modo, com a diferença existente entre “o português atual do português do século XVII e o português europeu do brasileiro⁶”. A situação referida pelo autor, julgamos estar associada ao estudo em descrição, uma vez que faz uma abordagem sobre a diferença existente na colocação dos pronomes clíticos entre o português falado em Angola do português europeu. Assim, Nique afirma que “aprender a falar consiste na criança em interiorizar as regras do mecanismo da língua que a rodeia⁷”, embora o autor saliente que “isto não significa que, ao falar, ela utilize sempre de maneira perfeita essas regras⁸”. Mas, para o caso em estudo pressupõe-se que o aluno da 9ª Classe deva conhecer as regras da língua que fala, pois, quem estuda uma língua deve fazê-lo com bastante precisão. Reforça-se a ideia de que a escolha desta temática se deve ao facto de os alunos da 9ª Classe não respeitarem as normas do português padrão, usando quer na oralidade quer na escrita, de acordo com a pesquisa, expressões do tipo, *me dá, lhe liga, se fala*; ao invés de *dá-me, liga-lhe, fala-se, me encontras amanhã na Escola Samora Moisés Machel, me faça o favor de comprar arroz*; o uso dos pronomes tónicos como sujeito e, conseqüentemente, o uso de pronomes retos da 1ª e 2ª pessoas do singular antecedido de preposição e tantos outros casos, demonstrando desconhecimento das funções que exercem no contexto frásico, por exemplo:

- Comprei este *lindo relógio para mim usar no casamento*. (para eu usar)
- Comprei este lindo relógio para eu. (para mim)
- *Para mim ligar para ela* (Para eu ligar para ela)

Sendo assim, julgamos preferível levar a cabo esta investigação para conhecermos a fundo as questões reais que motivam os desvios, tendo em atenção os mecanismos existentes que nos possam auxiliar para ultrapassar este problema, bem como evitar que o aluno da 9ª

³ André Eliseu, *Sintaxe do Português*, Lisboa: Caminho, 2008, p. 13.

⁴ *Idem*.

⁵ *Idem*.

⁶ *Idem*.

⁷ Christian Nique, *Iniciação Metódica à Gramática Generativa*, Universidade 53, Trad.: Manuel Nóia et al., Lisboa: Dom Quixote, 1977, p. 22.

⁸ *Idem*.

Classe transite para o segundo ciclo do ensino secundário com debilidades no uso dos pronomes.

Deste modo, a atualidade deste tema reside, principalmente, no facto de ser recorrente na língua e, pelo facto, de termos desenvolvido a pesquisa na fase final do ano letivo 2017, supondo-se que a maior parte dos inquiridos, com as suas dificuldades, tenham transitado para o segundo ciclo do ensino secundário. Julgamos também ser um tema bastante sugestivo, porque se acredita que poderá criar muito interesse nos estudantes ou mesmo na comunidade académica da província, no sentido de procurar compreender as razões dos desvios e que instrumento normativo deve ser estudado para facilitar o domínio da estrutura sintática da língua portuguesa, evitando as situações anormais que ocorrem no uso da mesma que afetam a oralidade e a escrita de maneira geral e provocando, deste modo, as situações de agramaticalidade prescrita no capítulo inerente à colocação dos clíticos.

A relevância deste trabalho assume-se pelo facto de a sociedade esperar da parte de quem estuda ou ensina uma língua a exatidão na eloquência e na forma como estrutura as frases na oralidade, embora não seja o caso verificado nestes alunos, porque falam tal e qual escrevem e é a esta situação a que se deveu o estudo, o qual permitiu compreender os factos e contribuir para a criação dos mecanismos necessários para auxiliar os alunos a identificar e corrigir os desvios colocados à norma do português europeu. O português falado em Angola tem muita influência das línguas nativas, mas as normas que regulam o seu funcionamento ainda são baseadas no português europeu, um “paradoxo” que nos permitiu ir a fundo para compreender a problemática levantada e procurar trazer as respostas exatas dos falantes sobre a questão em estudo.

Assim, em termos de estrutura, o trabalho apresenta três capítulos, em que o primeiro capítulo trata dos pronomes em duas perspetivas, uma geral e outra específica, partindo da revisão da literatura que permitiu abordar o tema com base na visão dos vários autores. Fez-se uma descrição da classe dos pronomes representados pelas seis categorias, tais como, pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, interrogativos e indefinidos, apesar de se ter selecionado, especificamente, a classe dos pronomes pessoais que correspondeu ao alvo da pesquisa. Deste modo, informou-se sobre a divisão dos pronomes pessoais, em retos e oblíquos e, por sua vez, falou-se também da divisão dos pronomes oblíquos em átonos e tónicos, em que os tónicos são designados por pronomes fortes por receberem o acento gráfico e os átonos por ser a classe inversa dos tónicos, isto é, os que não têm acento gráfico, obtendo a tonicidade fraca. Na sequência, fez-se a caracterização dos pronomes de forma exaustiva, abordando, sobretudo, as três perspetivas em que são caracterizados, isto é, por denotarem as três pessoas gramaticais, por poderem representar, quando na 3.^a pessoa, uma forma nominal anteriormente expressa e por variarem de forma⁹.

⁹ Celso Cunha e Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 21^a ed., Lisboa: João Sá da Costa, 2014, pp. 354-355.

Assim, de acordo com os preceitos gramaticais, descreveram-se as formas especiais do pronome oblíquo que se caracterizam pela dependência que o clítico tem do elemento que o acolhe, uma vez que se estabelece o formato que o nome toma em conformidade com a terminação verbal. Concretamente, para a colocação dos pronomes, neste subtema apresentaram-se os preceitos que norteiam o emprego no português europeu, bem como os fenómenos que ocorrem no uso. Por último, fez-se também uma abordagem sobre o pronome e o objeto direto e indireto, tendo em conta as funções que exercem na frase, tratando de sujeito, complemento direto ou indireto, respetivamente.

O segundo capítulo trata dos fatores associados aos desvios no uso dos pronomes retos e oblíquos e, neste contexto, desenvolveu-se, de forma sequencial, os vários aspetos que são promotores de interferências no português, falando-se do mosaico linguístico da província, localização geográfica, população e divisão administrativa. No que toca às ocorrências linguísticas entre o português e o kimbundu, tratou-se para além da situação de escolarização da população, também do contacto entre as línguas bantu que convivem com a língua portuguesa no Cuanza Norte. Deste modo, abordou-se, igualmente, da caracterização do kimbundu, mormente a origem, o povo que a fala, bem como a apresentação de quadros/sínteses da colocação dos infixos em kimbundu relativamente ao português, para facilitar a compreensão dos fenómenos que ocorrem no deslocamento dos pronomes oblíquos no português falado e, igualmente, apresentou-se a estrutura sintática do kimbundu, de modo a esclarecer os fatores que podem estar na forja dos desvios que ocorrem no português e, conseqüentemente, a influência do kimbundu como língua primeira da maioria da população.

O terceiro capítulo trata do estudo de caso propriamente dito e faz uma abordagem de índole qualitativa e quantitativa, onde são expostos os critérios de seleção dos métodos e da técnica de análise, isto é, dos procedimentos metodológicos levados a cabo para a satisfação das ideias principais que encabeçaram a temática, sobretudo, naquilo que diz respeito aos desvios no uso dos pronomes. Assim, para esta pesquisa trabalhou-se com os métodos de nível teórico, o estatístico, o dedutivo e o de nível empírico de forma indireta para a concretização do estudo de caso. A técnica utilizada é o inquérito, por meio de um questionário semiestruturado, que julgamos ter influenciado na escolha de uma pesquisa de natureza descritiva. Neste sentido, a seleção da metodologia foi o guia básico que permitiu cumprir os objetivos propostos que, por sua vez, levou à solução do problema ou comprovação da hipótese. Para este caso, selecionou-se uma população constituída por treze turmas de cinquenta alunos cada que facilitou a concessão de um tipo de amostragem por tipicidade ou intencional. Partiu-se deste grupo num total de noventa alunos para formar a amostra. Por se tratar de um fenómeno de natureza escolar e que tem reflexo na própria sociedade facilitou que se fizesse a caracterização do Complexo Escolar e, conseqüentemente, a realização da análise e discussão dos resultados e, por fim, elaborou-se a conclusão e apresentou-se a respetiva bibliografia.

Capítulo I - A classe dos pronomes: pronomes retos e oblíquos

Uma incursão no estudo sobre *O uso dos pronomes pessoais retos e oblíquos: um estudo de caso com alunos da 9ª Classe* remete-nos imperiosamente para os trabalhos de Ana Maria Martins e Ernestina Carrilho¹⁰, Maria Helena Miguel¹¹, Maria José Ferraz¹², António Afonso Borregana¹³, Celso Cunha e Lindley Cintra¹⁴, Maria Helena Mira Mateus et al¹⁵., Eduardo Buzaglo Paiva Raposo et al¹⁶., Maria Helena Mira Mateus e Esperança Cardeira¹⁷, D'Silva Filho¹⁸, Manuel Quivuna¹⁹, Inês Duarte²⁰, Júlio António (Jujú Kamuxitu)²¹, Amélia A. Mingas²², Héli Chatelain²³, Fong Lai I²⁴, Ermelinda Lúcia Atanásio Mapasse²⁵, Moisés Alves Augusto²⁶, Gessilena Silveira²⁷, Maria do Céu Freitas Gomes da Silva de Jesus²⁸, entre outros.

Sendo assim, começaremos a descrição desta pesquisa com a revisão da literatura mais importante, porque nos permitirá conhecer melhor sobre o que foi tratado e quais as linhas a serem seguidas para a obtenção desse conhecimento dentro de uma cruzada de pensamentos, isto é, para levar o leitor a compreender melhor a nossa abordagem, bem como a estabelecer paradigmas que sejam mais ajustados aos desafios que se impõem na resolução deste problema. Deste modo, a busca das ideias sobre os aspetos tratados podem ser benéficos, para que o investigador consiga alargar os seus horizontes com o objetivo de

¹⁰ Ana Maria Martins e Ernestina Carrilho, *Manual de Linguística Portuguesa*, Berlin: De Gruyter, 2016.

¹¹ Maria Helena Miguel, *Dinâmica da Pronominalização no Português de Luanda*, Luanda: Nzila, 2003.

¹² Maria José Ferraz, *Ensino da Língua Materna*, Lisboa: Caminho, 2006.

¹³ António Afonso Borregana, *Gramática de Língua Portuguesa*, Luanda: Texto Editoras, 2012.

¹⁴ Celso Cunha e Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa: João Sá da Costa, 2014.

¹⁵ Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da Língua Portuguesa*, 6ª ed. Lisboa: Ed. Caminho S.A., 2003.

¹⁶ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo et al., *Gramática do Português*, Vol. 1 e 2, Lisboa: Ed. F. C. Gulbenkian, 2013.

¹⁷ Maria Helena Mira Mateus e Esperança Cardeira, *Norma e Variação*, Lisboa: Ed. Caminho S.A., 2007.

¹⁸ D'Silva Filho, *Prontuário Erros Corrigidos de Português*, 4ª ed., Luanda: Texto Editores, 2011.

¹⁹ Manuel Quivuna, *Introdução aos Estudos Linguísticos*, Uíge: ISCED/Uíge, 2008.

²⁰ Inês Duarte, *Língua Portuguesa: Instrumentos de Análise*, Lisboa: Universidade Aberta, 2000.

²¹ Júlio António (Jujú Kamuxitu), *Noções de Gramática da Língua Kimbundu*, Luanda: Edições de Angola, 2011.

²² Amélia A. Mingas, *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*, Porto: Campos das Letras, 2000.

²³ Héli Chatelain, *Gramática Elementar do Kimbundu ou Língua de Angola*, Genebra: Typ. De Charles Schuchardt, 1888/89.

²⁴ Fong Lai I, *Português Europeu e Português de Angola: uma Análise Morfossintática Contrastiva do Clítico "lhe" em "Kalú, as Garinas e o Esquema" de Boaventura Cardoso*, Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de Macau, 2016.

²⁵ Ermelinda Lúcia Atanásio Mapasse, *Clíticos Pronominais em Português de Moçambique*, Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005.

²⁶ Moisés Alves Augusto, *Morfologia Contrastiva entre Português e Kimbundu: Obstáculos e suas Causas na Escrita e no Ensino da Língua Portuguesa entre os kimbundu em Angola*, Tese de Doutoramento em Língua Portuguesa apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

²⁷ Gessilena Silveira, *O Comportamento Sintático dos Clíticos no Português Brasileiro*, Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

²⁸ Maria do Céu Freitas Gomes da Silva de Jesus, *Estudo de Caso: o Uso da Língua Portuguesa por Jovens providos de outros Países nos Domínios Privado, Público e Educativo*, Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Aberta, 2012.

conseguir estabelecer relações com as teorias defendidas à volta da temática, a fim de atingir, de maneira satisfatória, os anseios daqueles consulentes ávidos por encontrar algum elemento que lhes seja útil na consulta do material.

Para tal, e como já foi referido, a pesquisa terá como base as obras dos autores ora citados pela dimensão tão abrangente com que tratam dos aspetos que julgamos necessários. Para fazer com que a temática em estudo congregue os pontos de vista mais relevantes para o esclarecimento daquelas situações mais candentes dos fenómenos que ocorrem na língua, justificando-se, desse modo, a variedade de obras selecionadas com o objetivo de suportar ou responder às linhas estabelecidas pela investigação. Neste caso, cada autor traz na sua obra um ponto que nem sempre converge com aquilo que constitui o foco do estudo, mas é com base nisso que se retira uma ilação sobre as temáticas, a fim de permitir que se emita um certo juízo que possa ser útil ao tema, porque se deve aproveitar cada elemento na sua especificidade para fazer um enquadramento real do assunto. Apesar de tudo, teremos a necessidade de recorrer a outros materiais, a fim de encontrar outros recursos que sirvam de guia para poder esclarecer os elementos mais complexos da investigação. No entanto, é deste modo que julgamos oportuno colocar à disposição do leitor algumas ferramentas necessárias para poder compreender o que se entende por pronomes, pronomes pessoais nos casos retos e oblíquos (átonos e tónicos), sem deixar de parte, sobretudo, a etimologia do termo pronome reto e oblíquo, pelo facto de apresentarem para os leitores vários constrangimentos pela diversidade terminológica colocada à sua disposição.

Como é óbvio, levamos ao entendimento, neste trabalho, de definições básicas dos elementos em causa para poder desmitificá-los, tendo em conta a complexidade que estes apresentam, pois é sempre importante esclarecer os factos mais complexos, no sentido de evitar determinados equívocos e encontrar dessa maneira o denominador para tornar possível e acessível a compreensão dos elementos mais desprovidos de clareza que possam aparecer durante e após a leitura, ou seja, levar o leitor consciente de que deve, em primeira instância, conceptualizar os elementos para melhor buscar a compreensão, apreensão ou retenção das teorias inerentes aos constituintes linguísticos, para evitar as controvérsias na leitura do processo que segue a pesquisa. Assim, foi-nos interessante primar pela seleção daquelas situações que reúnem consenso entre os pontos de vista de vários gramáticos e outros investigadores no que diz respeito à problemática sobre a complexidade que os pronomes pessoais retos e oblíquos encerram.

1.1 - Revisão da literatura

Etimologicamente, o termo pronome deriva do latim “*pronomen*” que significa (“*pro*”= na vez de, e “*nomen*”= nome), logo pronome é a palavra que se emprega em vez de um nome²⁹, ou pronome pode ser a palavra que é usada anaforicamente, substitui ou

²⁹ Cf. *Dicionário Integral da Língua Portuguesa*, Lisboa: Texto Editora, 2009, p. 1340.

remete para o nome, adjetivo, sintagma, frase empregados no mesmo enunciado ou em enunciados anteriores³⁰.

O pronome também pode ser uma classe de palavra variável, por vezes, em género e número, ou pessoa, género e número, ou ainda, em caso³¹, que serve para substituir as pessoas que são três: a primeira, a que fala (eu e nós), a segunda, com quem se fala (tu e vós) e a terceira de quem se fala (ele, ela, eles e elas)³². Consequentemente, pronome pode ser uma palavra que representa um nome, um termo usado com a função de um nome, um adjetivo ou toda uma oração que a segue ou a antecede; tipo de sintagma nominal que não possui interpretação referencial própria, recebendo-a da situação ou de um outro sintagma nominal³³.

Na visão de Marques:

O termo pronome é utilizado aqui por ser o mais conveniente para designar determinada categoria gramatical. Aliás, como veremos uma análise sociolinguística mostra que a questão do pronome é muito mais complexa do que o admite a literatura linguística tradicional³⁴. [...] em muitos estudos gramaticais, os pronomes são encarados como substitutos do nome. Ora esta afirmação é sobretudo válida no que respeita à forma pronominal da terceira pessoa: ele (-a), eles (-as). No caso da segunda, ou de formas de cortesia que obrigam à terceira pessoa do verbo, os pronomes não podem ser encarados apenas como substitutos, isto, numa perspetiva sociolinguística, até porque a sua ocorrência e distribuição se encontra limitada pelo sistema de relações entre os participantes. Serão estas que determinarão as relações discursivas, que obrigarão até a pronominalizar sintagmas nominais sujeitos de frase [...]³⁵.

O conceito de pronomes pessoais varia de gramática para gramática, ou seja, de autor para autor, por exemplo, na *Gramática do Português Moderno*, os pronomes pessoais são aqueles que indicam as pessoas referenciadas na fala, bem como o número gramatical³⁶. Mas, na *Gramática do Português*, os pronomes pessoais são expressões nominais que não têm conteúdo referencial inerente, ou seja, não têm autonomia referencial. A sua referência estará sempre dependente da situação de enunciação ou do contexto linguístico ou discursivo³⁷. Este facto é importantíssimo referir/destacar, porque ajudará o leitor a situar-se na matéria e a estabelecer uma certa relação entre os conceitos, porque se por um lado ele apreende que é o elemento que indica a pessoa do discurso, por outro lado, saberá que é o predicado que atribui conteúdo referencial ao pronome pessoal.

³⁰ Cf. Academias de Ciências de Lisboa, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Vol. II G-Z, Lisboa: Verbo, 2001, p. 2980.

³¹ Cf. Helga Ribeiro et al., *Gramática Moderna da Língua Portuguesa*, Lisboa: Escolar Editora, 2010, p. 203.

³² Cf. António Houaiss et al., *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*, Lisboa: Círculos de Leitores, 2003, p. 2994.

³³ *Idem*.

³⁴ Cf. Maria Emília Ricardo Marques, *Sociolinguística*, Lisboa: Universidade Aberta, 1995, p. 162.

³⁵ Cf. Maria Emília Ricardo Marques, *idem*, p. 162.

³⁶ Cf. José Manuel de Castro Pinto e Maria do Céu Vieira Lopes, *Gramática do Português Moderno*, 14^a ed, Lisboa: Plátano Editora, 2014, p. 139.

³⁷ Cf. Eduardo Buzaglo Paiva Raposo et al., *Gramática do Português*, Vol. 1, Lisboa: Ed. F. C. Gulbenkian, 2013, p. 2193.

As expressões “Pronome oblíquo” e “Pronome reto” são originárias do latim (casus obliquus e casus retus). Elas eram usadas para classificar as palavras de acordo com a função sintática. Como sujeito era o caso reto e como complemento era o caso oblíquo³⁸. Na *Gramática Tradicional*, o pronome oblíquo pode ser considerado qualquer forma do pronome pessoal à exceção do que desempenha a função de sujeito³⁹. Assim, o pronome oblíquo subdivide-se por átono que seria a sílaba que não tem acento tónico; “sem som; enfraquecido, debilitado”. Considera-se átono: “junto do verbo, clíticos, sem sílaba tónica⁴⁰. E pronome pessoal tónico: “com sílaba tónica, podendo estar afastado do verbo⁴¹”. Existem ainda muitos gramáticos que consideram, para além dos complementos diretos e indiretos, também o complemento oblíquo⁴².

1.2 - Classe dos pronomes

De acordo com a definição apresentada no ponto anterior, “pronome é a palavra que se emprega em vez de um nome”, trata-se de um conceito básico e acessível para a compreensão dos factos, mas ao qual alguns autores acrescentam que não só o pronome substitui o nome como também pode ser colocado para evitar repetições. Bosque e Demonte⁴³ vão mais além ao considerarem que “a lo largo de toda la tradición gramatical, el pronombre ha sido una de las categorías que más polémica ha suscitado en cuanto a su definición y adscripción a una determinada clase⁴⁴”. Os pronomes, de um modo geral, classificam-se em seis categorias que passaremos a descrever com base em Cunha e Cintra⁴⁵. Observe-se o quadro síntese:

³⁸Cf. *Dicionário da Língua Portuguesa*, *op. cit.*, p. 2633.

³⁹ *Idem*, p. 2980.

⁴⁰Cf. D’Silva Filho, *Prontuário Erros Corrigidos de Português*, 4ª ed., Luanda: Texto Editores, 2011, p. 156.

⁴¹ *Idem*.

⁴² Maria Helena Mira Mateus *et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*, 6ª ed., Lisboa: Ed. Caminho S.A, 2003, p. 294.

⁴³«[...] por lo que se refiere a quienes defienden la existencia del pronombre como categoría independiente, se ha hablado de ‘sustitución’: el pronombre sería, así, la unidad lingüística que va en lugar del nombre, en general para evitar repeticiones». Cf. Ignacio Bosque y Violeta Demonte, *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Madrid: Ed. Espasa, 1999, p. 1211.

⁴⁴ Cf. Ignacio Bosque y Violeta Demonte, *op. cit.*, p. 1211

⁴⁵ Cf. Celso Cunha e Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 21ª ed. Porto: Ed. João Sá da Costa, LDA. 2014, pp. 352-354.

Quadro 1- Pronomes

NOVA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO	TERMINOLOGIA ATUAL
ARTIGOS: definido (o) indefinido (um)	DETERMINANTES: artigos definido (o) indefinido (um)
PRONOMES (Substantivos): pessoais (eu, me, mim, comigo, tu, te, ti, contigo, ele/ela, o/a, lhe, se, si, consigo, nós, nos, connosco, vós, vos, convosco, eles/elas, os/as, lhes, se, si consigo)	PRONOMES: pessoais (eu, me, mim, comigo, tu, você, te, ti, contigo, ele/ela, o/a, lhe, se, si, consigo, nós, nos, connosco, vós, vocês, vos, convosco, eles/elas, os/as, lhes, se, si consigo)
PRONOMES (Substantivos/adjetivo) possessivos (meu, teu, seu, nosso, vosso, seu)	Determinantes: possessivos (meu, teu, seu, nosso, vosso, seu) Pronomes: possessivos (meu, teu, seu, nosso, vosso, seu)
PRONOMES (Substantivos/adjetivo) demonstrativos (este, esse, aquele, isto, isso, aquilo, o, tal, o mesmo, o próprio, semelhante)	Determinantes: demonstrativos (este, esse, aquele,) Pronomes: demonstrativos (este, esse, aquele isto, isso, aquilo, o)
PRONOMES (Substantivos/adjetivo) relativos (o qual, cujo, quanto, que, quem, onde)	Determinantes: relativo (cujo) Quantificadores: relativo (quanto) Pronomes: relativos (o qual, que, quem) Advérbios: relativos (onde)
PRONOMES (Substantivos/adjetivo) interrogativo (que, quem, qual, quanto)	Determinantes: interrogativo (que, qual) Quantificadores: relativo (quanto) Pronomes: interrogativo (o que, o quê, quem, que, qual,)
PRONOMES (Substantivos/adjetivo) indefinidos (alguns, nenhum, todo, outro, muito, pouco, certo, vários, tanto, alguém, ninguém, tudo, outrem, nada, cada, algo)	Determinantes: indefinidos (certo, outro) Quantificadores: universais (todo, ambos, cada, qualquer, nenhum) existenciais (algum, bastante, muito, pouco, tanto, vários) Pronomes: indefinido (alguns, nenhum, todo, outro, muito, pouco, certo, vários, tanto, alguém, ninguém, tudo, outrem, nada, cada, algo)
Numerais: cardinais (um, dois, três, quatro...) multiplicativos (duplo, o dobro, o triplo...) fracionários (metade, meio, terço...)	Quantificadores: cardinais (um, dois, três, quatro...) multiplicativos (o dobro, o triplo...) fracionários (metade)
Numerais: ordinais (primeiro, segundo, terceiro, quarto...)	Adjetivos: numerais (primeiro, segundo, terceiro, quarto...)
Numerais: coletivos (dezena, dúzia, centena, cento, milhares, milheiro, par, lustro, década...)	Nomes: Comuns (dezena, dúzia, centena, cento, milhares, milheiro, par, lustro, década...)

Esta classificação vem confirmar o grau de complexidade que os pronomes apresentam em termos de estudo e Hjelmlev considera que “os pronomes na sua forma elaborada e complexa são comparados com os sinais com que nos cruzamos na floresta ou na estrada: indicam em vez de nomear⁴⁶” e L. Gray afirma que “os pronomes diferem dos nomes em serem essencialmente deícticos. Não designam pessoas, coisas e conceitos ou qualidades, como os nomes, mas sem limitação a uma das categorias de ideias, denotam um indivíduo ou indivíduos específicos de qualquer categoria⁴⁷”. É uma categoria mais genérica e que durante o ciclo de ensino e aprendizagem são bastante confundidos. Por esse motivo, requerem, por parte do estudante, maior atenção e conhecimento profundo para determinar as suas reais funções na oração e situá-los na respetiva classe. Como podemos verificar, os pronomes e os substantivos partilham o mesmo espaço e essa tem sido, na maioria das situações, a questão que mais complicações apresenta quando desejamos fazer um estudo sobre os pronomes nas suas mais variadas categorias. Tal como afirmam Bosque y Demonte:

El pronombre pertenece a la clase del sustantivo, al menos en un sentido: tiene propiedades comunes con los nombres y adjetivos, así como con el artículo, categorías estas que conforman la expansión máxima canónica de las expresiones nominales. El pronombre personal desempeña, de hecho, las mismas funciones sintácticas que el sustantivo (que los sintagmas nominales). Se distingue del nombre común en que este posee rasgos semánticos inherentes, de modo que se le puede atribuir un significado léxico constante. Ese significado, por otro lado, puede ser restringido mediante complementos de distinto tipo, que constriñen su denotación (la mesa redonda). Una propiedad fundamental del pronombre es, por el contrario, la de carecer de contenido semántico: se trata de elementos ‘vacíos’ que adquieren significado de modo ocasional, dependiendo de las circunstancias del discurso⁴⁸.

Contudo, é bastante consensual entre os gramáticos que os pronomes desempenham na frase várias funções equivalentes às exercidas pelos elementos nominais e, ao mesmo tempo, eles nunca precedem os nomes⁴⁹.

É de realçar que, neste subcapítulo, daremos mais destaque à classe dos pronomes pessoais por ser o alvo da nossa pesquisa e por representar na língua o setor que mais influências e desvios sofre no português falado em alguns PALOP, com peculiaridades em Angola. Apesar do maior grau de complexidade que eles apresentam ao estudá-los, procuraremos fazer uma descrição mais aprofundada para que possamos criar as linhas que nos levarão a encontrar os recursos mais acessíveis daquilo que se possa compreender sobre os pronomes pessoais, a sua divisão e as suas funções. É com base nesse pressuposto, que apresentaremos de forma organizada os vários pontos de vista de vários gramáticos sobre o uso dos pronomes, para facilitar a identificação das supostas incongruências que os falantes

⁴⁶Hjelmlev, 1937, 51-52 *apud* J. Mattoso Camara Jr., *Princípios de Linguística Geral*, 7ª ed., RJ: Padrão, 1989, p. 154.

⁴⁷L. Gray, 1939, 173 *apud* J. Mattoso, *Idem*.

⁴⁸Cf. Ignacio Bosque y Violeta Demonte, *op. cit.*, p. 1211.

⁴⁹Helga Ribeiro *et al.*, *Gramática Moderna da Língua Portuguesa*, Lisboa: Escolar, 2010, p. 203.

da região do Cuanza Norte apresentam na colocação dos pronomes nas mais variadas aceções. Os pronomes pessoais constituem a categoria mais importante pelas razões que passaremos a descrevê-las abaixo e, como já referimos, a nossa atenção será redobrada no sentido de estabelecer os pontos que contrastam entre o português europeu e o português de Angola.

1.3 - Caracterização dos pronomes

Os pronomes pessoais podem ser distinguidos pela função que desempenham na oração, podendo ser retos (sujeito) e oblíquos (complemento direto, complemento indireto, complemento circunstancial ou agente da passiva) e pela acentuação (átono e tónico)⁵⁰. Sendo assim, existem várias formas de se descrever os pronomes pessoais. Poderíamos a partir daqui apresentar perspectivas de vários autores que também abordam essa temática. Assim, Cunha e Cintra referem que os pronomes pessoais podem caracterizar-se em três perspectivas⁵¹:

- I. Por denotarem as três pessoas gramaticais, isto é, por terem a capacidade de indicar no discurso:
 - a) Quem fala...1ª Pessoa: eu (singular), nós (plural)
 - b) Com quem se fala...2ª Pessoa: tu, você (singular), vós, vocês (plural)
 - c) De quem se fala.....3ª Pessoa: ele, ela (singular) eles, elas (plural)
- II. Por poderem representar, quando na 3.ª pessoa, uma forma nominal anteriormente expressa.

Exemplo:

- a) O António e o Jody são irmãos.
- b) Eles são irmãos.
- c) Levantaram Dona Rosário⁵².
- d) Levantaram-na.

- III. Por variarem de forma, segundo:
 - a) a função que desempenham na oração;
 - b) acentuação que nela recebem.

Sendo um pronome reto ou oblíquo trazem consigo as características próprias dessa classe gramatical, ou seja, é uma palavra que pode: substituir um nome como se verifica no caso IIb em que o pronome reto faz uma substituição dos nomes que constituem a frase do exemplo IIa. Independentemente destas circunstâncias, eles também podem determinar a pessoa do discurso.

Na realidade, segundo Rio-Torto “os pronomes pessoais, distinguem-se as diferentes configurações que estes adquirem (pronomes retos e oblíquo, tónicos e átonos) e a variação

⁵⁰ Edite Estrela *et al.*, *Saber Escrever Saber Falar: Um Guia Completo para Usar Corretamente a Língua Portuguesa em Conformidade com o Novo Acordo Ortográfico*, 12ª ed., Lisboa: D. Quixote, 2013, p. 100.

⁵¹ Cf. Celso Cunha e Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 21ª ed., Lisboa: João Sá da Costa, 2014, pp. 354, 355.

⁵² *Idem.*

que os afeta⁵³”. Deste modo, Cunha e Cintra atestam que, “essa variação na forma do pronome indica tão somente a função diversa que eles desempenham na oração⁵⁴” onde “o pronome reto funciona como sujeito da oração; o pronome oblíquo (átono e tónico) empregam-se fundamentalmente como complementos direto e indireto verbal da oração⁵⁵”.

Exemplo:

- a) Ela comprou chapéus;
- b) Leve-me a casa;
- c) Houve um momento entre nós.

De acordo com Cunha e Cintra, os pronomes pessoais sofrem variação em caso que as designam como forma nominativa, com função sintática de sujeito: eu, tu/você, ele/ela, nós, vós/vocês, eles/elas; forma acusativa, função sintática de complemento direto: me, te, o/a, se, nos, vos, os/as, se; forma dativa, função sintática de complemento indireto: me, te, lhe, se, nos, vos, lhes, se; e, por último, a forma oblíqua, dependente da preposição: mim, ti, -, si, -, -, -, si. Como se constata, no caso oblíquo existem apenas as formas da 1ª e da 2ª pessoas do singular e a do pronome “se”. Após preposição, utilizam-se as formas nominativas nas restantes pessoas⁵⁶.

É notório verificar nas formas acusativa e dativa dos pronomes a combinação nas contrações mo, ma, mos, mas oriundas da adição entre as formas (me + o, a, os, as), to, ta, tos, tas, (te + o, a, os, as) e lho, lha, lhos, lhas (lhe ou lhes + o, a, os, as). Um fenómeno que os gramáticos designam por apócope do pronome dativo nas 1ª e 2ª pessoas do plural, associada ao pronome acusativo por meio de hífen as formas no-lo, no-la, no-los, no-las, vo-lo, vo-la, vo-los, vo-las⁵⁷. Consequentemente, quanto à acentuação, os autores afirmam que os pronomes nos casos nominativos e oblíquos são tónicos; nos casos acusativos e dativos são átonos. Dessa forma eles podem ser:

- Nominativos
Exemplo: eu, tu, ele...;
- Pronomes oblíquos átonos
Exemplo: me, te, o, a, lhe, nos, vos, os, as, lhes,...;
- Pronomes oblíquos tónicos
Exemplo: mim, comigo, ti, contigo, nós, connosco, vós, convosco, ele, ela, eles, elas.

⁵³ Graça Maria Rio-Torto, Fonética, *Fonologia e Morfologia do Português*, Lisboa: Colibri, 1998, p. 54.

⁵⁴ Celso Cunha e Lindley Cintra, *Breve Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa: João Sá da Costa, 2006, p. 201.

⁵⁵ *Idem*.

⁵⁶ Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, p. 356.

⁵⁷ *Idem*, p. 356.

Contudo, é importante conhecer algumas particularidades dos pronomes, com referência à caracterização elaborada por Borregana, que se apresenta no quadro 2, sobre a configuração dos pronomes retos e oblíquos⁵⁸, abaixo designados:

Quadro 2 - Pronomes pessoais retos e oblíquos⁵⁹.

		Sujeito	Complemento Direto		Complemento indireto			
					Sem preposição	Com preposição		
Singular	1.ª Pessoa	eu	me		me	mim		
	2.ª Pessoa	tu	me		te	ti		
	3.ª Pessoa	masculino	ele	o	se	lhe	ele	si
		feminino	ela	a			ela	
Plural	1.ª Pessoa	nós	nos		nos	nós		
	2.ª Pessoa	vós	vos		vos	vós		
	3.ª Pessoa	masculino	eles	os	se	lhes	eles	se
		feminino	elas	as			elas	

Pronomes oblíquos átonos são aqueles cuja acentuação tónica é fraca. Eles apresentam flexão de número, género e pessoa, sendo essa última a principal flexão, porque marca a pessoa do discurso. Dessa forma, os pronomes oblíquos átonos são apresentados de acordo com o quadro abaixo designado:

Quadro 3 - Pronomes oblíquos átonos⁶⁰.

		Pronomes pessoais retos	Pronomes pessoais oblíquos átonos
		Singular	1.ª Pessoa 2.ª Pessoa 3.ª Pessoa
Plural	1.ª Pessoa 2.ª Pessoa 3.ª Pessoa	nós vós eles elas	nos, vos, os, as, lhes

O termo oblíquo nem sempre representa apenas a substituição dos complementos direto e indireto, mas também dos complementos das preposições, de acordo com a referência nº 7 da *Gramática do Português* onde se lê:

Nas gramáticas gregas e latinas, e nas de inspiração clássica em geral, a noção de “caso oblíquo” é diferente daquela que se usa aqui e noutras gramáticas contemporâneas. Na gramática clássica, opunha-se o caso nominativo, a que se chamava o “caso reto” - próprio dos nomes e pronomes com a função de sujeito - a todos os outros casos (acusativo, dativo, ablativo e genitivo), os quais recebiam o nome geral de “casos oblíquos”. Modernamente, o termo gramatical “oblíquo” usa-se com dois sentidos diferentes (embora relacionados), um morfológico e o outro sintático, ambos adotados nesta gramática. Na aceção morfológica, o termo designa a forma

⁵⁸ Cf. António Afonso Borregana, *Gramática de Língua Portuguesa*, Luanda: Texto Editora, 2012, p. 150.

⁵⁹ *Idem*, p.150.

⁶⁰ *Idem*.

casual particular que os pronomes tomam quando têm a função de complemento de uma preposição [...]”⁶¹.

Com base no exposto, afirmamos que os pronomes oblíquos tónicos, para além de serem aqueles cuja acentuação tónica é forte, também podem ser aqueles que em termos de uso e em todas aceções são sempre precedidas por uma preposição e esta é a característica que os diferenciam dos pronomes oblíquos átonos. Os pronomes oblíquos tónicos apresentam flexão de número, género (apenas na 3ª pessoa) e pessoa, sendo essa última a principal flexão, porque marca a pessoa do discurso. Segundo os autores citados até agora, o quadro dos pronomes oblíquos tónicos é assim apresentado:

Quadro 4 - Pronomes oblíquos tónicos⁶².

		Pronomes pessoais retos	Pronomes pessoais oblíquos tónicos
Singular	1.ª Pessoa	eu	mim, comigo
	2.ª Pessoa	tu	ti, contigo
	3.ª Pessoa	ele, ela	ele, ela
Plural	1.ª Pessoa	nós):	nós, connosco
	2.ª Pessoa	vós):	vós, convosco
	3.ª Pessoa	eles, elas	eles, elas

Os pronomes oblíquos tónicos, como já referimos, sempre acompanham uma preposição, em geral, as preposições *a*, *para*, *de* e *com*. Por esse motivo, os pronomes tónicos exercem a função de objeto indireto da oração⁶³. Observa-se que as únicas formas próprias do pronome tónico são a primeira pessoa (mim) e segunda pessoa (ti). As demais repetem a forma do pronome pessoal do caso reto. A forma contraída dos pronomes tónicos (comigo, contigo, connosco e convosco) é obrigatória na construção dos pronomes de 1ª e 2ª pessoas do singular e do plural. A terceira pessoa do singular e plural, por possuírem uma forma iniciada por vogal (ele, por exemplo), apresentam-se separadas da preposição "com" (com ele, com elas e etc.)⁶⁴. Os pronomes oblíquos tónicos contraídos (contigo, por exemplo) frequentemente exercem a função de adjunto adverbial de companhia (ex.: “Ele carregava este nome consigo. Ou Eu já te vejo amanhã a colher flores comigo pelos campos⁶⁵”).

1.4 - Formas especiais do pronome oblíquo

É possível afirmar que os pronomes oblíquos apresentam três formas especiais dentro dos padrões funcionais da língua portuguesa e essas formas favorecem-nos a compreensão sem perder de vista as funções que exercem na frase. Deste modo, podemos considerar essas

⁶¹ Cf. Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et al.*, *op. cit.*, p. 904.

⁶² António Afonso Borregana, *op. cit.*, p. 151

⁶³ Maria Helena Miguel, *Dinâmica da Pronominalização no Português de Luanda*, Luanda: Nzila, 2003, p. 40.

⁵¹ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et al.*, *op. cit.*, p. 300.

⁶⁵ Fernando Pessoa, *Poemas Completos de Alberto Caeiro*, 10ª ed., Lisboa: Nova Ática, 1993, p. 90.

formas especiais como a transformação dos elementos complementares, direta ou indireta, conforme a posição que venha a ocupar no contexto frásico de uma aceção. Assim, Filho diz:

o pronome oblíquo, quando exerce a função de objeto direto, adquire formas especiais conforme a posição que ocupa na frase. Isso, porém, só é válido para os pronomes oblíquos de terceira pessoa do singular e do plural⁶⁶.

No entanto, o autor enfatiza que, quando o pronome oblíquo estiver antes do verbo (próclise), as formas utilizadas são os padrões: o, a, os, as e quando o pronome oblíquo estiver depois do verbo (ênclise), as formas do pronome variam de acordo com o verbo que acompanham. Neste contexto, é necessário prestar maior atenção a duas situações básicas que comandam as duas terminações verbais que julgamos representar o maior grau de dificuldade na compreensão deste fenómeno e que pensamos ser a questão mais do que evidente das controvérsias no uso dos pronomes clíticos. Contudo, a norma do português europeu é bastante rígida no sentido do uso da clitização e estabelece parâmetros que não são facilitadores para um falante que vem com a influência de uma língua com estrutura peculiar no que respeita à clitização nas posições proclítica e enclítica, em que muitas vezes toma como padrão a incerteza que remete a ênclise enquanto próclise e a próclise enquanto ênclise e vice-versa. Nota-se um elevado número de registos de desvios quando se trata da colocação proclítica. Neste sentido, o português falado em Angola apresenta esta característica problemática por ter falantes que suportam traços relevantes das línguas bantu, apesar de nos centros urbanos haver falantes não escolarizados que procuram esforçar-se para falar a língua portuguesa com maior grau de dificuldade, principalmente no que diz respeito à utilização dos pronomes.

Concretamente, os gramáticos contemporâneos têm estabelecido várias regras que, em algumas circunstâncias, ajudam a esclarecer as dúvidas e, por outra, também colocam no seio estudantil muitas dúvidas, sobretudo para aqueles países que têm o português como língua oficial, situação que não coloca Angola de fora, uma vez que a falta de estudo sobre esta problemática consubstancia-se num fracasso, principalmente para as instituições escolares que não contribuem positivamente com obras que sirvam como fontes de esclarecimento dessas dúvidas, porque há pouca produção e, concomitantemente, fazem-se poucos investimentos para galvanizar a pesquisa literário-científica. E isto condiciona a realização de estudos para normalizar a língua que constitui um património de todos. Neste sentido, Angola, pelas razões históricas da língua, sempre foi fiel às normas do português europeu e ao registar uma entrada considerável ou massiva de material didático vindo do Brasil coloca-se na balança influências do português desse país, tornando cada vez mais difícil para os estudantes compreender que regras seguir, visto que aquilo que é considerado

⁶⁶ D'Silva Filho, *Prontuário Erros Corrigidos de Português*, 4ª ed., Luanda: Texto Editores, 2011, p. 156.

agramatical no padrão europeu é gramatical no padrão brasileiro. Mas, vários são os gramáticos que dizem, regra geral, que são quatro as terminações verbais que regem o uso⁶⁷:

- I. Verbos terminados em -r, -s ou -z acrescenta-se "-l" antes da forma do pronome (-lo, -la, -los, -las).

Exemplo:

- Todos podiam efetuar o trabalho de forma individual.
 - a) Todos podiam efetuar-o de forma individual.
 - b) Todos podiam efetuá-lo de forma individual.

Com base nessas aceções, podemos dizer que o processo da pronominalização apresenta vários contornos devido à obediência de alguns pressupostos que exige um certo conhecimento da matéria. Todavia, torna-se difícil pelo facto de não haver domínio das regras. Sendo assim, para dar resposta a essa questão é necessário utilizar o processo da apócope que visa a queda do elemento que constitui o infinitivo do verbo e atribuir um hífen seguido do pronome de terceira pessoa “lo” na forma mais canónica. Este facto cabe apenas ao estudante com conhecimento das regras, pois caso contrário optaria para a alínea a) que menos se ajusta às regras estabelecidas, no âmbito da colocação dos pronomes em verbos terminados com as formas não finitas.

II - Verbos terminados em ditongo nasal (-am, -em, -ão e -õe) acrescenta-se "-n" antes da forma do pronome (-no, -na, -nos, -nas).

Exemplo:

- Eles tinham a casa como único património.
 - a) Eles tinham-a como único património.
 - b) Eles tinham-na como único património.

Este é um caso similar com o que acontece na frase anterior, pois a diferença neste campo consiste apenas na adição do pronome clítico “na” na terminação nasal do verbo. Assim, se quiséssemos continuar a exemplificar, verificaríamos que, de acordo com a regra estabelecida, tínhamos pouca probabilidade em cometer qualquer lapso/erro, sobretudo quando se fala de colocação pronominal das formas verbais terminadas em ditongo nasal. Mas também é necessário que o estudante tenha domínio das regras para que se torne simples o processo, pois nem sempre se consegue realizar uma operação linguística se não nos detivermos nos princípios normativos. Assim, verificam-se muitos atropelos nesse sentido por corresponder a um padrão que requer um certo conhecimento profundo da matéria e do acompanhamento de um professor formado na área.

⁶⁷ Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, pp. 357-358.

III- Verbos terminados em vogal ou ditongo oral, emprega-se as formas (o, -a, -os, -as).

Exemplo:

- A Maria viu o livro

a) Viu-o

b) Ela viu-o

IV- Futuro do indicativo e no condicional, ocorre em mesóclise na forma lo, la, los, las.

Exemplo:

- Eu cantaria uma música a Deus

a) Eu cantá-la-ia a Deus.

b) Eu cantá-la-ei a Deus.

Como podemos constatar, a língua portuguesa tem uma configuração estrutural clara no uso dos quatro princípios que regulam a pronominalização, pois a próclise funciona na posição pré-verbal, a ênclise, pós-verbal e a mesóclise na posição intermédia do verbo. Essas formas são características no português europeu. Se tivermos de estabelecer, por exemplo, uma diferenciação com o espanhol ou o italiano, verificamos que as duas línguas têm uma forma quase diferente de colocação dos pronomes quer na próclise quer na ênclise e estas formas nem sempre obedecem aos padrões normativos similares às do português europeu, não obstante serem línguas irmãs⁶⁸. Assim, podemos dizer que é de suma importância dominar estes padrões para que o indivíduo consiga emitir um certo juízo sobre a questão em estudo.

Hoje é muito frequente, como dissemos, no português de Angola, o uso da próclise sem obedecer a critérios estabelecidos na norma do português europeu. E, por desconhecimento, atribuímos essa característica às línguas africanas de origem bantu que têm quase uma estrutura fixa para o uso dos clíticos, mas quando entramos em contacto com outras línguas que também têm uma colocação similar dos pronomes começa-se a ter uma outra versão dos factos, apesar de a estrutura destas línguas não exercer nenhuma influência para o nosso objeto de estudo.

É necessário que cada falante domine os princípios normativos da sua língua. Como já referimos, os desvios que se registam na norma do português europeu falado em Angola consistem principalmente na utilização da próclise de maneira desajustada e, se por um lado há influências das línguas africanas, por outro lado, poderia ser o facto de não haver uma academia em Angola que se dedique ao estudo mais aprofundado para a normalização dos fenómenos que ocorrem na língua.

⁶⁸ Cf. Ana Maria Martins e Ernestina Carrilho, *Manual de Linguística Portuguesa*, Berlin: De Gruyter, 2016, pp. 401- 402.

1.5 - Colocação dos pronomes pessoais retos e oblíquos

O pronome reto (eu, tu, ele, etc.) ocupa sempre a posição de sujeito da oração. Já o pronome oblíquo (me, te, o, se, etc.) exerce a função de objeto da oração, complementando o verbo transitivo. Como é o papel do sujeito iniciar uma frase, o pronome oblíquo não deve ocupar essa posição inicial⁶⁹. Mateus⁷⁰ desenvolve um estudo bastante esclarecedor sobre esta temática e será nessa base que nos dedicaremos a fazer a nossa abordagem para poder identificar as várias aceções desviantes que são usadas sem ter em atenção esse princípio na colocação dos pronomes pessoais retos e oblíquos. Como se sabe, cada categoria pronominal será caracterizada segundo a sua posição e aqui os aspetos que mais complexidade apresentam estão relacionados com o conflito proporcionado entre a próclise e a ênclise e o facto de não conhecer na íntegra as circunstâncias em que o pronome deve ou não ocupar a posição pré ou pós-verbal.

Como foi referido, nota-se também com frequência o uso desorientado dos clíticos na posição pré-verbal no português falado no Cuanza Norte e essa situação carece de esclarecimentos, uma vez que toda a língua obedece na prática à sua estrutura morfossintática, apesar da flexibilidade existente na estrutura e quando isto acontece perpetua a facilidade de desvios, ou seja, torna as regras dessa língua mais vulneráveis às falhas e o falante menos instruído faz o uso da língua de maneira despreocupada sem ter em conta as regras no exercício da fala. Contudo, depois de começar a ter noção das regras ficará, por conseguinte, sem saber as circunstâncias em que deve fazer o uso das normas. Este facto remete o leitor a consultar primeiramente a norma para depois agir. É também consensual entre os gramáticos que os pronomes com função de sujeito em português podem também corresponder a formas nulas sem conteúdo fonético. Os contextos em que ocorrem formas pronominais nulas e formas pronominais com conteúdo fonético não são totalmente coincidentes⁷¹.

Por exemplo:

- “Ele comeu o bolo”.
- “[-] Dê-me o rádio”.
- “[-] Escreva-me uma carta”.

Entretanto, Cunha e Cintra afirmam que os sujeitos de 1ª e 2ª pessoas são os pronomes pessoais do caso reto eu e tu singular; nós e vós (ou combinações equivalentes: eu e tu, tu e ela, etc.), no plural⁷². Ainda nesta senda, os sujeitos são tipificados e recebem outras denominações gramaticais, tais como, simples, compostos, oculto ou determinado, indeterminado ou expletivo, nulo, inexistente. Assim, podemos dizer que o papel primordial

⁶⁹ Cf. Helga Ribeiro *et al.*, *Gramática Moderna da Língua Portuguesa*, Lisboa: Escolar, 2010, p. 203.

⁷⁰ Maria Helena Mira Mateus *et al.*, *op. cit.*, p. 847.

⁷¹ Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et al.*, *op. cit.*, Vol. II, p. 2194.

⁷² Cf. Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, pp. 161-167.

destes elementos é o de exercer principalmente a sua função independentemente do lugar que ocupa na frase, apesar de estar expresso ou não na frase. Mas, sendo a categoria dos pronomes mais vasta, essa função poderá ser ocupada por um substantivo ou por um outro pronome que não seja do caso reto.

Por exemplo:

- A Domingas tem um filho.
- Isso é bom.
- Aquele é meu irmão.

Como notamos nestas aceções, não há presença de qualquer pronome do caso reto, mas sim de outras categorias que podem exercer este papel, em conformidade com o que foi dito anteriormente. No entanto, os pronomes retos desempenham uma função muito importante, porque para além da substituição que possa ocorrer na frase também nos ajudam a evitar repetições. Rigorosamente, eles não devem ser utilizados nesse sentido com determinantes ou artigos quando estiverem a exercer o seu verdadeiro papel na frase nem necessitam de ser usados, antepondo uma preposição como se fosse um pronome tónico.

Por exemplo:

- Esta luta seria entre eu e tu.
- Isto está reservado para eu.
- Aquilo foi guardado para tu.

Estas frases são bastantes frequentes no português falado no Cuanza Norte, mas não admissíveis porque constituem um desvio às normas do português europeu. Outrossim, os pronomes retos de 1ª e 2ª pessoas do singular têm as suas especificidades no uso. Nestes casos, constitui obrigatoriedade usar os pronomes oblíquos tónicos que representam por natureza a anteposição da preposição, dando-lhes visibilidade durante a ação discursiva, ou mesmo, na representação gráfica, logo seria entre mim e ti; para mim e para ti, respetivamente.

Naturalmente, quando nos referimos à utilização ou colocação dos pronomes retos na frase, a primeira ideia que nos circunda é a posição de sujeito e esquecemo-nos de que, para além dessa função, eles também desempenham outras como, por exemplo, a de predicativo do sujeito e esta situação requer muita atenção, porque não só os pronomes retos como as outras categorias similares podem ocupá-las.

Falar da colocação dos pronomes oblíquos na generalidade não é uma tarefa fácil e este facto leva-nos a observar criteriosamente os aspetos mais relevantes que estão em desacordo com as regras, de modo a permitir que se faça uma leitura mais consciente dos factos, tendo em atenção o que está exposto na gramática tradicional. Neste caso, a próclise e a ênclise são as partes mais visadas, isto é, pela complexidade que apresentam os utilizadores da língua ao fazer o uso dos pronomes em conformidade com os princípios

estabelecidos. Entretanto, a norma europeia e a brasileira do português são consensuais em alguns aspetos do uso da próclise, mas em outros aspetos não, porque a norma brasileira admite o uso da próclise com elementos que não admitem atração do pronome clítico, por exemplo, Ele me falou ao invés de Ele falou-me, estas e outras formas nem sempre são aprovadas pela gramática tradicional.

Angola tem sofrido muito com a situação motivada pelo convívio entre as normas do português europeu e brasileiro e outras questões ligadas às influências das línguas bantu que influenciam a colocação dos clíticos na próclise. Este facto ganha cada vez mais terreno devido à carência de materiais didáticos e à ausência no país de investigadores que se dediquem a tratar dos aspetos mais importantes para a normalização da língua. Como se sabe, poucos estudos são realizados no país e isto tem vindo a complicar ainda mais o processo, visto que não é possível ensinar uma língua sem se ater aos seus aspetos normativos. Deste modo, para poder dirimir ou esclarecer a situação que ocorre no uso dos clíticos no português falado, sobretudo nas localidades de maior influência das línguas africanas, em que o kimbundu é parte integrante, tem sido necessário muito esforço muitas vezes sem bases que os fundamentem. Assim, de acordo com algumas investigações feitas, apurou-se que a língua portuguesa em relação às outras línguas românicas apresenta especificidade no âmbito da colocação dos clíticos, tal como se observa:

Ao contrário das outras línguas românicas, em que, à exceção de poucos casos especiais, os pronomes clíticos são colocados antes da forma finita do verbo (por exemplo, no italiano, no francês, no catalão e no espanhol), em português a sua posição depende, por um lado do tipo de frase bem como dos constituintes precedentes e, por outro, de factores pragmáticos (correspondentes à intenção do falante)⁷³.

Quando se fala da colocação dos pronomes clíticos é necessário ater-se a três elementos fundamentais que suportam as bases para que isso ocorra, embora se denota como uma questão que apresenta os mais complexos aspetos que marcam o uso das formas quando desejamos seguir os padrões linguísticos do português europeu. Sendo assim, as referências pronominais podem encontrar consenso entre os gramáticos, mas as variadas circunstâncias que advêm deste sintomático assunto são os linguistas que fornecem explicações que possam estar de acordo com as ocorrências nos falantes. Assim, os autores Annette Endruschat e Jurgen Schmidt-Radefeldt também afirmam que no português europeu podem distinguir-se os três casos seguintes:

- *ênclise*: normalmente o pronome clítico vem a seguir à forma finita do verbo; ambos estão graficamente ligados por hífen: deu-lhe, dizem-nos;
- *próclise*: em determinados contextos sintáticos (por exemplo na negação, depois de certos advérbios e em frases interrogativas introduzidas por pronomes interrogativos), o pronome antecede a forma verbal: não lhe deu, também nos dizem, quando se lavam?;

⁷³ Annette Endruschat e Jurgen Schmidt-Radefeldt, *Introdução Básica à Linguística do Português*: Tradução de António C. Franco. Lisboa: Ed. Edições Colibri, 2015. P. 128.

- *mesóclise*: nas formas simples de futuro e de condicional, o pronome clítico é intercalado entre o infinitivo do verbo principal e a terminação do presente do indicativo ou do imperfeito do indicativo do verbo haver: dir-lhe-ei; dir-lhe-ia⁷⁴.

Sobre esta matéria, podemos encontrar retratada por várias obras e de maneira consensual entre os gramáticos Cunha e Cintra⁷⁵, Helga Ribeiro⁷⁶, Raposo⁷⁷, Estrela⁷⁸ e Mateus⁷⁹, quando se referem aos três padrões da colocação dos pronomes pessoais oblíquos, isto é, a matriz preliminar para a descrição e desenvolvimento dessa pesquisa, uma vez que a situação referente aos três padrões de colocação, a próclise, ênclise e a mesóclise no português europeu tende a distanciar-se com as de mais variantes desse português falado em Angola, uma questão que se regista na língua durante o processo de comunicação. Como podemos constatar, justifica-se pelo facto de o português na visão de Annette e Schmidt-Radefeldt ser a única língua românica que apresenta três padrões de colocação dos pronomes oblíquos, pois em relação ao espanhol e ao italiano, por exemplo, diferenciam-se simplesmente em alguns pormenores que deveremos ressaltar durante o desenrolar dessa matéria. Como se sabe, a língua portuguesa neste âmbito é caracterizada pela ênclise⁸⁰, ou seja, na posição pós-verbal ou depois do verbo⁸¹, isto é, nas frases afirmativas.

Exemplos:

- a) Chama-o sem demora.
- b) Diz-lhe o código.
- c) Deram-nos uma prenda.

Para tanto, podemos encontrar nesse capítulo gramatical alguns aspetos menos importantes que nos ajudam a diferenciar o português das outras línguas românicas, quando se fala de próclise. No espanhol e no italiano, a próclise processa-se com as formas finitas dos verbos, enquanto a ênclise se processa com os verbos na forma não finita⁸². E na língua portuguesa não segue este padrão, porque quer a próclise, quer a ênclise podem ocorrer com as duas formas do verbo, embora a próclise se dê, sobretudo, de acordo com as regras estabelecidas pela gramática tradicional, tendo como premissa as frases negativas, assegurando, deste modo, outros pressupostos previamente estabelecidos. E julgamos ser estes os fatores que nos ajudam a sustentar as bases para diferenciar o português das línguas irmãs ao descrever os fenómenos que ocorrem naqueles aspetos ligados com a colocação dos pronomes clíticos. Neste contexto, se estivéssemos a fazer um estudo comparativo dessas

⁷⁴ Idem, pp. 128-129.

⁷⁵ Cf. Cunha e Cintra, *op. cit.*, p. 357.

⁷⁶ Cf. Helga Ribeiro *et al.*, *op. cit.*, p. 204.

⁷⁷ Cf. Raposo *et al.*, *op. cit.*, p. 905.

⁷⁸ Cf. Edite Estrela *et al.*, *Dicionário de dúvidas, dificuldades e subtilezas da língua Portuguesa*, 2^a ed. Córdova: Dom Quixote, 2010, p. 272.

⁷⁹ Cf. Mateus *et al.*, *op. cit.*, p. 851.

⁸⁰ A ênclise, *padrão de colocação básico*, in Maria Helena Mira Mateus, *op. cit.*, p. 849.

⁸¹ Cf. Celso Cunha e Lindley Cintra, *op. cit.*, pp. 154-155.

⁸² Cf. Ana Maria Martins e Ernestina Carrilho, *op. cit.*, p. 402.

línguas com o português sobre essa matéria, consideraríamos também como ilação essa característica no uso dos pronomes. Embora seja prematuro emitir algum juízo de valor sobre os problemas que possam estar na base dos desvios no uso dos clíticos no português de Angola, entretanto, podemos referir que as insuficiências advêm supostamente de um fator ligado à realização concreta da língua, ou seja, da oralidade assente na falta de domínio dos pressupostos que indicam as circunstâncias para o uso da ênclise no português. Assim, a dificuldade existente na utilização dos clíticos em português deve-se a esse fator de ordem quase estrutural, pelo facto de a língua portuguesa apresentar uma certa flexibilidade na deslocação dos clíticos que se diferenciam na totalidade das estruturas das línguas africanas, as quais apresentam uma estrutura fixa para estes elementos constituintes da frase.

O português acentua a sua diferença em relação às línguas supracitadas por apresentar a categoria em que o pronome pessoal oblíquo se coloca em várias posições, nos casos, pré, pós-verbal e no meio do verbo, isto é, a mesóclise, que se dá no futuro do indicativo e no condicional:

Exemplos:

- a) Chamá-lo-ei sem demora.
- b) Dir-lhe-ei o código.
- c) Dar-nos-iam uma prenda.

Neste contexto, embora seja correto o emprego do pronome oblíquo antes do verbo (próclise), se o verbo estiver no início da frase é aconselhável o emprego do pronome depois do verbo (ênclise). Somente ocorre próclise (antes do verbo) com base nos princípios estabelecidos pela gramática tradicional. Mateus traz à tona a *Lei de Tobler-Moussafia* em que ‘as formas clíticas não podem ocupar a posição inicial absoluta de frase⁸³’.

Por exemplo:

*Me diga uma coisa

*Me corte o cabelo por favor

*Te peço que não deixes de vir à reunião

De acordo com a lei em referência, essas frases representam incorreções ou desvios às normas pré-estabelecidas, pois os clíticos não devem ocupar a posição inicial. Deste modo, estas asserções podem, de certa maneira, corresponder a outros padrões linguísticos da língua portuguesa falada por exemplo no Brasil e nos PALOP, uma vez que as influências advindas de outras línguas podem justificar essas construções, mas como já referimos, o português europeu é caracterizado pela ênclise⁸⁴ e é possível haver construções proclíticas nos casos em

⁸³ Cf. Mateus *et al.*, *op. cit.* p. 849.

⁸⁴ A ênclise é o padrão básico de colocação dos pronomes clíticos na variedade europeia do português moderno. Cf. Mateus *et al.*, *op. cit.* p. 852.

que a frase é iniciada por articuladores negativos e outras características que poderemos apresentar nos exemplos a seguir. Raposo⁸⁵ e Cunha e Cintra⁸⁶ advogam a ocorrência da próclise nos seguintes casos:

- Nas orações que têm uma palavra negativa:
 - a) Ninguém o chama.
 - b) Nada nos deu.
 - c) Não me ofereceu presente nenhum.

Outros exemplos:

- a) Nem me diga isso.
 - b) Não me riam.
 - c) Nunca te digo para onde vou.
 - d) Ninguém me pagou às dívidas.
- Nas orações iniciadas por pronomes ou advérbios interrogativos:
 - a) Quem vos deu a notícia?
 - b) Como se chama?
 - c) Como lhe entregam a correspondência?
 - d) O que lhe faz dançar?
 - e) Por que te digo até logo?
 - Nas orações subordinadas:
 - a) Sabia que te ias esquecer do chapéu.
 - b) Falhou a missão, embora o chefe lhe tivesse feito todas as recomendações.
 - Nas orações que exprimem desejo ou que são iniciadas por palavras exclamativas:
 - a) Oxalá te lembres dos meus conselhos!
 - b) Que a virgem Maria te acompanhe!
 - Com gerúndio precedido da preposição em:

Em lhe faltando o amigo, o divertimento acaba-se.

Segundo Ribeiro, nas locuções verbais em que o verbo principal está no infinitivo ou ao gerúndio pode dar-se⁸⁷:

 - Sempre a ênclise ao infinito ou ao gerúndio;

la desenrolando-se a paisagem.
 - A próclise ao verbo auxiliar, quando ocorrem as condições exigidas para anteposição do pronome a um só verbo.

⁸⁵ Cf. Raposo *et al.*, *op. cit.*, p. 2242.

⁸⁶ Cf. Cunha e Cintra, *op. cit.*, p. 393.

⁸⁷ Ribeiro *et al.*, *op. cit.*, 2010, p. 169.

- Quando a locução verbal vem precedida de palavra negativa, e entre elas não há pausa. Por exemplo: Quinha é minha irmã, não me ficaria querendo mal e acabaria rindo também.

Como podemos ver, a próclise obedece a várias regras e estas, por sua vez, são desrespeitadas na escrita e na oralidade, mas comparativamente aos dois aspetos, cabe-nos frisar que é na oralidade que se apresentam mais evidências desviantes, constituindo, deste modo, o capítulo onde mais polémicas têm sido levantadas pelos investigadores, apesar de haver normas estabelecidas. Este facto chama-nos à atenção e é nosso desejo, a partir desta investigação, procurar estabelecer um certo raciocínio para poder compreender os reais motivos que levam os falantes a optar pelas formas de desvios acentuados em detrimento das regras do português. Esta situação faz com que a categoria proclítica constitua uma dificuldade para os falantes da língua dentro de um contexto sociolinguístico bastante controverso quando se fala de um caso particular que se regista no interior de um país tão grande como Angola, o local em que se desenvolverá este estudo.

Neste pressuposto, encontra-se uma resposta para as questões ligadas aos desvios que ocorrem no uso da próclise quando aferimos a teoria sintática da optimalidade⁸⁸, “uma teoria das restrições violáveis e ordenadas” que apresenta quatro premissas para os trabalhos desenvolvidos com regras e estabelece: “*Universalidade*: as restrições são universais; *Violabilidade*: as restrições podem ser violadas; *Ordenação*: as restrições são ordenadas; *Concorrência*: a gramaticalidade de um candidato⁸⁹”. Neste contexto, os autores Annette Endruschat e Jurgen Shmidt-Radefeldt fazem um enquadramento sobre o funcionamento do português com base nessa teoria e ressaltam a questão inerente que a “posição enclítica do pronome objeto em português é uma “restrição⁹⁰”. “Escrevo-lhe uma carta”. “Mas a próclise é obrigatória, quando estamos perante uma negação: Não lhe escrevo uma carta. A próclise viola a restrição e ocorre de maneira ordenada (regulada). Se não surgir negação, a próclise não só não é obrigatória como não é permitida (no português padrão): Lhe escrevo uma carta⁹¹”. Nesta aceção, os autores consideram que a próclise só é permitida quando for necessária, isto é, quando não houver qualquer outra possibilidade para formar uma frase gramaticalmente correta. Por conseguinte, estes autores ajudam-nos a compreender, de forma clarividente, como e quando é que a próclise em contexto da anteposição do verbo deve ocorrer sem deixar de referir o estipulado na norma padrão do português europeu. Todavia, a nossa língua é normalizada e a desobediência da mesma dá-se pelo facto de haver no seio social um grupo heterogéneo de falantes⁹².

⁸⁸ Annette Endruschat e Jurgen Shmidt-Radefeldt, *op. cit.*, p. 138.

⁸⁹ *Idem.*

⁹⁰ *Idem.*

⁹¹ *Idem.*

⁹² William Labov, *Padrões Sociolinguísticos*, Tradução: Marcos Bagno et al., São Paulo: Parábola, 2016, p. 10.

1.6 - O pronome e o objeto direto e indireto

Muito tem sido debatido pelos gramáticos acerca de temáticas relacionadas com o uso dos complementos dos verbos, mas, como é sobejamente conhecido, existem formas correspondentes que facilitam partir do núcleo da frase para se saber o tipo de complemento de que se necessita. Para isso, é necessário desde já estabelecer as principais características que as diferenciam uma das outras. Tradicionalmente falava-se de complemento «direto» - o complemento diretamente «afetado» pela ação do verbo - e, modernamente, de «objeto direto» por ser o complemento mais «ligado» e mais próximo do verbo («argumento interno»)⁹³. Ainda com apoio em Vilela, as distinções tradicionais como «casus causativus/effectivus» - seria esta a tradução exata da designação grega e não «accusativus» - complemento direto (por ser o complemento que suporta imediatamente a ação do verbo) em oposição a «complemento indireto» (por se ligar ao verbo de uma forma mediatizada⁹⁴).

Consequentemente, podemos dizer que a diferença primordial entre o objeto direto e o indireto é que o primeiro se liga ao verbo diretamente e o segundo se liga ao verbo com auxílio de um conector proposicional. Sendo assim, o objeto direto pode ser um nome ou um substantivo e de acordo com a função das formas oblíquas cabe então ao pronome substituí-los. Quando isso ocorre, o pronome empregue deve ser o pronome oblíquo (me, te, o, se e etc.).

Nesse âmbito, é comum entre os gramáticos considerarem também o pronome reto “ele” a desempenhar o papel de complemento direto no português moderno. No entanto, só exerce essa função quando precedido de “todo” ou “só” (adjetivo) ou se dotado de acentuação enfática, em prosa ou verso⁹⁵: “No latim eram quatro os pronomes demonstrativos. Todos eles conservam o português⁹⁶”. Camara Jr. afirma que:

[...] a correlação entre os pronomes pessoais e os demonstrativos, a sua origem demonstrativa dos pessoais é bem compreensível quando vemos coincidências mórficas como ife “vós” e ofe “esse” nicobarês [...]. Podemos rastreá-las no nosso próprio português ao atentar para a história de ele, saído do demonstrativo latino ille para designar todas as coisas que se acham fora da esfera pessoal do falante e do ouvinte⁹⁷.

Apesar de este pronome exercer em algumas circunstâncias o papel de sujeito como vimos, não inibe a possibilidade de exercer outra função conforme a frase anterior. Assim, os pronomes retos como é do nosso conhecimento ocupam e sempre ocuparão a posição de sujeito. Neste sentido, caberá aos oblíquos exercerem a função de objeto direto para completar o verbo transitivo.

⁹³ Mário Vilela, *Gramática de Valências: Teoria e Aplicação*, Coimbra: Almedina, 1992, p. 45.

⁹⁴ *Idem*.

⁹⁵ Evanildo Bechara, *Moderna Gramática Portuguesa*, 37ª ed. RJ: Lucerna, 2003, p. 175.

⁹⁶ Exemplo extraído da *Moderna Gramática Portuguesa* de PL.1.398 *apud* Bechara, 2003, p. 175.

⁹⁷ J. Mattoso Camara Jr., *Princípios de Linguística Geral*, 7ª ed., RJ: Padrão, 1989, p. 155.

Exemplos:

a) Ela queria o prémio para si.

b) Ela queria-o para si.

E o “o” é pronome oblíquo e objeto direto da oração

c) Convidavam Maria Suca para o desfile de moda.

d) Convidavam-na para o desfile de moda.

E “na” é pronome oblíquo e objeto direto da oração.

O António ofereceu-lhe uma viagem.

O “lhe” é pronome oblíquo e objeto indireto da oração.

Consequentemente, faz parte dos nossos objetivos apresentar, na fundamentação teórica, o que os vários gramáticos referem sobre as regras do uso dos pronomes retos e oblíquos no português europeu, um facto que se julga interessante apesar de haver várias controvérsias na aplicação da norma e das exceções que não são tão consensuais entre os gramáticos das maiores academias, isto é, portuguesa e brasileira, quando se trata de estabelecê-las. Contudo, os falantes nativos europeus utilizam as regras da colocação dos pronomes sem dúvidas, isto porque não carregam elementos influenciadores que os possam confundir na colocação dos mesmos. Mas, no que se refere a Angola, o caso é completamente diferente, porque as suas línguas jogam um papel preponderante que influencia bastante o uso dos pronomes e as suas regras. A língua é um fenómeno social que varia de acordo com a sociedade e a variedade que o português de Angola apresenta é bastante marcada pelas línguas africanas e este fator constitui o centro da atenção desta pesquisa. Deste modo, a língua portuguesa falada no interior de Angola, na sua generalidade, transporta vários traços desviantes na estrutura morfossintática, sendo o uso dos pronomes um dos casos mais visíveis.

Esta investigação representa um grande desafio pelo facto de não haver estudos feitos sobre o assunto na região. Entretanto, o capítulo que se segue fará uma abordagem sobre a realidade dos fatores associados aos desvios no uso dos pronomes retos e oblíquos na sociedade do Cuanza Norte. A relevância deste assunto começa desde que se identificou no seio dos falantes colocações fora dos contornos estabelecidos pela gramática tradicional, uma vez que pode constituir matéria necessária para melhor compreender as razões que estão na base destas disposições, apesar de a língua variar de uma região para outra, o normal é sobretudo manter firme os elementos constituintes da estrutura morfossintática.

Assim, a confrontação das normas apresentadas no capítulo anterior foi importante para podermos apresentar com rigor aqueles aspetos que diferenciam entre o português europeu do português falado naquela região de Angola. Em termos genéricos, podemos perceber que a língua portuguesa tem padrões definidos no âmbito da colocação dos pronomes retos e oblíquos e é a esse padrão que nos dedicamos a relatar para determinar onde residem concretamente os desvios, quais os fatores que os norteiam, que influências podem estar na base dessas incorreções e se é possível evitá-los ou não.

Falar sobre esses aspetos é sempre gratificante, pois facilitará doravante a compreensão dos fatores e a consecutiva tolerância dos utilizadores da língua, uma vez que seja de inteiro conhecimento dos investigadores de que certas influências têm como representação simbólica dos traços linguísticos dessa comunidade. E isso deve prevalecer para o enriquecimento da própria sociedade linguística que desejamos criar. A língua marca a identidade de um povo e cada um de nós pode ser identificado por esses traços, de acordo com os elementos adquiridos na primeira língua. Partindo deste pressuposto, Castilho considera a língua primeira (L1) distinta de uma língua segunda (L2) ou estrangeira e observa ainda que, “a língua é um instrumento de interação social, cujo correlato psicológico é a competência comunicativa, isto é, a capacidade de manter a interação social por meio da linguagem⁹⁸”.

⁹⁸ Ataliba Teixeira de Castilho, *Gramática do Português Falado*, Vol. 1, 4ª ed. rev. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2002, p. 14.

Capítulo II - Fatores associados aos desvios no uso dos pronomes retos e oblíquos

Este capítulo faz uma descrição sobre os fatores associados aos desvios no uso dos pronomes retos e oblíquos pelos alunos da 9ª Classe do Complexo Escolar Samora Moisés Machel da Província do Cuanza Norte (Angola), uma situação que preocupa, em certa medida, os investigadores quando procuram compreender os reais motivos que levam os alunos à não utilização da língua de acordo com a norma do português padrão.

Quando se trata de poder clarificar ou justificar os reais motivos que levam à anteposição dos clíticos no português de Angola, muitas vezes, falamos do desconhecimento das regras, olhamos para a “violação” da estrutura da língua, estabelecemos uma comparação entre as estruturas sintáticas das línguas africanas e a portuguesa. Para tanto, muitas vezes recorremos a fatores que nem sempre justificam concretamente tais razões, pois a falta de interesse político, o défice de investigadores em linguística no país e a falta de uma academia que analisaria essas questões poderiam ser bons motivos para, assim, proceder ou apresentar justificações, mas de acordo com as razões diacrónicas da língua pode encontrar-se um denominador comum para tal.

Assim, a língua é ensinada de maneira exclusiva na perspectiva do autor, porque na realidade no Cuanza Norte fala-se de influências linguísticas no português falado na região e sabemos, também, que ele coabita com outras línguas, mas que pouco ou nada se faz para apresentar os traços reais dessas influências, que poderiam servir de indicador linguístico ou vir a ser o ponto de referência para um linguista interessado em realizar estudos, uma vez que se pretende determinar os fatores que possam estar na base dos desvios no uso dos clíticos na língua portuguesa.

Para isso, é necessário conhecer a localização geográfica, as principais línguas que coabitam com o português e quais são as principais características da população. Esses e outros fatores podem influenciar negativamente o ensino e a aprendizagem da língua. Hoje, toda a investigação está concentrada na capital do nosso país e isso também pode ser um indicativo negativo para descrever as características linguísticas de um povo que já não se revê tanto nas suas verdadeiras origens.

A província do Kwanza-Norte ou (Cuanza Norte), segundo a descrição atual da sua toponímia, tem uma superfície de 24.110 km², encontrando-se no centro norte de Angola e está limitada a norte pela província do Uíge, a leste pela província de Malanje, a sul pela província do Cuanza Sul e a oeste pelas províncias de Luanda e Bengo, respetivamente. Assim sendo, possui uma população, segundo o censo de 2014⁹⁹, de 443.386 distribuída em dez

⁹⁹ Cf. Angola Press, “Angola População Angolana atinge milhões de habitantes segundo os dados definitivos do censo” (Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2016/2/12/Angola-Populacao-angolana-atinge-milhoes-habitantes-segundo-dados-definitivos-censo, consultado a 20-03/2017).

municípios: Cazengo, Banga, Quiculungo, Bolongongo, Camabatela, Samba Caju, Golungo-Alto, Cambambe, NGonguembo e Lucala.

Como se sabe, a língua portuguesa é a mais falada, mas também se fala o kimbundu como língua materna de quase metade da população. Todavia, os municípios de Bolongongo e Quiculungo falam uma das variantes do kikongo (dihungo) pela proximidade geográfica com as províncias do Uíge e Zaire. A Banga, pelo facto de fazer fronteira com o município de Samba Caju, em termos linguísticos, apresenta a seguinte estrutura: a sede do município fala kimbundu e as restantes comunas falam dihungo. Assim, os níveis de instrução linguística são ainda um pouco preocupantes, porque no país há uma grande dificuldade de levar para o interior da província professores capazes de instruir a população, um verdadeiro défice de educação de qualidade, e este facto contribui negativamente para a aprendizagem das línguas, ou seja, para a fortificação ou expansão do português por todo território da província. Um dado que nem sempre o investigador cidadão tem para poder fazer uma certa descrição linguística.

Neste contexto, podemos dizer que a falta da presença das instituições escolares e de docentes especializados na maior parte dos municípios e comunas que compõem o território da província faz com que os alunos tenham grandes dificuldades no uso dos pronomes quando entram pela primeira vez em contacto com os *curricula* escolares nos espaços urbanos, uma vez que o aluno traz para a escola uma estrutura morfossintática de uma língua que se diferencia da língua portuguesa, um pormenor que passaremos a apresentar nos subtemas seguintes.

Neste âmbito, a língua portuguesa diferencia-se do kimbundu justamente pela sua origem, embora possa haver semelhanças na construção frásica e no ordenamento dos constituintes. Entretanto, independentemente do kimbundu ser uma língua de origem bantu pode ter características distintas ou não das línguas românicas, pelo facto de ser vista durante os primórdios como uma língua ágrafa, em que só mais tarde passou a ter uma grafia muito aproximada ou similar das línguas românicas. Deste modo, para poder estabelecer esta analogia entre as principais línguas românicas, no que diz respeito à colocação dos pronomes oblíquos, é importante haver investigadores linguísticos no país com conhecimento reconhecido e que dominem as estruturas e o funcionamento de cada uma das línguas, isto é, para evitar equívocos quando se trata dessa matéria linguística, mas como se sabe o sistema educativo angolano debate-se com problemas muito sérios na aquisição de material didático que sirva de suporte ao docente e ao aluno, colmatando as deficiências que o próprio ensino carrega, proporcionando o autodidatismo. Nesta situação, não é possível ensinar numa zona em que falta quase tudo que possa dotar o docente e o aluno de ferramentas que facilitem uma autoaprendizagem e elevar os níveis do ensino com a qualidade desejada aos seus utilizadores. Podemos assim dizer que a qualidade na educação necessita de um investimento e esse mesmo será então o mote impulsionador para o relançar da investigação em todos os

domínios, ressaltando aqui a investigação linguística como a fonte necessária para a normalização da língua.

Na realidade, o kimbundu na província está em declínio, pois faltam políticas muito sérias para o ensino do mesmo nas escolas, porque não é admissível, até ao momento, continuar apenas a ser ensinado em regime experimental com muitas dificuldades, também elas ligadas à falta de material e à falta de um corpo docente preparado à altura.

No perímetro urbano, a língua é tida como morta, apesar de haver programas de rádio e televisão, que se julga quase insuficientes por não atingirem a maior parte da população pelos problemas que o país e a província em particular vive no atendimento dos bens de primeira necessidade. A língua é património cultural de um povo e é o veículo transmissor da cultura que se encontra enraizada em cada um dos utilizadores e que exerce a sua influência mesmo sem a falar corretamente. Parte destas características levar-nos-á com determinação a descrever o próximo subtema, tendo em conta o peso identitário que a língua manifesta em cada falante.

Assim, faremos uma descrição das marcas mais notáveis e que deixam várias evidências em cada falante desta língua. O kimbundu é falado principalmente em toda a região do corredor do rio Cuanza, isto é, de Luanda a Malanje, províncias essas que constituem, segundo a descrição feita anteriormente, as do centro norte de Angola.

Naturalmente, Angola marca um passo enorme com a expansão das universidades, apesar de estarem totalmente desprovidas de materiais didáticos, sem financiamento para impulsionar a investigação científica, deixando um tanto sem forças para levar a cabo um estudo mais intensivo para a determinação de vários fatores linguísticos que possam estar na base dos desvios no uso dos pronomes.

Às vezes, para podermos fazer uma certa descrição sobre as questões que têm a ver com o uso dos pronomes na realidade da região em estudo, somos forçados a ter como premissa e base de apoio a realidade de Luanda que não são tão seguros pelo facto de não haver homogeneidade entre os falantes de uma língua, ficando muito aquém daquilo que são os problemas que afetam toda uma conjuntura de fatores que influenciam direta ou indiretamente todo sistema de educação do país. Assim, Miguel afirma que

Os fatores que condicionam os empregos linguísticos no Português de Luanda são: aprendizagem do português como língua segunda, muitas vezes em situação informal, a escola (responsável pela formação da competência linguística e comunicativa dos alunos) e os meios de comunicação social (cujos usos são referências aos falantes). Outras razões de peso subjazem aos empregos linguísticos que, muitas vezes, são desvios: por um lado a língua materna dos utentes - o kimbundu - cujas características são transferidas para a língua segunda em proporção direta ao nível de escolaridade do falante; por outro lado, a debilidade do sistema de ensino torna a escola veículo de formas consideradas incorretas na perspetiva do português padrão¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Maria Miguel, *op. cit.*, 2003, s/p.

Como podemos observar, Miguel apresenta no seu trabalho um estudo feito em contexto luandense, que não difere muito dos aspetos relatados nos parágrafos anteriores, pois aqui temos uma demonstração clara dos reais problemas que afetam o nosso país quando se trata sobretudo do ensino da língua. Assim, tomemos nota de que estas características são similares ao português de Angola. No entanto, para o seu relançamento somente se necessitam de apoios para normalizar, visto que o nosso país ainda vive um problema que tem a ver com a pouca produtividade nas universidades, que as tornam em meros reprodutores do que produtores, uma situação de âmbito estrutural. Contudo, se houver políticas que visem potenciar as universidades como instrumentos que facilitem a produção científica, bons resultados viriam e começar-se-ia a promover estudos que gerassem desenvolvimento.

O que aparece como uma observação ao emprego dos pronomes oblíquos é importante como anotação de um facto de língua, já que os autores reconhecem a adoção do uso na sociedade académica, embora seja uma forma marcada pela restrição da “linguagem familiar”, pelo facto de não ser admitida em géneros de carácter público e próprio de norma culta para apresentarem a restrição ao uso¹⁰¹.

Consequentemente, faz todo um sentido a obediência das normas, mas muitas vezes as exceções levam o falante a cometer inúmeros desvios pelo simples facto de confundir aquilo que previamente detinha como regra e deixou de ser, ou seja, um falante que tem o português como língua segunda encontra várias dificuldades em compreender as regras se não tiver contacto com um instrutor à altura de passar um testemunho linguístico baseado na aprendizagem da gramática tradicional, tudo porque existe muita informação que vem deturpando aquilo que favorecia a compreensão do jovem aprendiz. Com isso, devemos também ter em conta os primeiros sinais linguísticos que a criança tem no sentido de facilitar o entendimento das regras a que gostaríamos de a submeter, uma vez que é necessário ter conhecimento da primeira para que o aluno consiga apreender os traços de uma segunda língua. Cada um recebe, direta ou indiretamente, influências do meio social e esta influência pode ser uma mola impulsadora para a aprendizagem de uma língua. Deste modo, a escola nem sempre consegue libertar o indivíduo dos hábitos diários, sendo obrigado a conviver com dois mundos, apesar de haver convergência na educação e formação da personalidade com responsabilidade. A escola suplanta-se pelo facto de dotar o indivíduo com princípios de sociabilidade, inculcando também as técnicas de ensino e aprendizagem de tudo o que nos rodeia, apesar de a sociedade jogar um papel mais influente em relação à escola.

2.1- Ocorrências linguísticas entre o português e o kimbundu

É possível afirmar que o contacto entre línguas numa comunidade pode tornar mais fácil a assimilação de elementos que pertencem a uma outra língua e esta assimilação pode criar uma rotura na estrutura linguística do falante e fazer dele um indivíduo bilingue, mesmo

¹⁰¹ Cunha e Cintra, *op. cit.*, p. 400.

sem o domínio dos traços mais importantes que caracterizam essa ou aquela língua. Assim sendo, o contacto entre o português e o kimbundu enveredou por princípios menos canónicos, fazendo com que as comunidades que detinham a língua local fossem submetidas, de maneira forçada, a aprender a outra língua para facilitar as trocas comerciais. Foi no século XVI, segundo a história, que Portugal começa a estabelecer contactos com o reino do Ndongo, levando consigo o seu modo de vida manifestado pela cultura associada à língua como o seu veículo de transmissão.

Esses contactos entre Portugal e o Ndongo deram-se num clima de muita tensão diplomáticas¹⁰² estabelecidos principalmente pelo interesse que os portugueses tinham em realizar descobertas das inúmeras riquezas que se encontravam nas terras dos Ngolas. Este facto fez com que se criassem estratégias mais rigorosas para justificar a implantação forçada da armada no Reino. Apesar dos fracassos e apreensões, tudo foi feito para que houvesse trocas comerciais entre os dois reinos, satisfazendo, assim, o interesse da política ultramarina portuguesa¹⁰³. Contudo, durante este período, os padres jesuítas que também fizeram parte dessa diplomacia tinham um papel influenciador na dominação ou evangelização dos povos do reino e também desenvolveram trabalhos estratégicos para a disseminação da língua portuguesa, iniciado com a formação por exemplo de “vinte crianças familiares dos principais titulares, parecendo que estavam finalmente lançadas as bases do cristianismo na região¹⁰⁴”, mas que não foi aplaudida pelo rei do Ndongo que forçou, em certa medida, a detenção e a expulsão da companhia Jesuíta na época. O facto de ter existido muitos contactos entre as partes, alguns dos quais não bem-sucedidos, a persistência no assunto levou os portugueses a tomar medidas coercivas para o assalto através de mão armada para impor, a todo custo, o seu poder, uma vez que não havia facilidades pela resistência que a tribo ambundu impusera diante do exército português comandado pelo capitão Novais. Essa atitude e estratégias de luta forçaram a instalação no Ndongo de um braço armado português que contava com a ajuda de vários militares vindos dos reinos vizinhos que não estavam de acordo com as políticas impostas pelo rei Ngola Kilwanje que se defendia dos invasores. Durante esse período, o reino já registava a entrada de indivíduos de várias nações europeias que traziam consigo a sua cultura linguística que julgamos ter deixado o seu legado ao português falado hoje. E de maneira a não limitar os interesses dos portugueses, tomou-se uma medida que culminou com a proibição de entrada em Angola de indivíduos de outras nações europeias e, conseqüentemente, os Jesuítas procederam à abertura de um colégio de primeiras letras¹⁰⁵. Com a fundação da cidade de Luanda, em 1575, intensificam-se as trocas comerciais e, do

¹⁰² «[...] o capitão português (Paulo Dias de Novais) viu a sua acção ainda mais dificultada pelas relações tensas com o Ngola, que eram alimentadas pelos senhores do Mbanza Kongo, os primeiros interessados pela desestabilização dessas relações [...]» in Luís de Albuquerque, *Portugal no Mundo: As zonas de Influência do Ocidente, Origem e Desenvolvimento da Colonização*, vol. 2, Lisboa: Alfa, 1989, p. 228.

¹⁰³ *Idem*.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 226.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 234.

mesmo modo, os contactos linguísticos entre os vários povos que habitavam naquele espaço do território nacional, como podemos observar nos comentários de Negrão e Viotti:

A fundação de Luanda pelos portugueses, em 1576, atrai poucos portugueses, mas um grande número de africanos de várias etnias, que se relacionavam entre si e com os europeus que lá viviam, criando um contexto caracterizado por um intenso multilinguismo: lá se falavam o português, a variedade de quimbundo que se tornou própria dessa região, e uma língua já fruto do contato da língua europeia com a língua africana¹⁰⁶.

Nesta conformidade, é de salientar que a língua portuguesa como língua de expansão começou a ter contacto com o kimbundu muito antes da fundação da cidade de Luanda por Paulo Dias de Novais, tudo porque, segundo a história, o território que hoje é Luanda sempre foi uma zona de atração comercial, tendo em conta a configuração geográfica marítima e o facto de ter na altura o banco do reino do Congo localizado na zona denominada atualmente por ilha de Luanda, onde se tirava o elemento mais importante que era “Nzimbu¹⁰⁷”, antiga moeda do reino do Congo. Esse espaço geograficamente pertenceu ao reino do Ndongo, mas administrativamente ao Congo, por conseguinte, tinha-se estabelecido na parte continental de Luanda uma espécie de mercado livre pertencente ao reino do Ndongo. Neste contexto, e depois de várias negociações para que o espaço fosse anexado ao território do Ndongo, o reino do Congo delibera o espaço impondo ao reino Ndongo a condição de submissão ou vassalagem, ou seja, tinha de pagar tributo ao seu reino.

Por essas características, Luanda era então a zona de confluência linguística em que se falavam várias línguas dos vários comerciantes que acorriam a esse mercado com a possibilidade de realização das trocas comerciais entre os restantes povos dos reinos circunvizinhos, mas, contudo, a língua que detinha maior influência era o kimbundu pelo simples facto de ser a língua do reino e por ter maior representatividade em termos populacionais. Neste contexto, o convívio entre as línguas proporcionou características peculiares aos falantes que desembocam em princípios linguísticos importantes para a constituição da identidade do indivíduo, apesar de haver no seio dos Angolanos um multilinguismo assente na coabitação dos vários grupos étnicos. Deste modo, o português que é falado hoje em Angola é fruto de um resultado do contacto linguístico entre as várias línguas das várias nações que coabitavam naquele espaço comercial pertencente ao reino Ndongo durante a formação do mercado negreiro, tal como Chavagne descreve:

sugere que o quimbundo e o português foram-se dialetizando, até o momento em que surgiu uma língua ‘crioula’ de uso geral nas atividades cotidianas de Luanda. Ele comenta que essa língua era falada não só pelos africanos, mas pelos habitantes de origem europeia. Pensamos que Chavagne considera essa língua falada em Luanda como uma língua ‘crioula’ apenas no sentido de que ela é

¹⁰⁶ Esmeralda Vailati Negrão e Evani Viotti, “Contato entre quimbundo e português-clássico: impactos na gramática de impessoalização do português brasileiro e angolano”, 2014, p. 297. Disponível em <http://www.scielo.edu.uy>. (Consultado a 22.12.2017).

¹⁰⁷ Concha marinha.

uma língua que emergiu em uma situação de contato linguístico e cultural, e não necessariamente uma língua que tenha se forjado em ecologias semelhantes às aquelas em que se formaram as línguas hoje conhecidas como ‘línguas crioulas’¹⁰⁸.

É natural que, quando convivemos com duas ou mais línguas, acabamos por assimilar traços de uma ou outra língua de forma inconsciente, sem querer ferir a estrutura normativa da mais influente, originando linguisticamente uma variante que não se associa à língua padrão. Este facto é bastante visível na relação entre o kimbundu e a língua portuguesa, sobretudo nas áreas que compõem a gramática, com especificidade notória no uso dos pronomes. Essa influência importante, que julgamos ter vindo do kimbundu, obriga os falantes a quebrar a restrição no uso, violando, desse modo, os pressupostos meramente estabelecidos e dando origem à criação de falares próprios que caracterizam um indivíduo com influências de uma língua bantu. Assim, ganha-se com isso elementos que venham a diferenciar-se de outras regiões, onde o português é falado. Contudo, já referimos anteriormente que Angola realiza poucos estudos para a criação das bases para a normatização do português que é considerada (ou venha a ser) a sua língua nacional, porque para as existentes, como o caso do kimbundu, serve apenas para alguns falantes das zonas supracitadas, como podemos aferir em Carvalho “as línguas nacionais eram usadas na comunicação verbal¹⁰⁹”, deixando mesmo o português ser o ponto de unificação de todos os angolanos, “língua de acesso à comunicação escrita, matéria do programa escolar, veículo a todo o ensino¹¹⁰”, isto é, de Cabinda ao Cunene e do mar ao leste, segundo os políticos¹¹¹. Assim, o contacto entre as línguas de Angola com o português foi importante na medida em que possibilitou a formação de uma língua que traz traços destas e que se procura estabilizar no país como uma língua que não obedece aos regimentos daquelas em que teve a sua origem. Neste contexto, a língua portuguesa falada em Angola é fruto deste contacto, como afirmam Fernandes e Ntondo:

a coabitação com as demais línguas angolanas originou o surgimento de uma variante nacional do Português ao que chamaríamos “Português vernacularizado” que massificando-se, tornou-se veicular¹¹².

Com isso podemos afirmar que o português de Angola apresenta características que o aproximam mais do português falado no Brasil pelas razões já referidas, ou seja, pelo contacto estabelecido com as línguas africanas durante o tráfico negreiro. Não poderemos deixar de ressaltar a importância do kimbundu, pelo facto de durante esse estágio linguístico ter oferecido elementos mais influenciadores para o processo de formação da língua em proporções elevadas dos seus vocábulos que hoje são tão visíveis em vários materiais

¹⁰⁸ Chavagne, 2005, p. 24 *apud* Esmeralda Vailati Negrão e Evani Viotti, *op. cit.*, p. 297.

¹⁰⁹ Paulo de Carvalho, *Estrutura Social e Linguagem: o caso da Angola colonial*, Coimbra: Lousã, 1991, p. 11.

¹¹⁰ *Idem.*

¹¹¹ João Fernandes e Zavoni Ntondo, *Angola: Povos e Línguas*, Luanda: Nzila, 2002, s/p.

¹¹² *Idem.*

lexicográficos. Assim, o português, por ter sido a língua não materna de muitos dos angolanos daquela época, fez com que os utilizadores das sociedades menos escolarizadas a falassem de maneira espontânea sem preocupação com as regras previamente estabelecidas, inserindo, deste modo, elementos pertencentes, sobretudo, às características das suas línguas maternas.

Este facto, como sabemos, regista-se em níveis acentuados nas famílias menos escolarizadas da província do Cuanza Norte e este cenário leva a consequências sérias no uso da língua portuguesa, porque, como já referimos, muitas famílias dominam o kimbundu e, conseqüentemente, têm a necessidade de comunicar em português, o que gera naturalmente uma amálgama entre o português e o kimbundu. Em contexto não especificado, os falantes quando sentem necessidade de se ater somente a outra língua, passam uma série de dificuldades que os levam também a desencadear um esforço para a apreensão da nova língua, supondo nesse sentido as incertezas das normas relacionadas, por exemplo, com a colocação dos pronomes de forma desajustada, tendo em atenção a estrutura dos elementos constituintes da frase postulada pela gramática tradicional que regula o funcionamento da língua, provocando assim uma construção totalmente fragmentada aquando nos submetemos a analisá-la em conformidade com os pressupostos normativos de uma ou outra língua que os falantes consideram como a mais adequada aos padrões da língua culta.

Apesar de ser normal considerar que a coabitação de uma língua com outra origina sempre uma variante¹¹³ com traços menos exigentes, a norma da língua que exercer maior influência de entre as mais faladas e que será depois adotada como a língua de prestígio¹¹⁴ é a sociolinguisticamente mais forte e, conseqüentemente, usa-se a língua portuguesa com apoio da estrutura sintática da língua primeira. Esta influência é muito visível no português falado na maior parte das famílias, uma situação que julgamos ser o indicador para determinar os desvios que se sucedem no uso dos pronomes pelos alunos vindos destes grupos sociais. Veja-se por exemplo, a construção de um indivíduo não escolarizado que se encontra na obrigação de falar o português:

Por exemplo:

- a) “Não admito-te que mim me chamas¹¹⁵”.
- b) Não autorizaram-nos.
- c) Te falo mbora todos os dias.

Por conseguinte, “o uso da língua portuguesa associava-se, na sociedade colonial, ao prestígio social de que o indivíduo gozava¹¹⁶”, pois é de notar o esforço que um falante menos instruído tinha de fazer para se aproximar aos padrões estabelecidos no sentido de ganhar o prestígio social, apesar de desconhecer que comporta na sua estrutura interna um certo enraizamento de língua com padrões diferenciados como o caso do kimbundu. Assim, ao

¹¹³ *Idem.*

¹¹⁴ Cf. Isabel Hub Faria et al., *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa: Caminho, 1996, p. 483.

¹¹⁵ Wanhenga Xitu, *Mestre Tamoda e Outros Contos*, Luanda: Nzila, 2014, p. 54.

¹¹⁶ Paulo de Carvalho, *op. cit.*, p. 13.

entrar em contacto com uma língua que apresenta restrições no uso remete-o, de qualquer maneira, para a utilização de elementos que na sua língua, certamente, têm uma colocação um pouco diferenciada. Assim, para poder compreender a posição dos clíticos no português europeu, será necessário submeter-se a uma aprendizagem dos principais aspetos que norteiam o funcionamento da língua, bem como desenvolver habilidades que possam facilitar a associação dos aspetos que dominam na língua primeira, servindo como ponto de referência para a aprendizagem da língua segunda. Mas quem tem o domínio da norma do português padrão não necessitará de esforço para poder perceber que as construções das três frases são determinadas como agramatical, seguindo a posição dos elementos estruturais do português que sublinha para estes casos uma atenção especial para a próclise. Na primeira frase verifica-se que a colocação do pronome não obedece à regra, para além de registar o uso desnecessário do pronome “mim”. A segunda frase é um bom exemplo do desvio à colocação proclítica, enquanto a terceira, reflete o desvio à colocação enclítica, verificando-se ainda a presença da expressão familiar “mbora”. Os pronomes clíticos no kimbundu apresentam uma certa peculiaridade no seu tratamento que, muitas vezes, carece de entendimento de acordo com os pressupostos da estrutura dessa língua em relação à europeia. Assim, para um estudo mais detalhado sobre o caso, o conhecimento das regras de colocação dos pronomes no kimbundu pode ser importante na determinação da construção frásica. Quando pensamos em comparar as estruturas frásicas das línguas em contacto sabe-se, à partida, que iremos encontrar a expressão da identidade linguística do falante. O contacto entre o kimbundu e o português deu-se num clima de várias peripécias, em que prevaleceu, em todos os sentidos, a língua europeia por ser considerada a mais prestigiada, a língua de civilização, a que culturalmente estava mais estabelecida em detrimento da outra que constituía o património cultural dos ambundu. Deste modo, o facto traduziu-se num problema muito grande, uma vez que a estrutura do kimbundu está presente em cada um dos utilizadores. Assim, verifica-se na fala coloquial e familiar o frequente uso dos pronomes clíticos baseado sobretudo na próclise e, em algumas formas, da ênclise e com o pronome “ele” ou “ela” como está subscrito:

Por exemplo:

- a) Me dá.
- b) Lhe liga.
- c) Se fala.
- d) Me encontras amanhã.
- e) Vi ele.
- f) Encontrei ela.

A situação relatada pode encontrar respaldo principalmente na língua primeira dos indivíduos que, pelo desconhecimento da norma do português europeu, são sujeitos a usar determinadas expressões quase não autorizadas gramaticalmente, embora seja possível encontrar essas construções com o pronome “ele” no português falado em Angola e no Brasil.

Todavia, elas também podem ser encontradas na língua, mas que se documenta em escritores portugueses dos séculos XII e XIV e, por conseguinte, estas expressões devem ser evitadas, porque já não satisfazem os padrões atuais da língua portuguesa pelo simples facto de a gramática tradicional para estes casos definir o uso dos clíticos (o, a) obrigatoriamente: “A qualificação do uso em tom marcadamente depreciativo, vulgar, está aliado ao outro adjetivo que, não necessariamente, tem essa marca familiar”, “pois nem tudo que é familiar é vulgar e nem tudo que é vulgar é familiar¹¹⁷”.

Neste contexto, eis a razão dos autores Cunha e Cintra considerarem em alguns aspetos o uso dos pronomes naquela colocação como uma marca do português brasileiro e do português falado nos países africanos de expressão portuguesa¹¹⁸, pois Cunha e Cintra afirmam que alguns autores preferem utilizar uma estratégia discursiva que os afasta da responsabilidade da negação do emprego, apesar da sistemática reação dos gramáticos e dos professores. Assim sendo, quanto à combinação e contração dos pronomes átonos, estes autores negam, de certo modo, o uso comum de algumas formas¹¹⁹:

Exemplo:

*Vi ele

Vi-o

No que se refere ao português padrão, os autores deixaram para cada sociedade, no caso brasileira, europeia e a africana, a liberdade de escolha na operação com as suas variedades. Isso quer dizer que depende da possibilidade de maior ou menor aceitação internamente em cada nação, das variações regionais e sociais da língua, embora outros autores prevejam, contudo, que a variedade que se apresenta como padrão seja igualmente, a mais prestigiada, a que impera de entre as demais e a que, enfim, mantém a unidade linguística entre as três variedades. Apesar de tudo, várias dessas formas podem encontrar respaldo legal sobretudo quando recorremos a construções fora dos parâmetros da norma europeia, motivado pelas intransigências movidas influentemente durante o período colonial. Na perspectiva de Faria:

[...] A expressão do sistema das línguas não se limita ao padrão, tornando-se necessário determinar com rigor as variantes realmente faladas pelas comunidades em contactos, pois serão essas variedades que deverão construir o paradigma de referência a utilizar na análise. [...], pode ser interessante analisar os produtos do contacto do ponto de vista já não da interferência da Língua de Origem sobre a Língua Alvo mas de como a gramática da Língua Alvo é captada pelos falantes da outra língua, como vão adquirindo os seus traços, e com que hierarquização¹²⁰.

¹¹⁷Marli Quadro Leite, *A Nova Gramática do Português Contemporâneo: Tradição e Modernidade*, São Paulo: Universidade, 2007, p. 40.

¹¹⁸Celso Cunha, e Lindley Cintra, *op. cit.*, p. 44.

¹¹⁹ Cf. Cunha e Cintra *apud* Leite, 2007, p. 44.

¹²⁰ Isabel Hub Faria *et al.*, *op. cit.*, p. 514.

Corroborar-se a autora, porque procuramos através desta pesquisa conhecer quais são as razões que levam os falantes ao desrespeito das normas do português europeu, ao invés de estarmos aqui a preocupar-nos com interferências de uma ou outra língua que é quase normal diante de um contacto entre línguas com origens totalmente distanciadas. Assim, a nossa preocupação será como é que os falantes agem ao fazer uso dos elementos normativos da língua segundo os seus padrões, quais são as fontes de influências e como podemos identificá-las para facilitar o encaminhamento no tratamento das questões mais importantes com bases nos preceitos linguísticos que mais se ajustam ao estudo, principalmente, quando nos referimos a essa temática. Sendo assim, ao ressaltar os elementos mais relevantes que se verificam na mudança dos paradigmas linguísticos das línguas em contacto verifica-se que a maneira como os falantes foram submetidos à aprendizagem da língua forçou de tal forma o abandono de certos princípios que julgamos ser importantes para a estruturação completa da nova língua em aprendizagem, embora não devamos confundir as ocorrências que possam advir do contacto linguístico entre línguas diferentes, porque “a maioria das línguas está exposta a influências exógenas¹²¹” pela proximidade geográfica com as outras línguas. De acordo com a *Breve Gramática do Português Contemporâneo*, sobre esta problemática, Cunha e Cintra entendem a língua como uma entidade “monolítica¹²²”.

A língua é um instrumento de comunicação, sendo maleável e diversificada em todos os seus aspetos; é um meio de expressão de indivíduos que vivem em sociedades também diversificadas socialmente, culturalmente e geograficamente. Por isso, “a variação é considerada de forma consistente dentro de cada grupo social, e que é parte integrante da competência linguística dos seus membros. Ela é, pois, inerente ao sistema da língua e ocorre em todos os níveis: fonético, fonológico, morfológico, sintático semântico e lexical¹²³”. Mas nessa multiplicidade, “as realizações não prejudicam de modo algum as condições funcionais da língua. Isto porque todas as variedades linguísticas são estruturadas e correspondem a sistemas e subsistemas adequados dos utentes. Entretanto, o facto de a língua estar fortemente ligada à estrutura social e ao sistema de valores da sociedade, conduz a uma avaliação distinta das características das suas diversas modalidades diatópicas, diastráticas e diafásicas¹²⁴”. Deste modo, “a língua padrão, embora seja uma entre as demais variedades de um idioma, ela é sempre a mais prestigiosa, pois que atua como modelo, como norma, como ideal linguístico de uma comunidade¹²⁵”. Este facto tem criado maior exigência aos falantes, porque procuram fazer um uso da língua segundo os padrões, mas o desconhecimento das regras remete-os forçosamente a cometer desvios naqueles aspetos linguísticos que a sociedade culta aprova como os ideais, tal como afirma Faria¹²⁶ e que nem sempre as línguas se limitam ao padrão, pois a situação determinante é a forma como as sociedades reagem

¹²¹ *Idem*, p. 511.

¹²² Cunha e Cintra, *idem*, p. 44.

¹²³ *Idem*.

¹²⁴ *Idem*, p. 63.

¹²⁵ Cunha e Cintra, *op. cit.*, pp. 4-5.

¹²⁶ Isabel hub Faria *et al.*, *op. cit.*, p. 514.

com base nas línguas em contacto e que constroem os elementos de referência que servirão como matéria de análise para a determinação concreta da língua segundo a sua função dentro da comunidade.

As mudanças que se operaram no contacto entre o português e o kimbundu têm muito a ver com a força com que o colonialismo lançou as políticas que transformaram as sociedades com os grandes fluxos migratórios e a proibição do uso da língua, impondo de certa medida a sua cultura, língua e outros aspetos menos importantes para poder justificar os diversos fatores inerentes às mudanças de paradigmas linguísticos nas sociedades africanas. Assim, à comunidade ambundu não era permitido comunicar através da sua língua sobretudo nos centros comerciais, escolares e na administração etc., e essa situação levou, de certa maneira, a população a falar a língua portuguesa de forma coerciva, esquecendo, desse modo, os elementos que são associados para facilitar a aprendizagem de uma língua segunda. O panorama foi dramático e pouco eficaz, porque nem todos tinham a capacidade de aprender a língua à velocidade em que era imposta, o que originou, de igual modo, a desestruturação de muitas famílias e o conseqüente abandono de traços culturais e linguísticos próprios da comunidade. A outra questão que se levanta é o facto de Angola usar a norma europeia, mas que pouco se sabe sobre a existência da mesma. No entanto, um dos maiores problemas que afeta a comunidade falante da língua portuguesa associa-se a este facto, tanto que Raposo, na sua abordagem sobre a variedade angolana do português, faz referência à questão, afirmando “a falta de acesso a dados robustos sobre a gramática do português europeu padrão, o que dificulta, em certos casos, o processo de reestruturação gramatical que deveria conduzir a uma convergência com essa norma¹²⁷”. Por isso, pode até haver necessidade da escola desempenhar o seu papel, mas as condições em si para o controlo efetivo da língua são um pouco desastrosas, porque pouco se conhece da ferramenta necessária para a estabilização da língua ou que “dão origem à estabilização de novas propriedades gramaticais¹²⁸”.

Como não poderia ser diferente, o contacto entre o português e o kimbundu que é a língua materna da maior parte dos falantes desta região tem conseqüência na norma do português europeu, tal como afirma Raposo “muitas das inovações relativamente à norma europeia resultam da interferência, direta ou indireta, da gramática destas línguas¹²⁹” e salienta ainda que “esta interferência manifesta-se não tanto pela criação de novas palavras, mas sobretudo por alterações nos traços fonéticos, fonológicos, morfológicos e sintáticos do sistema gramatical do português europeu¹³⁰”. Este facto é bastante evidente, porque descreve com exatidão todas as ocorrências registadas através das interferências advindas deste contacto, tal como apresentamos nos relatos anteriores.

¹²⁷ Raposo *et al.*, *op. cit.*, p. 161.

¹²⁸ *Idem.*

¹²⁹ *Idem.*

¹³⁰ *Idem.*

Neste contexto, o subtema que se segue tem como objetivo apresentar os aspetos relacionados com a estrutura do kimbundu, como uma língua que coabita com várias outras línguas do seu grupo genético e o português como participante da formação da história atual do povo angolano, ou seja, absorvendo vários elementos para facilitar a formação de uma variedade linguística que se assume como património cultural de todos os angolanos e que apesar de a sua história ser dramática no período do sistema colonial, venceu durante muito tempo nos anais da sua memória. Sem sombra de dúvida, o angolano procura rever-se e identificar-se com a língua portuguesa que é, principalmente, a língua falada em quase todo o espaço territorial, apesar de haver um certo desprimor no respeito aos aspetos normativos, mas que são naturais para uma zona de confluências linguísticas e que introduzem uma nova gama de elementos interessantes que despertam uma maior atenção dos linguistas, justificada pela quantidade de obras que retratam os níveis acentuados de desvios sobre os padrões linguísticos estabelecidos.

2.2- Caracterização do kimbundu

O kimbundu, como já referimos, é a língua dos povos ambundu¹³¹ falada principalmente na parte centro norte de Angola. Ela pertence à família das línguas bantu que têm características próprias e que coabita com a língua portuguesa desde a chegada de Diogo Cão à foz do rio Zaire em 1483, isto é, no século XV. Tal como qualquer outra língua, o kimbundu também obedeceu ao mesmo círculo descritivo, porque tem uma origem e pertence ao grupo de línguas que sempre despertaram muita atenção aos linguistas pelo carácter ágrafo que carregou durante muito tempo da sua história. Hoje, sobretudo, já apresenta um novo figurino por ter ultrapassado todas as peripécias que estavam associadas às questões da grafia e todos os aspetos normativos que pudessem impedir de se relançar para os padrões exigidos linguisticamente.

Para fazer uma descrição mais cabal sobre o assunto, recorreremos a Heli Chatelain que nos ajudou a descodificar a designação e o significado que lhe é atribuída como língua, quando afirma que “kimbundu” é a “língua geral do antigo Reino de Angola” e que na “literatura portuguesa e estrangeiras era conhecida de língua bunda e entre os brancos de Angola como ambundu¹³²”. O autor salienta que quer um termo quer outro não eram admissíveis por serem termos muito pejorativos e não fazerem parte do dicionário dos utilizadores da língua, portanto, “kimbundu é o termo vernáculo, que significa os pretos d’Angola, os ambundu: o kimbundu, em kimbundu, falar kimbundu, mas nunca falar ambundu ou bunda¹³³”.

¹³¹ Amélia A. Mingas, *op. cit.*, p. 35.

¹³² Heli Chatelain, *Gramática Elementar do Kimbundu ou Língua de Angola*, Genebra: Typ. De Charles Schuchardt, 1888/89, p. XI.

¹³³ *Idem.*

Esta língua transporta consigo vários prefixos que servem como marcas de diferenciação entre o singular e o plural. Nesta vertente, colocaremos alguns e os mais usados apenas para a denominação da língua em relação aos povos que a falam. Assim, para o singular usa-se o prefixo “*mu*-mbundu que equivale a preto ou uma preta e *a*-mbundu que equivale a pretos ou pretas e *ki*-mbundu, a língua ou linguagem de pretos¹³⁴”. Neste contexto, o autor desaconselha a denominação de “língua kimbundu”, visto que, o prefixo *ki* já significa língua, neste sentido, o uso torna-se numa questão redundante:

[...] é, pois, nossa opinião que, se quisermos falar correctamente, devemos dizer «o kimbundu» «o umbundu», mas não «a língua ki-mbundu ou u-mbundu,» porque *ki*- e *u*- já significam língua. [...] para obviar a confusão que, d’outra forma, seria inevitável¹³⁵.

Apesar de haver explicações muito esclarecedoras sobre essa matéria, não é de todo consensual entre os linguistas o uso por exemplo da designação língua kimbundu, porque em várias obras consultadas foi notória a utilização do termo. Deste modo, trata-se de uma matéria importante que nos poderá ajudar a evitar determinadas situações que possam minar a fala daqueles jovens estudantes interessados em desenvolver estudos sobre as línguas de origem bantu. Em termos de caracterização, o kimbundu partilha o mesmo espaço com o kikongo, pertencendo à zona H, isto é, de acordo com o grau de proximidade entre as duas línguas que apresentam na maior parte das suas variantes, “os prefixos das classes 5 (*di*) e 7 (*ki*), situação que as diferenciam das outras zonas e que concede a zona a sua identidade¹³⁶”. Começa-se a justificar o facto de as duas línguas poderem carregar na sua estrutura o prefixo *ki* para a denominação do termo que a representa como pertença dos povos que se localizam no norte e centro norte de Angola.

Em termos de fronteiras linguísticas, o kimbundu circunvizinha-se com várias línguas irmãs do grupo bantu e com elas também compartilha vários elementos que os força a criar outras roturas que venham a dar origem a novas variantes. Assim, para o norte está o *kikongo* que pelo seu contacto, como já nos referimos, deu origem a um grupo linguístico ou dialeto denominado por *dihungo* falado principalmente pelos municípios do noroeste da província do Cuanza Norte. Este facto torna-se muito importante, desde o momento, em que podemos verificar internamente fenómenos linguísticos a ocorrerem na fusão de duas línguas que pertencem à mesma zona de confluência. Para o leste a língua tchokwé, que com ela também forma um dialeto *songu* falado nos municípios fronteiriços entre a província de Malanje e as Lundas Norte e Sul e para sul o umbundu, essa última também forma um dialeto denominado *ngoya* falado na região do Kwanza Sul, pois o norte da província do Kwanza Sul tem o kimbundu como língua. Neste contexto, em termos de similitude, o kimbundu tem mais afinidade com os seus vizinhos mais próximos como o kikongo e o umbundu, isto é, pelos

¹³⁴ *Idem.*

¹³⁵ *Idem*, p. XII.

¹³⁶ João Fernandes e Zavoni Ntondo, *op. cit.*, p. 89.

traços que apresentam estas mesmas línguas¹³⁷. Nesta conformidade, para além dos traços e a proximidade que as caracterizam, ainda assim, diferenciam-se umas das outras nos aspetos fonéticos, fonológicos e morfossintáticos, o que inibe de certa maneira a compreensão entre os falantes de uma determinada língua, verificando-se que, mesmo “sabendo-se um destes idiomas ou conhecendo a sua construção, não seja fácil aprender também qualquer outro¹³⁸”.

Consequentemente, Chatelain considera o kimbundu como uma língua que também tem outras características essenciais que a distinguem de muitas outras, tais como:

1) a conjugação negativa de Loanda, formada pelos pronomes subjectivos suffixos, os quaes servem igualmente para a formação dos possessivos e dos verbos emphatico, 2) a falta do passivo regular das línguas bantu, substituído por uma circumlocução curiosíssima, 3) os participios passivos, passados e futuro, 4) a falta do sufixo recíproco *-ana*, substituído pelo sufixo infixivo reflexivo *ri*, 5) a falta do locativo *-ni*, 6) o verbo demonstrativo e o emphatico, 7) a lei de preferência na escolha dos suffixos negativos depois de um pronome infixivo, 8) a elisão do *b-* inicial dos antigos prefixos de classe: *ba-* (*a-*), *bi-* (*i-*), *bu-* (*u-*), etc¹³⁹.

Logo, devemos necessariamente estudar estas particularidades que ela apresenta para facilitar a compreensão dos outros factos mais complexos verificados durante o processo de ensino e aprendizagem, apesar dos elementos análogos encontrados no grupo a que pertence. Como é evidente, cada língua varia de um espaço para outro e o kimbundu de acordo com o que foi referido é falado numa vasta extensão do território angolano e tem contacto com várias línguas dos espaços vizinhos. Este facto faz com que ela apresente uma vasta gama de variações que podem ser diatópicas, diastráticas e diafásicas, e constituindo uma referência para as comunidades em que é falada. Dentro destes espaços, convém salientar que o kimbundu falado em Luanda e em Camabatela-Ambaca satisfaziam as variantes de prestígio da língua, como podemos encontrar registado em variadíssimos materiais que tivemos a oportunidade de os consultar. Esta referência justifica-se pelo facto de esses espaços granjearem um estatuto quase especial pela consideração ou simpatia que os colonizadores detinham dos habitantes destas duas grandes regiões do território de Angola. Deste modo, há que admitir que esta posição que se atribuía à língua era apenas mais um pretexto para demonstrar aos falantes que uns tinham mais capacidade de falar com perfeição a língua em relação a outros e que, de certa maneira, era importante criar princípios que valorizassem a língua.

Há registos de variantes do kimbundu em todos os espaços em que é falado, apesar de não reunir consenso entre os linguistas. Todavia, em cada localização geográfica, de certo modo, os utilizadores apresentam falares que os diferenciam uns dos outros, tendo em atenção aos aspetos tidos como padrão e que caracterizam, como dissemos, aquela que é falada pelos indivíduos de prestígio da comunidade. Assim, constitui matéria descritiva entre

¹³⁷ Heli Chatelain, *op. cit.*, p. XIV.

¹³⁸ *Idem.*

¹³⁹ *Idem*, p. XV.

Redinha e Chatelain ao indicarem as regiões em que é falado kimbundu, apesar de não mencionarem ou considerarem como variantes da língua. Concretamente, ela é falada, como não poderia deixar de ser, em “Luanda, Calumbo, Muxima, Massangano, Cambambe-Dondo, Pungo-ya-Ndongo, Malanje, Duque de Bragança-Calandula, Camabatela-Ambaca, Ndalatando-Cazengo, Golungo-Alto, Zenza do Golungo, Alto Dande, Eucoje, Ambriz, Barra do Dande, Barra do Bengo, e Icolo e Bengo¹⁴⁰” e ao norte do Kwanza-Sul, como por exemplo o “Libolo e Mussende¹⁴¹”. Como podemos observar, a província do Cuanza Norte representa, de maneira geral, o ponto de referência da língua, pois é com base nessa referência que, cautelosamente, se emite um juízo mais detalhado das questões linguísticas que podem interferir acentuadamente aos níveis dos falantes desse espaço geolinguístico. Deste modo, essas localidades têm particularidades linguísticas próprias que as caracterizam na fala e todos estes elementos podem fazer parte da identidade da região, para facilitar o enquadramento dos vários traços que os utentes usam como marcas identitárias e que, muitas vezes, essa maneira de falar dos povos é considerada como a variante daquela ou dessa região, como podemos aferir em Fernandes e Ntongo aquando da apresentação das variantes do kimbundu na obra *Angola: Povos e Línguas*.

A língua desempenha a função de fazer com que os falantes transmitam os seus sentimentos, mas sem fazer jus aos aspetos marcantes e que sirvam como referência para determinar a diferença existente nos falares de um grupo para outro. No entanto, é um exercício que poderia ser desenvolvido se os falantes tivessem domínio da língua que falam, segundo as normas linguísticas. Entretanto, muitos dos utilizadores do kimbundu estão desprovidos de conhecimento do sistema ortográfico da língua, visto que, o único domínio que se pode aferir é o baseado na oralidade. A falta de políticas sérias para o ensino da mesma é um outro elemento desincentivador e que faz com que parte dos falantes da mesma não tenham conhecimento ao nível ortográfico para se poder estabelecer uma diferença acerca de como um grupo faz o uso da língua em todas as modalidades. Tal como considera Augusto:

[...] 70% dos kimbundu, em Angola, domina apenas a língua em sistema ágrafo. Esses utentes passam-na oralmente de geração para geração. O seu acervo linguístico é assegurado pelo testemunho da comunidade onde ele se desenrola, com citações de fórmulas ancoradas na tradição, sujeitando-a à verificação normativa oral, recorrendo a expressões como: “segundo a nossa tradição”, “como dizem os mais velhos [...]”¹⁴².

Esta situação pode ainda ser verificada nos nossos dias, tal como foi referido na questão ligada à falta de incentivos ou de políticas linguísticas sérias que levariam à criação de condições para o ensino das línguas tidas em contexto político como nacionais, pelo menos nas escolas estatais. Pensamos, de facto, que esta situação viria a contribuir positivamente

¹⁴⁰ José Redinha, *Quem são os ambundu?* Luanda: Imprensa Nacional de Angola, 1964, p. 4.

¹⁴¹ Heli Chatelain, *op. cit.*, p. XV.

¹⁴² Moisés Alves Augusto, *Morfologia Contrastiva entre Português e Kimbundu: Obstáculos e suas Causas na Escrita e Ensino da Língua Portuguesa entre os kimbundu em Angola*, S. Paulo: Tese de Doutoramento PUC-SP, 2016, p. 70.

para a aprendizagem da língua portuguesa, uma vez que ainda é notória no país a existência de zonas em que os serviços escolares não funcionam adequadamente.

Tal como já referimos, o kimbundu apresenta uma gama de prefixos que desempenham várias funções morfossintáticas. Sendo assim, a categoria pronominal é também representada por estes elementos mórficos que, muitas vezes, se agregam aos verbos e tomam à designação de infixos. Assim, veja-se o quadro representativo dos pronomes pessoais retos e oblíquos em kimbundu:

Quadro 5 - Pronomes pessoais retos e oblíquos¹⁴³

Pronomes pessoais retos				Oblíquos			
Singular		Plural		Singular		Plural	
1 ^a	eme	1 ^a	etu	1 ^a	ngi	1 ^a	tu
2 ^a	eye	2 ^a	enu	2 ^a	ku	2 ^a	nu
3 ^a	mwene	3 ^a	Ene	3 ^a	mu	3 ^a	a

Tal como diz a norma europeia do português, as línguas africanas também seguem os mesmos parâmetros para determinar o funcionamento dos pronomes de acordo com a sua posição na frase. Os retos no kimbundu também desempenham o papel de sujeito e os oblíquos ou infixos o de complemento direto ou indireto. Contudo, para além das funções que os mesmos desempenham que são quase similares aos da língua portuguesa, pode-se notar uma ligeira diferença na disposição dos seus elementos. Assim, Miguel afirma que, “os pronomes absolutos acompanham-se dos prefixos subjetivos quase equivalentes em português¹⁴⁴”, por exemplo:

- a) Etw twa mu dya. = Nós comemos.
- b) Eme ngala ni oma. = Eu tenho medo.
- c) Mwene wa mesena ku dya xitu. = Ele quer comer a carne.
- d) Eme ngatexile malesu. = Eu deitei os lenços.

Para além dos pronomes pessoais absolutos e os prefixos que são subjetivos, há os pronomes objetivos determinados pela posição que ocupam e a sua relação com o verbo, subdividindo-se em infixos e sufixos. No entanto, a categoria dos infixos é mais importante, porque são os elementos que equivalem aos pronomes oblíquos na língua portuguesa e por constituírem também a categoria em que vai incidir a nossa abordagem. Como sabemos, a função que os infixos desempenham na frase são fundamentais, tanto que ao exercerem essa mesma função, muitas vezes, saltam à vista por apresentarem um modo de colocação permanente em todas as frases. É este fato é bastante determinante na analogia que desejamos estabelecer com a língua portuguesa. A partir disto, poderemos falar sobre a estrutura sintática do kimbundu e ver, desde já, a posição que os constituintes frásicos ocupam, em relação à língua portuguesa, isto é, em conformidade com as disposições gramaticais. Assim, para podermos estabelecer esta diferenciação exige-se do investigador uma atenção especial, pelo facto de haver algumas abordagens sobre a inexistência na língua

¹⁴³ Heli Chatelain, *op. cit.*, p. 77.

¹⁴⁴ Maria Helena Miguel, *op. cit.*, p. 54.

de elementos que possam ser considerados como pronomes oblíquos, tal como afirma Márcio Undolo “nas línguas bantu, não existem pronomes clíticos. Numa tradução do bantu para o português, não se deve confundir os morfemas pré-verbais bantu, que têm valor de “afixo”, com as formas clíticas pronominais românicas¹⁴⁵”. Contudo, esta tese provoca-nos algum ceticismo, porque de acordo com as várias investigações feitas, para aferir a veracidade deste paradoxo, podemos confrontar que o “afixo representa cada um dos morfemas não autónomos (prefixo, sufixos e infixo)¹⁴⁶” e infixo é na prática o “fonema que se intercala entre a raiz e o sufixo de uma palavra¹⁴⁷”. Para isso, o termo infixo neste caso particular ganha uma denotação de um elemento colocado ou inserido no meio, isto é, infixo no kimbundu significa um elemento que intercala entre o pronome pessoal e o verbo de acordo com a análise, porque intercalar para o léxico significa “que se mete permeio¹⁴⁸”. Entretanto, Chatelain afirma que se chama pronome objetivo infixo, porque “a sua posição é entre o radical do verbo e as partículas formativas que o precedem, tanto nos tempos compostos como nos simples¹⁴⁹”, tal como podemos verificar nos elementos sublinhados nas frases seguintes:

Por exemplo:

- a) Eie u ngi zola. = Tu amas-me.
- b) Mwene u ngi zola. = Ele ama-me.
- c) Enu nu ngi zola. = Vocês amam-me.
- d) Ene a ngi zola. = Eles amam-me.

Os exemplos justificam os reais motivos pelos quais os pronomes desta categoria são chamados de infixo, ultrapassando, deste modo, as interrogações que provavelmente possam causar na interpretação das mais variadas informações que circulam no mundo académico, apesar de haver na realidade algumas circunstâncias bem justificadas que aferem a inexistência de alguns pronomes clíticos no kimbundu. Contudo, fica aqui o desafio para a identificação dos elementos que julgamos não estar em consonância com a realidade objetiva da língua aquando se ressalta a questão ligada com a fiel tradução dos clíticos no sistema estrutural da língua portuguesa. No entanto, os estudos feitos acerca da língua tomaram um rumo não tão satisfatório pelas razões indicadas no subtema anterior, em que a falta de incentivo tem deixado a comunidade linguista sem condições para se empenhar, cada vez mais, na determinação dos aspetos julgados necessários para a aprendizagem da língua. Assim, os infixos na língua obedecem a uma estrutura fixa entre os vários elementos que compõem a frase e a determinação dos mesmos só é possível se se deter um conhecimento

¹⁴⁵ Márcio Undolo, *A Norma do Português de Angola: Subsídio para o seu Estudo*, Caxito: ESP-Bengo, 2016, p. 197.

¹⁴⁶ António Houaiss *et al.*, *op. cit.*, p. 135.

¹⁴⁷ *Idem*, p. 2093.

¹⁴⁸ *Idem*, p. 2840.

¹⁴⁹ Chatelain, *op. cit.*, p. 73.

profundo da língua, caso contrário, enveredaríamos em reflexões menos salutares que podem às vezes comprometer os procedimentos a adotar no ensino da língua.

2.3-Estrutura do kimbundu

Para falarmos da estrutura sintática de uma língua, é necessário que tenhamos conhecimento sobre a composição dos elementos e das regras a seguir para a construção adequada das suas frases, porque são os constituintes que podem servir de base a identificação desta estruturação. Segundo Chomsky, “a língua é um conjunto (finito ou infinitos) de frases, todas elas de extensão finita e construídas a partir de um conjunto de elementos¹⁵⁰”. Assim, para compreender a forma como estão dispostas estas frases tinha de se recorrer necessariamente ao auxílio de uma gramática, uma vez que “todas as línguas naturais quer na forma oral quer na escrita são línguas nesse sentido, possuindo um número finito de fonemas ou de letras no seu alfabeto¹⁵¹”. E na ocorrência destas disposições, determina-se que a sequência frásica de uma língua é caracterizada por este conjunto finito de fonemas que devem estar colocados seguindo as posições de uma gramática. São as gramáticas que fazem a gestão completa dos instrumentos estruturais das línguas, assentes principalmente nas questões relacionadas com a gramaticalidade e agramaticalidade no funcionamento sintático da língua.

Assim, a estrutura de uma língua é determinante para estabelecer os aspetos normativos e conhecer as disposições dos constituintes, que em algumas circunstâncias têm levantado muitas discussões no âmbito da linguística, sobretudo quando se procura estabelecer ou determinar os traços identificativos de uma língua. Quando se refere o objetivo fundamental da análise linguística de uma língua toca-se, por conseguinte, naquilo que Chomsky expõe como “distinção das sequências gramaticais que são as frases de L, das sequências agramaticais que não são frases de L e estudar a estrutura das sequências gramaticais¹⁵²”. Neste contexto, o autor vai mais além, considerando que “a gramática de L será, assim, um mecanismo que gera todas as sequências gramaticais de L e nenhuma das sequências agramaticais¹⁵³”, pois “uma forma de testar a adequação de uma gramática proposta para L consiste em determinar se as sequências que esta gera são efetivamente gramaticais ou não, isto é, aceitável por um falante nativo¹⁵⁴”.

No entanto, a ordem dos elementos de formação da frase na língua portuguesa obedece a uma estrutura básica baseada genericamente em Sujeito + Verbo + Objeto (SVO)¹⁵⁵ e que se pode flexibilizar em vários padrões, tais como, por exemplo, a inversão dos seus pares constituintes. Deste modo, pode-se encontrar dispostas em sequências frásicas que

¹⁵⁰ Noam Chomsky, *Estruturas Sintáticas*, Trad.: Madalena Cruz Ferreira, Lisboa: Signos, 1957, p. 15.

¹⁵¹ *Idem.*

¹⁵² *Idem.*

¹⁵³ *Idem.*

¹⁵⁴ *Idem.*

¹⁵⁵ Ana Maria Martins e Ernestina Carrilho, *op. cit.*, p. 372.

ultrapassam a ordem básica, mas que tenha como referência algumas construções próprias da língua que traduz os seus fundamentos gramaticalizados e que seguem os mesmos padrões ligados à inversabilidade. Esta flexibilidade que a língua portuguesa apresenta na disposição da sua estrutura, de um modo geral, difere principalmente da estrutura das línguas africanas, que têm na prática uma forma quase fixa dos constituintes frásicos. Deste modo, verifica-se na sua estrutura linguística um sistema de ordem sintática não noviço, ou seja, que não surpreende os linguistas, que se centra numa componente fixa constituída por Sujeito + Objeto + Verbo, ao contrário de “todas as línguas locais guineenses, as estruturas sintáticas são as mesmas que as da língua portuguesa (SVO), com exceção a da mandiga¹⁵⁶ (SOV)¹⁵⁷”. Por conseguinte, o kimbundu em termos genéricos pertence a este grupo de línguas africanas que apresenta uma estrutura configurada por Sujeito + Objeto + Verbo, uma língua que pode ser associada a muitas outras línguas, com características quase similares. Neste sentido, Cavalli-Sforza considera “a gramática como a parte mais estável das línguas, embora também sofra alterações importantes¹⁵⁸”. Consequentemente, o autor traz como exemplo para esta questão o seguinte:

“Em Francês e em Italiano, a estrutura normal da frase tem a seguinte ordem; sujeito (S), verbo (V) e objeto (O), sendo simbolizada por SVO. Mas as oito combinações possíveis de S, V, O existem todas, só que SVO e SOV são as mais frequentes. As mais raras são OVS e OSV que se encontram em algumas línguas ameríndias¹⁵⁹”.

Como sabemos, a língua portuguesa pode ser enquadrada neste exemplo dado pelo autor pelo simples facto de encontrarmos patente sua ordem frásica este princípio, não só por ser língua irmã do francês e do italiano, mas também pela flexibilidade que apresenta na estrutura normal da frase. Logo, ao estabelecermos uma analogia com a ordem da frase do kimbundu, poderemos determinar que a mesma começa a distanciar-se da estrutura das demais pelo facto de se apresentar como sendo uma língua que não adota outras formas na sua estrutura, permanecendo intacta na disposição de todos os seus constituintes frásicos. Assim, consideramos que a maior influência desviante que se verifica permanentemente, quer na oralidade quer na escrita, por parte dos utilizadores da língua portuguesa poderia advir deste contraste estrutural, uma vez que o kimbundu não obedece à flexibilidade da estrutura a que as outras línguas estão sujeitas. Mas, este pensamento pode estar eivado de equívocos, porque nem sempre o falante se baseia periodicamente na estrutura de uma língua para expor os seus sentimentos durante a fala, ou seja, a falta de instrução dos utilizadores da língua não nos fornece um campo favorável para fazer o uso dos princípios meramente

¹⁵⁶ Mandiga é uma língua africana pertencente a família Níger-Congolesa, falada principalmente na África Oriental.

¹⁵⁷ IILP/AULP, *Interpenetração da Língua e Culturas de/em Língua Portuguesa na CPLP*, Luanda: CPLP e IILP, 2010, p. 225.

¹⁵⁸ Luigi Luca Cavalli-Sforza, *Genes, Povos e Línguas*, Tradução de Edite Caetano, Lisboa: A Triunfadora, Artes Gráficas, 1996, p. 304.

¹⁵⁹ *Idem*.

estabelecidos. Contudo, “os funcionalistas consideram não existir estrutura profunda, mas antes graus de pertinência linguística¹⁶⁰”, salientando também que “não há universais linguísticos para lá do implicado na definição da língua, porque pelo que observou, a língua é uma organização sintática específica¹⁶¹”. Este facto poderia ser fundamental para justificar a razão para que haja disposições frásicas que não sigam a ordem canónica de (SVO), constituindo, assim, as formas mais frequentes. Deste modo, a ordem das frases é fundamental, apesar de não ser suficiente para a determinação das dicotomias existentes na língua, tal como Martinet afirma:

O que deve ser evitado a todo o custo não é apenas a afirmação cientificamente estéril absurda da identidade de todas as línguas, mas também a tentação dicotómica de estabelecer duas e só duas estruturas de base, isto depois de termos descoberto a existência de construções ditas ergativas que dificilmente se podem encaixar no modelo verbo-sujeito-objeto tradicional¹⁶².

Neste contexto, existe uma particularidade nas línguas bantu, no que tange à posição do pronome pessoal, complemento direto ou indireto. Em kimbundu, por exemplo, “não ocupa a mesma posição que ocupa na língua portuguesa, já que nesta língua os pronomes antepõem-se ao verbo¹⁶³”, contrariamente ao que acontece na língua portuguesa em que “a posição do pronome oblíquo é no fim do verbo¹⁶⁴”

Exemplos:

“Nga ku ximana”. Traduzindo é: “Elogiei-te”, mas de acordo com a posição do infixo ku seria “Te elogiei” como forma desviante do uso da próclise.

“Ene a ngi longo”. Traduzindo é: “Eles ensinaram-me”.

Para além desse facto, Miguel, na sua abordagem sobre a colocação dos pronomes oblíquos, refere que “ao contrário do português, no kimbundu, nenhum contexto de ocorrência dos infixos objetos reflexivos e recíprocos altera a sua posição pré-verbal. Quer dizer, independentemente das diferentes construções frásicas (tipo e formas de frases, tipos de orações, inclusão de determinados advérbios e pronomes, etc.) o posicionamento destes pronomes é sempre imediatamente antes do verbo principal e posterior ao morfema formativo¹⁶⁵”

Exemplos:

- Frases afirmativas

¹⁶⁰ André Martinet, *Função e Dinâmica das Línguas*, Trad., Jorge de Moraes Barbosa e Maria Joana Vieira Santos, Coimbra: Almedina, 1995, p. 240.

¹⁶¹ *Idem.*

¹⁶² *Idem.*

¹⁶³ Muamba Garcia Neto, *Aproximação Linguística e Experiências Comunicacional*, Luanda: Mayamba, 2012, p. 26.

¹⁶⁴ *Idem.*

¹⁶⁵ Miguel, *op. cit.*, p. 56.

- a) Eme nga mi-tela sabhú. = *Eu contei-vos uma fábula.
- b) Ngí tangele o maka yé. = *Me diz o seu problema ` = Diz-me o seu problema.
- c) Mano João ngi zuele o Kid. = *Mano João me fala a verdade = Mano João fala-me a verdade.
- d) Nga ku zuela o Kid. = *Te falei a verdade = Falei-te a verdade.

Neste contexto, várias são as formas que poderemos utilizar para podermos justificar estas aceções com base naquilo que são as normas do kimbundu, que tem um sistema bastante complexo, como sabemos, por ser uma língua meramente prefixal. Assim, as formas pronominais, como foi referido, são representadas pelos infixos sublinhados nas mais variadas frases das alíneas a, b, c e d, constituindo, deste modo, a forma afirmativa que analogamente poderia corresponder à ênclise dos padrões da língua portuguesa. Como pode ser visto, a ordem varia consecutivamente em todas as suas formas e modos de estruturação das suas frases, uma vez que esse padrão enclítico na prática é totalmente inexistente nesta língua. O que muitas vezes acontece é a influência do bilinguismo que paira nos falantes nativos da língua africana que usam os padrões do português para servir de suporte básico para a tradução dos elementos que constituem ou correspondem aos pronomes oblíquos do kimbundu. Todavia, a situação proclítica é a característica fundamental para podermos distingui-la principalmente do português, a língua com que repartem espaços em todos os momentos, isto é, pelo facto de ser a língua de união dos povos que habitam não só aquele espaço do território do Cuanza Norte, como de Angola, em geral. Por isso, todos os estudos feitos em torno da ordem sintática desta língua são importantes, mas não devem servir para acomodar os falantes ou aprendentes da língua portuguesa na insistência ao uso de traços desviantes, porque cada língua tem os seus pressupostos normativos e, como dissemos, Angola obedece aos padrões normativos do português europeu e é a essa norma a que se deve submeter, criando mecanismos para ultrapassar todos os fenómenos que ocorrem na língua.

Para tal, o necessário é conhecer a norma para que os profissionais se encarreguem da melhor maneira de identificação dos outros aspetos que ferem o bom uso da língua e associá-los aos restantes, de modo a serem ultrapassados com metodologias mais adequadas, ao invés de corrigir o falante sem fundamentos linguísticos. Afirma Santos apoiada por M. Alvar:

Em comunidades linguísticas bilingues ou em situações de diglossia, defende-se que se devem respeitar as duas normas, correspondentes à língua maioritária e à língua minoritária, cabendo aos falantes distinguir o uso de uma outra consoante as situações de comunicação. Evidente que o domínio apenas de uma norma local cria situações de exclusão porque «el sistema supralocal es obra colectiva de generaciones y generaciones y de todas las regiones de una nación [...]»¹⁶⁶

¹⁶⁶ Manuel Alvar, 1982, p. 51-52 *apud* Dulcelina Silva dos Santos, *Prestígio Linguístico e Ensino da Língua Materna*, Porto: Porto Editora, 2002, p. 66.

Nesta perspectiva, o ideal seria a conservação desta norma presente implicitamente no inconsciente do indivíduo, respeitando, deste modo, o convívio entre ambas as normas, mas o que acontece reflete realmente num projeto de norma que se baseia num estudo de língua que recebe e emite um conjunto de elementos que influenciam negativamente este convívio. Contudo, o importante é que haja um despertar da comunidade em considerar que existe no seu seio uma forma de falar que não se adequa aos padrões de uma língua que foi estabelecida para servir de veículo de transmissão cultural.

O kimbundu tem uma vasta gama de particularidades que determinam a construção da sua ordem fraseológica, em que para construir uma frase, necessariamente, temos de dominar um conjunto de elementos que lhes são característicos, a fim de assegurar em todos os moldes esses princípios. Assim, para colocar uma frase na forma negativa é necessário o uso de alguns prefixos, tais com, *ki*, *ku*, *ka*. Segundo Chatelain, “contenta-se com antepor *ki* à forma afirmativa¹⁶⁷” e na “segunda pessoa do singular este *ki* une-se com o pronome prefixo *u* e aparece com a forma *ku*¹⁶⁸”. O mesmo poderá acontecer para a “terceira pessoa do singular e do plural dos verbos regidos por um nome da classe I usa-se *ka*. Mas, ambos *ku* e *ka* podem ser precedidos do prefixo negativo *ki*¹⁶⁹”.

- Frases Negativas

Exemplo:

- a) Eye ku ngi zolami. = Tu não me amas.
- b) Ku ngi zole. = Não me amas.
- c) Ki nu ngi bete dingi. = Não me batam mais.
- d) O mulambi ka ngi bingé dingi kitadi. = A cozinheira não me pediu mais dinheiro.

Entretanto, se prestarmos atenção às construções das alíneas a, b, c e d verificamos que a colocação do pronome clítico no kimbundu é semelhante à do português na situação proclítica, concluindo que ambas têm um casamento perfeito neste sentido. Mas, o curioso é que a posição dos elementos clíticos ou infixos da primeira língua se apresentam numa única posição, ou seja, têm uma posição fixa em todas as suas formas ou tipos de frases pronominais, sendo uma característica peculiar que a língua carrega e que a distingue, mais uma vez, das inúmeras formas pronominais do português.

Naturalmente, uma outra questão que carece de atenção é o facto de certos prefixos no kimbundu não exercerem uma única função, pois o caso especial do prefixo “*ku*” que age como pronome átono de segunda pessoa, também pode exercer a função de prefixo formativo do infinitivo dos verbos e tantas outras funções. Neste sentido, o conhecimento que se solicita dos aprendentes da língua é redobrado, pois como se sabe uma das características que

¹⁶⁷ Chatelain, *op. cit.*, p. 51.

¹⁶⁸ *Idem.*

¹⁶⁹ *Idem.*

essa língua apresenta é o uso frequente de prefixos, sufixos e infixos (afixos) que a torna numa língua com uma estrutura sintática muito complexa.

Tal como funcionam as frases negativas marcadas por base de um prefixo que desempenha essa função, o mesmo se sucede com as frases no futuro que também são representadas por uma base prefixal que exerce o mesmo papel. Neste contexto, segundo Kamuxito, “a conjugação dos verbos em todos os tempos é a mesma, com exceção do futuro, que tem duas variantes, a da região de Malanje-Cuanza Norte e a do Bengo-Luanda¹⁷⁰”. Assim, para o kimbundu falado em Malanje e Cuanza Norte usam o prefixo “ngi + anda” e para a outra região o prefixo “ngi + ondo”. Mas, importa salientar que ambos os prefixos servem apenas para formar o tempo futuro de qualquer verbo em kimbundu. Podemos, portanto, observar os exemplos extraídos da obra de Kamuxito:

1ª variante

- a) Eme nganda diela = Eu arrepender-me-ei
- b) Eie uanda diela = Tu arrepender-te-ás
- c) Muene uanda diela = Ele arrepender-se-á
- d) Etu tuanda diela = Nós arrepender-nos-emos
- e) Enu muanda diela = Vós arrepender-vos-eis
- f) Ene anda diela = Eles arrepender-se-ão

2ª variante

- a) Eme ngondo diela = Eu arrepender-me-ei
- b) Eie uondo diela = Tu arrepender-te-ás
- c) Muene uondo diela = Ele arrepender-se-á
- d) Etu tuondo diela = Nós arrepender-nos-emos
- e) Enu muondo diela = Vós arrepender-vos-eis
- f) Ene ondo diela = Eles arrepender-se-ão

Verifica-se aqui, de uma forma geral, uma certa dispersão dos elementos que compõem o kimbundu, a categoria dos infixos ou dos pronomes oblíquos na relação entre os prefixos formativos do futuro, aglutinando-se para formar uma única palavra que separa o pronome reto do verbo. Chatelain estabelece como regra geral o seguinte: “1) os pronomes infixos são iguais aos pronomes prefixos, 2) que *ku* e *mu* são as únicas exceções, 3) que um serve tanto de pronome pessoal como de pronome da classe I e acrescenta que o seu uso pode ser estendido a todos os nomes de racionais, embora pertença a outra classe¹⁷¹”. Neste contexto, o autor explica também os fenómenos que ocorrem na língua pelo cruzamento entre duas vogais, que justifica, por conseguinte, a ligação dos elementos acima referidos,

¹⁷⁰ Júlio António (Jujú Kamuxito), *Noções de Gramática da Língua Kimbundu*, Luanda: Edições de Angola, 2011, p. 56.

¹⁷¹ Chatelain, *op. cit.*, p. 77.

em que “o caso de o pronome infixo a encontrar-se com um i - inicial pode ambos combinar-se em (a+i=e). Indica o desaparecimento de i por um apóstrofe¹⁷²”. Sendo assim, poderemos verificar que os infixos ligados às formas verbais foram marcados por este processo que culminou na aglutinação ou junção dos seus elementos. Para tanto, “quando ngi pronome prefixo acontece ser seguido do infixo a, suprime-se o i (ng’ a sota); sendo, porém, seguido de u ou i pode conservar-se o i de ngi (ngi ou ng’ u kuta)¹⁷³”. Entretanto, o funcionamento da língua também obedece a uma série de procedimentos que, em certa medida, vem tornar cada vez mais complexo o seu sistema, pois para o uso correto das suas frases o utilizador da língua também deve submeter-se às regras para granjear o prestígio da sociedade que detém as normativas da língua. Assim, para melhor compreender as classes em que cada pronome pessoal infixos pertence, observa-se o quadro abaixo:

Quadro 6 - Sinóptico dos pronomes infixos pessoais¹⁷⁴

Classe	Singular	Plural	Classe	singular	Plural
I	mu	a	IV	di ou ri	ma
II	u	i	V	u	
III	ki	i	VI	lu	
IX	i	ji	VII	tu	
X	ka	tu	VIII	ku	

Para além das transformações que se registam nos infixos para formar o tempo futuro no kimbundu também se verifica, a partir destes, as outras características que determinam outros tempos gramaticais. Por isso, é necessária uma chamada de atenção aos utilizadores da língua para o domínio das regras, uma vez que o sucesso da aprendizagem de uma língua passa primeiramente pelo conhecimento da língua materna. Assim, o quadro sinóptico apresenta uma série de elementos importantes para a construção da frase em kimbundu, em que se associam aos outros pronomes infixos para formar como dissemos, uma certa união entre os pronomes retos com os seus complementos. Nestes moldes, Kamuxito também apresenta, na sua obra, um quadro que demonstra, de forma resumida, a relação existente entre os pronomes referenciados. Observa-se¹⁷⁵:

Quadro 7 - Sobre a relação ou unificação dos pronomes¹⁷⁶

Pronomes pessoais absolutos	Pronomes pessoais absolutos complementos
eme	nga, ngi, ngo
eye	u, ua, uo
mwene	u, ua, uo
etu	tu, tua, tuo
enu	mu, mua, muo
ene	a, o

¹⁷² *Idem.*

¹⁷³ *Idem.*

¹⁷⁴ *Idem*, p. 78

¹⁷⁵ Júlio António (Jujú Kamuxito), *op. cit.*, p. 39.

¹⁷⁶ *Idem*, p. 39.

Cada um destes elementos representa a cadeia dos pronomes pessoais retos e oblíquos, destacando-se principalmente outras funções que exercem na frase nos domínios representativos dos tempos verbais, em que “Eme é parceiro de ngi, nga e ngo que representa a 1ª pessoa do singular e, do mesmo modo, o ngi corresponde ao presente do verbo¹⁷⁷”. Onde nga, ngo correspondem ao pretérito e ao futuro. Assim, podemos estabelecer de acordo com o quadro a sequência dos elementos que correspondem às 2ª e 3ª pessoas quer do singular quer do plural na mesma dimensão. A partir deste momento, percebemos que os infixos desempenham várias funções nas frases e, como bem pode ser dito, o enraizamento da estrutura morfossintática desta língua no indivíduo pode criar várias interferências, positivas ou negativas, na língua de contacto. Assim, o contacto entre as línguas favoreceu as trocas dos inúmeros vocábulos e a introdução de alguns nomes que enriqueceram, de maneira geral, não só a toponímia do país, bem como o fortalecimento das relações entre os grandes grupos étnicos que durante muito tempo estavam divididos linguisticamente. Com base nisso, far-se-á uma abordagem sobre as influências que resultaram deste contacto entre o kimbundu e o português.

2.4- Influência do kimbundu

É evidente, quanto natural, a influência do contacto linguístico entre o português originário de Portugal e as línguas africanas. É igualmente evidente a influência dos contextos social e cultural intrínsecos à realidade angolana¹⁷⁸. Daí que, vários investigadores apontam que um dos fatores que influencia a aprendizagem da língua materna se deve à situação cognitiva, experiências linguísticas que os jovens vão vivendo na sua fase de crescimento, justificando o desenvolvimento da linguagem, porque nem todas as crianças viveram as mesmas experiências e adquiriram os mesmos conhecimentos, características genéticas ou não, sendo responsáveis pelas diferenças de capacidade possíveis de observar no lugar onde se nasce, nos meios sociais e culturais em que se cresce¹⁷⁹.

Ainda Ferraz, “quando a criança entra na escola para aprender, o ensino formal tem início, a atenção a prestar ao que ela sabe e não ao que não sabe¹⁸⁰”. A autora considera que “este é um dos fatores determinantes para o sucesso da aprendizagem da língua¹⁸¹”. Destacando também que, a maior parte das influências verificadas no uso da língua são do âmbito oral, isto é, pela forma espontânea como é adquirida e “ela será o meio de comunicação com os professores, com os companheiros, e também em contínuo, vai ser o objeto de aprendizagem¹⁸²”. Podemos dizer que tem sido muito frequente os professores deixarem de valorizar o conhecimento que os alunos trazem para a escola, porque o seu

¹⁷⁷ *Idem.*

¹⁷⁸ Cf. Rui Vieira Castro e Maria de Lourdes Sousa, *Linguística e Educação*, Lisboa: Colibri, 1998, p. 86.

¹⁷⁹ Maria José Ferraz, *Ensino da Língua Materna, Universidade de Lisboa*, Lisboa: Caminho, 2007, p. 18.

¹⁸⁰ *Idem.*

¹⁸¹ *Idem.*

¹⁸² *Idem.*

objetivo estará mais ligado ao cumprimento do seu programa, ao invés de explorar aquilo que ele traz para o sucesso do ensino em todas as vertentes. A questão relacionada com as línguas passa por este pressuposto, pois esquece-se que o sucesso do ensino-aprendizagem de uma língua passa primeiramente pela exploração dos aspetos que o indivíduo domina, isto é, não colocar de parte os traços da sua língua materna. Assim, Ferraz considera que “quem ensina não pode ignorar que os alunos a quem se dirige adquiriram já saberes que lhes permitem servir-se da língua, mas que há diferenças entre a forma como a dominam¹⁸³”. Neste contexto, “não se pode esquecer que a língua que ele próprio fala está marcada pelos mesmos condicionamentos que são a causa das diferenças em relação aos alunos¹⁸⁴”. Deste modo, para além dos aspetos já aflorados pela autora, traz também à tona as circunstâncias em que a língua é ensinada e aponta mesmo que “o insucesso da aprendizagem resulta do facto de a linguagem que o professor utiliza não ser compreendida pelos alunos¹⁸⁵”, porque muitas vezes os alunos não encontram um espaço para poder consolidar o que aprendem na escola e com isso, “pode estar em causa o uso de variantes regionais ou de níveis de língua desadequado¹⁸⁶”.

Este caso, se fosse levado em consideração, do nosso ponto de vista resolveria de maneira geral os problemas linguísticos que são transportados da família para a escola, que atualmente revelam níveis alarmantes. Neste caso, é necessário que os alunos saibam que construções são adequadas para o uso e quais não, para que sejam evitadas dentro das zonas de confluências da língua, constituindo “o início de uma sensibilização às diferentes variedades linguísticas, sejam elas de natureza social, regional ou outra¹⁸⁷”. É bastante notória a existência de influências oriundas do contacto entre o kimbundu e a língua portuguesa, muitas destas são do foro gramatical, tal como referimos nos subtemas anteriores, os falares de uma comunidade multilingue geram uma série de interferências assimiladas principalmente pelos indivíduos das camadas menos escolarizadas. Este facto leva os alunos a carregarem influências linguísticas familiares para a escola. No entanto, a falta de professores preparados e de investimentos sérios no setor da educação faz com que haja fragilidades no ensino, levando Camara Jr. a reconhecer que “dentro das próprias coletividades, há uma interinfluência das línguas locais, ou falares, em que se divide regionalmente a língua de uma nação; e o sistema tradicional de cada um deles assim sofre mudanças por empréstimo¹⁸⁸”.

Neste sentido, para além de se registar a introdução de várias palavras do português no kimbundu e o aportuguesamento de outras, podemos também verificar as influências de

¹⁸³ *Idem.*

¹⁸⁴ *Idem.*

¹⁸⁵ *Idem.*

¹⁸⁶ *Idem.*

¹⁸⁷ *Idem*, p. 19.

¹⁸⁸ J. Mattoso Camara Jr., *Princípios de Linguística Geral*, 7ª ed., RJ: Padrão, 1989, p. 193.

ordem “fonética, fonológica, morfológica e sintática no português¹⁸⁹” e, esta última, é para nós a mais importante, pelo facto de ser a que mais visibilidade tem dado aos linguistas principalmente no que diz respeito à colocação dos pronomes clíticos. Tal como se pode ver, a colocação frequente dos pronomes clíticos na próclise é uma forma característica do kimbundu e este facto inibe o falante kimbundu de seguir as normas do português padrão quando se trata do uso da ênclise que corresponde ao padrão de colocação básico do português europeu. Contudo, essa linha de pensamento visa apenas justificar que regras são regras e o que se deve fazer é a obediência a elas para servir os padrões que se adequam à língua de prestígio.

Entretanto, a língua portuguesa desempenhou sempre um papel preponderante no seio das comunidades angolanas e foi sempre usada como uma língua de unificação entre os falantes de outras línguas nacionais. Todavia, o angolano poderia usar o português na administração, nas lojas e nas instituições escolares, mas no seio familiar a língua materna. Carvalho afirma:

os indivíduos que tinham numa das línguas nacionais a sua língua materna usavam-na sobretudo no seio da sua família e do grupo de parentesco, ao passo que a língua portuguesa era por eles usada nos contactos profissionais e com não-falantes da mesma língua nacional¹⁹⁰.

Julgamos que esta situação contribuiu para que os falantes do kimbundu pudessem conservar vários aspetos pertencentes à sua língua, transportando-os, deste modo, da estrutura sintática do kimbundu para a do português. Assim, as influências advindas do kimbundu para o português são notórias e marcadas pelo “uso aporuguesado de expressões provenientes das línguas nacionais, associado a construções sintáticas «traduzidas» dessas línguas para a língua portuguesa¹⁹¹”. Perante esta situação é importante referir que, o nível de escolarização do indivíduo determinava o uso mais regrado da língua portuguesa, pois como temos vindo a referir, as influências mais notáveis no português são dependentes do nível de instrução e da camada social do indivíduo.

Para isso é necessário que o indivíduo tenha noção de que a língua de que se serve para comunicar tem normas e elas devem ser cumpridas de maneira escrupulosa, tendo como finalidade a prossecução da língua aos níveis mais prestigiados. A dedicação no cumprimento das normas traduz para o utilizador uma certa responsabilidade de que a língua obedece a certos padrões no seu funcionamento e que devem ser respeitados, no sentido de evitar determinados desvios. Sendo assim, o indivíduo deve ter conhecimento de que, independentemente do convívio que o português tem com as outras línguas, cada uma se serve das suas normas para se impor diante da sua comunidade falante, o que, segundo Ferraz, representa:

¹⁸⁹ Cf. Amélia Mingas, *op. cit.*, pp, 60, 61-62.

¹⁹⁰ Paulo de Carvalho, *op. cit.*, p. 13.

¹⁹¹ *Idem*.

a tomada de consciência de que se confrontará com as várias normas, sabendo mesmo que, a língua que usa é norma do grupo a que pertence. E que há normas que regulam quer a oral quer a escrita, dependendo do grau de formalidade ou informalidade com que se fala ou escreve. E do uso de uma norma deve passar ao uso do português padrão como instrumento de acesso a um estrato sociocultural considerado superior, como instrumento de acesso à cidadania¹⁹².

¹⁹² Maria José Ferraz, *op. cit.*, p. 18.

Capítulo III - Estudo de caso

A realização de uma pesquisa obedece a vários procedimentos metodológicos para fazer com que sejam atingidos os objetivos propostos. Durante muito tempo, o ensino da língua portuguesa em Angola e em particular no Cuanza Norte foi feito sem se ter em conta a influência das línguas maternas dos alunos e esta situação tem-se repercutido, de maneira negativa, na aprendizagem dos aspetos normativos da língua. Sendo assim, com o evoluir das técnicas de ensino, auxiliado por protocolos de cooperação na área da formação dos quadros, começou-se a ter uma visão dos factos que ajudam a identificar falares que estão em desacordo com as normas estabelecidas. Foi assim que começámos a sentir a necessidade de investigar os motivos que levam os alunos do Complexo Escolar Samora Moisés Machel ao uso desregrado dos pronomes retos e oblíquos na oralidade e na escrita. Para tal, a complexidade em si que esta matéria apresenta criou um certo ceticismo, porque a realização desta pesquisa carecia de um ambiente favorável para o investigador, no que toca às ferramentas de ensino que reforçam o domínio das regras da língua materna dos estudantes para poder estabelecer a analogia das regras das línguas em questão. Assim, a falta de materiais bibliográficos atualizados do kimbundu constituiu, para o investigador, um dos pontos mais fracos, pois todo o estudo feito em torno desta língua remonta ao período de 1700 a 1989. Mas, este facto não inibiu o investigador de seguir aquilo que foi traçado para determinar os reais motivos que fazem com que haja, no seio académico, estudantes que não dominem as regras de uma língua de escolaridade.

E como não poderia ficar somente no âmbito teórico da questão, dedicamo-nos afincadamente a procurar uma resposta que nos pudesse satisfazer e perceber o que realmente está na base destas incorreções. Para isso, tivemos de criar todos os mecanismos necessários para se seguir na procura desta resposta que nos ajudasse a solucionar o caso dentro dos parâmetros exigidos pela ciência. Neste sentido, a nossa visão focou-se na elaboração de uma linha estratégica que nos permitisse alcançar o alvo, estabelecendo como temática *O uso dos pronomes pessoais retos e oblíquos: um estudo de caso com alunos da 9ª Classe* da instituição supracitada. Tal como referimos, o presente estudo aborda os desvios registados na colocação dos pronomes, um facto que mereceu atenção especial durante a pesquisa e que julgamos necessário para o esclarecimento de certas questões do foro linguístico que não eram tidas em conta no ensino do português nas escolas da província do Cuanza Norte. Nestas circunstâncias, apesar de não ser fácil trabalhar em ambiente pouco estudado, o importante é que tenhamos forças para o alcance daquilo que foi proposto e relançar o desafio para o ensino da língua de acordo com a norma do português europeu.

Os professores deverão ter a preocupação de conhecer, na íntegra, a realidade dos alunos com que poderão trabalhar ao longo do ano, estudando todos os pormenores para que se evite, uma vez mais, a continuidade das situações que debilitam o sistema de ensino no âmbito linguístico.

Durante este percurso, foi necessário desenvolver várias pesquisas que permitiram o conhecimento profundo da matéria, pois a realização de um estudo de caso pressupõe o conhecimento das ferramentas e dos elementos que serão estudados, uma vez que o domínio do assunto chega a ser uma mais-valia na execução e na manipulação dos dados. Neste caso, o estudo do fenómeno que ocorre no uso dos pronomes pessoais retos e oblíquos, no Complexo Escolar, é novo e desperta a atenção pelo facto de não ser falado e, concomitantemente, nunca se terem criado estratégias cautelares que auxiliassem na redução desta situação com medidas sérias por se tratar de uma questão linguística que debilita os interesses das políticas de ensino. O desenvolvimento deste estudo fez com que se estabelecesse alguns parâmetros metodológicos necessários que facilitassem o tratamento do caso da melhor forma sem criar constrangimentos. Nesta linha, apesar de não ser fácil seleccionar métodos adequados para a pesquisa, tivemos de recorrer a algumas obras científicas que nos auxiliassem na seleção dos métodos e técnicas que satisfizessem o estudo de caso, uma matéria que mereceu destaque nos subtemas subseqüentes, tendo em conta a natureza da própria investigação. Esta pesquisa centrou-se no relato de todas as ocorrências positivas e negativas, testadas principalmente com os resultados recolhidos dos instrumentos utilizados na determinação dos casos mais relevantes que colocaram ou refletiram, de certa medida, as debilidades que o sistema de ensino angolano apresenta.

A identificação destes elementos não constituiu um dilema que não tivesse solução, mas um mecanismo que visou demonstrar os pontos fracos de um sistema que não satisfaz os interesses da comunidade, uma vez que usa uma língua sem o usufruto das suas regras, usa a denominação de português de Angola sem matéria normativa que a suporte, embora seja identificada pelas características dos seus falantes. Neste contexto, para a satisfação dos objetivos foi necessário optar por critérios adequados que nos ajudaram a seleccionar procedimentos metodológicos correspondentes ao estudo que nos propusemos realizar, uma vez que não é fácil levar a cabo um estudo de caso pelas exigências científicas que o mesmo impõe. Deste modo, o caso em análise facilita, de certa maneira, a realização assertiva dos seus pressupostos, apesar de ser um campo bastante polémico que se associa a inúmeras abordagens e à complexidade que isto encerra na disposição dos fenómenos de acordo com a sua natureza e as variantes que possam alterar na descrição destes fenómenos.

Assim, todos os procedimentos usados nesta pesquisa são fundamentados de modo a evitar determinados equívocos na compreensão e disposição das abordagens tecnicamente seleccionadas dentro dos estudos metodológicos postos à disposição dos leitores. Nesta perspetiva, a atuação metodológica está salvaguardada e partirá, contudo, de uma abordagem menos distanciada dos modelos existentes para auxiliar na apresentação dos factos sem a criação de rotura dos princípios já estabelecidos. Tal como foi referido, este caso é inovador no Complexo Escolar, local em que se desenvolveu o estudo, mas ao longo da pesquisa, houve um seguimento exemplar que nos auxiliou na abordagem da questão com serenidade, isto é, não deixou de ter como referência as variadíssimas obras existentes que

trataram sobre esta matéria, para evitar que houvesse um certo distanciamento no tratamento dos dados, tendo em atenção os procedimentos e técnicas exigidas num estudo de caso.

3.1. Métodos e Técnica de recolha de dados

Sabe-se que a investigação científica depende de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para que os seus objetivos sejam atingidos: os métodos científicos. Os métodos utilizados neste trabalho são o estatístico, porque segundo Gil “torna-se possível determinar, em termos numéricos, a probabilidade de acerto de determinada conclusão¹⁹³”, bem como aturada manipulação de dados quantitativos e o método dedutivo, porque partimos de uma hipótese, resposta provisória ao problema que, no final do estudo, deverá ser confirmada ou infirmada; porque o raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas, neste caso, a explicação será fornecida pelas respostas dadas pelos inquiridos do questionário, que são os atores sociais da realidade estudada.

A técnica empregue para a recolha da informação requerida na pesquisa é o inquérito, por meio de um questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, colocadas em categorias de resposta que permitiu aos inquiridos responderem de acordo com as preposições de respostas em que se reviam. Com isso foi possível recolher dos inquiridos todas as respostas possíveis que serão depois analisadas com base nos procedimentos que poderão ser acionados. Com base no questionário, podemos observar a forma como os inquiridos se empenharam em dar as respostas às questões que foram colocadas com simplicidade, de modo a fazer com que os alunos se revejam no questionário, expressando os seus sentimentos de acordo com a realidade linguística que envolve cada estudante na sua comunidade.

Apesar de termos encontrados alguma facilidade na recolha das informações, podemos dizer que não faltaram momentos de angústia durante o processo que culminou com a aplicação do instrumento, pois não foi fácil congrega os alunos para o preenchimento do questionário, por se tratar de uma fase derradeira para a conclusão do ano letivo, onde a atuação dos professores foi fundamental para atingir o objetivo primordial, ou seja o preenchimento deste mesmo questionário. Procurou-se que o tratamento das informações fosse o mais rigoroso possível, correspondendo aos níveis exigidos na utilização da técnica de recolha dos dados. Assim, foi necessário redobrar o esforço para que não houvesse constrangimentos durante a disposição das informações que julgamos ser úteis para o desenvolvimento da pesquisa. Neste caso, para verificar a hipótese, depende-se necessariamente dos resultados dos dados empíricos recolhidos e da descrição das variáveis, porque é a partir destas variáveis que nos centraremos para analisar se os resultados vêm, ou

¹⁹³ António Carlos Gil, *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, 6ª ed., São Paulo: Atlas, 2011, p. 17.

não, a ser comprovados, uma vez que estes representam, para todos os efeitos, o elo mais forte para a concretização dos objetivos traçados. Por isso, é necessário prestar maior atenção a este aspeto para que, no final da pesquisa, tenhamos capacidade para poder determinar a relação entre as variáveis. Esta relação pode ser encarada com naturalidade, porque dependerá concomitantemente dos resultados que são obtidos a partir dos instrumentos de recolha de dados e será de acordo com as respostas dos inquiridos que a “balança” poderá indicar de forma, positiva ou negativa, a veracidade dos factos, e onde há, naturalmente, a maior representatividade dos dados que satisfazem a curiosidade do investigador.

É de realçar que os métodos e técnicas de investigação desempenham um papel preponderante, pois é através deles que a verificação dos factos é facilitada dentro das balizas de casos presumíveis. Não é possível realizar um trabalho descartando-se a importância destes na investigação, ou seja, o sucesso de qualquer trabalho passa pela adequação dos seus métodos e técnicas, pois elas são as ferramentas que garantem as linhas mestras para os resultados esperados e o não uso impossibilita o alcance dos objetivos, uma vez que é necessário traçar um caminho e uma técnica para facilitar o processo para a construção dos saberes científicos. Como afirma Barañano, “a ciência exige a aplicação de um método que garanta a exatidão dos conhecimentos¹⁹⁴” e sobre a técnica, a autora afirma que “é o modo de fazer algum tipo de atividade¹⁹⁵”. Desta forma, os dois elementos são solidários. Outrossim, a utilização dos métodos e da técnica nesta pesquisa mostra o interesse em cumprir rigorosamente com todas as etapas de uma investigação para que, de forma genérica, facilite o enquadramento dos dados. Por conseguinte, a generalização dos factos careceu também da especificidade do método, consequentemente, a seleção do método dedutivo prende-se pelo seu conteúdo referencial que se justifica a partir de uma premissa genérica para as particularidades dos fenómenos, ou seja, “parte do geral e, a seguir, desce ao particular¹⁹⁶”, um contexto que julgamos ser a linha em que está concentrada a nossa abordagem. Temos consciência de que não será fácil colocar à disposição dos leitores um estudo de caso perfeitamente realizado, tudo porque existem ainda algumas insuficiências de índole técnica que podem interferir nesta questão ligada à seleção dos métodos que nos conduzem para o alcance dos objetivos. Contudo, constitui um certo desafio que se julga necessário neste âmbito, porque é nossa intenção traçar as linhas que nos ajudam a evitar determinados problemas que possam ocorrer na confirmação ou verificação da hipótese. Tal como afirma Martins “um estudo de caso exige mais atenção e habilidades do pesquisador do que a condução de uma pesquisa com abordagem metodológica convencional¹⁹⁷” e segundo Yin “como se trata de fenómenos sociais complexos, o estudo de caso “é uma investigação

¹⁹⁴ Ana Maria Barañano, *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão: Manual de Apoio à Realização de Trabalhos de Investigação*, Lisboa: Edições Sílabo, 2008, p. 22.

¹⁹⁵ Idem, p. 102.

¹⁹⁶ António Carlos Gil, *op. cit.*, p. 9.

¹⁹⁷ Gilberto de Andrade Martins, *Estudo de Caso: uma Estratégia de Pesquisa*, 2ª ed., SP: Atlas, 2008, p. xii.

que permite “preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real¹⁹⁸”. Assim, podemos dizer que todo o cuidado é necessário para a materialização dos factos que são importantíssimos para este tipo de pesquisa.

3.2 - Tipo de pesquisa

A nossa pesquisa é de natureza descritiva, debruçando-se sobre as causas de um fenómeno e as relações entre as variáveis dentro do quadro das abordagens qualitativa e quantitativa. Quanto aos fins, apresenta um problema ligado ao uso dos pronomes pessoais retos e oblíquos (átonos e tónicos) na linguagem oral e escrita e pelo facto de haver, nos falantes de uma mesma língua, uma certa incongruência entre o português familiar e o português padrão. Esta pesquisa trata-se de um estudo de caso, por ser um processo específico para o desenvolvimento de uma investigação com o objetivo e a influência de conhecer, com maior detalhe, as características do fenómeno acima referido.

Como se sabe, o estudo de caso “é um método de investigação utilizado no âmbito das Ciências Sociais que pressupõe uma apresentação rigorosa de dados empíricos, baseada numa combinação de evidências qualitativas e quantitativas¹⁹⁹”. Com isso, podemos dizer que não é por simples acaso que nos submetemos diante destes dois paradigmas, pois a nossa abordagem de investigação insere-se neste âmbito. Assim, justifica-se o facto de o paradigma qualitativo se fundamentar “na construção social da realidade²⁰⁰”, que se coaduna, deste modo, com as linhas descritivas que orientam a pesquisa associada à recolha dos dados e os objetivos traçados para fazer com que se compreenda a natureza dos fenómenos. Do mesmo modo, o paradigma quantitativo, porque as informações recolhidas são apresentadas numericamente e por cálculos percentuais, a base estatística, para evitar uma má interpretação dos valores expostos nas tabelas.

3.3 - Instrumento de recolha de dados: o questionário sociolinguístico

O questionário sociolinguístico aplicado no âmbito do presente estudo teve como objetivo recolher dados pertinentes para a investigação, informações que permitam responder às questões inicialmente colocadas.

Numa leitura atenta da literatura dedicada a metodologias de investigação na área da Ciências Sociais e Humanas, constata-se que não existe propriamente um método-padrão que regule a construção de um questionário, contudo é recomendado que o investigador esteja

¹⁹⁸ Yin, 2002, p. 21 *apud* José B. Duarte, *Estudos de Caso em Educação. Investigação em Profundidade com Recursos Reduzidos e outro Modo de Generalização*, Lisboa: Revista Lusófona de Educação, 2008, p. 117.

¹⁹⁹ Ana Maria Barañano, *op. cit.*, p. 102.

²⁰⁰ Clara Pereira Coutinho, *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teorias e Prática*, 2ª ed., Coimbra: Almedina, 2013, p. 235.

atento à realidade/contexto que pretende abordar e, conseqüentemente, adaptar o questionário a aplicar a essa mesma realidade.

Ainda que não haja interação direta entre o investigador e os inquiridos, o recurso a questionários permite recolher dados num curto espaço de tempo junto de um grande número de pessoas, o que também permitirá comparar as respostas obtidas²⁰¹ e, tratando-se de um questionário de respostas fechadas, a conversão das informações para dados quantitativos é automaticamente facilitada²⁰². Contudo, o investigador não poderá esquecer que os questionários apresenta também desvantagens que deverão ser tidas em conta aquando da elaboração, aplicação e análise. As limitações dos questionários passam pelo facto de ser impossível comprovar ou pedir esclarecimento relativamente às respostas, verificando-se ainda a possibilidade de os inquiridos não responderem com veracidade às questões colocadas, apresentado como resposta aquilo que pensam ser o mais adequado à situação e, em certos casos, apresentando respostas que correspondem ao que McMillan e Schumacher apelidam de “desejo de nivelamento social²⁰³”, isto é, uma tentativa do inquirido se associar a um determinado nível social.

Ao elaborar um questionário, o investigador deve ter em conta as habilitações do público-alvo, pois este instrumento de recolha de dados não poderá ser aplicado junto de uma população para a qual a leitura seja uma restrição²⁰⁴. Num questionário, as questões não deverão ser demasiado longas, deverão encontrar-se organizadas de forma lógica, apresentando uma estrutura simples.

Durante a elaboração do questionário que serviu como ferramenta de recolha de dados para o presente trabalho de investigação, foram tidas em conta algumas das recomendações de Francisco²⁰⁵:

- a. não influenciar as respostas;
- b. não conduzir a respostas desenquadradas;
- c. em perguntas fechadas, conduzir unicamente para as respostas indicadas ou possíveis;
- d. redigido de forma compreensível, atendendo às características do público;
- e. não suscitar preconceitos ou juízos de valor;
- f. ser objetivo;
- g. não exigir esforço de raciocínio ou reflexões.

O questionário sociolinguístico elaborado no âmbito do estudo aqui apresentado encontra-se dividido em quatro partes, colocando questões abertas e fechadas (*vide* anexo 1). As perguntas de resposta aberta possibilitam ao inquirido responder pelas suas próprias

²⁰¹ Maria Francisco, “A recolha de dados”. In *Metodologias de Investigação na Educação*, [blog] 2010. (Disponível em <https://miemf.wordpress.com/act2/>, consultado a 26.05.2018).

²⁰² Eduardo F. Barbosa, “Instrumentos de coleta de dados em pesquisas educacionais”. Belo Horizonte: Instituto de Pesquisas e Inovações Educacionais-Educativas. 1998. (Disponível em http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2013_2/Instrumento_Coleta_Dados_Pesquisas_Educacionais.pdf, consultado a 26.05.2018).

²⁰³ *Apud* Barbosa, *op. cit.*

²⁰⁴ *Idem.*

²⁰⁵ Francisco, *op. cit.*

palavras. Nas questões de resposta fechada é solicitado ao inquirido que selecione de entre as opções apresentadas a que considera ser a mais adequada/correta.

Na primeira parte são pedidos dados preliminares como a idade e o género dos alunos, são solicitadas informações relativas às línguas angolanas que conhece, qual a língua usada em situações de comunicação informal e familiar e como é que se deu a aprendizagem da língua. No que diz respeito à língua portuguesa, foi solicitado aos inquiridos que indicassem se falavam português e consideravam ser fácil comunicar em português com os membros das suas famílias. A última questão desta primeira secção do questionário tinha como formulação “Gostas da língua que falas?” que tinha como objetivo averiguar a existência de uma ligação afetiva a essa mesma língua.

No início da segunda parte encontra-se a questão número 7, que apresenta 27 alíneas, divididas em blocos de 2, 3 e 4 frases apresentadas como opção. Em cada bloco, apenas uma obedece às normas do português padrão, devendo o aluno assinalar a opção correta. No que se refere ao conteúdo destes blocos, o primeiro relaciona-se com o emprego dos pronomes retos “eu-tu” e dos oblíquos tónicos “mim-ti” precedidos da preposição “entre”. O segundo bloco de frases refere-se ao uso do clítico “te” em frases afirmativas iniciadas pelo pronome relativo “que”. O terceiro conjunto de frases é dedicado à colocação do clítico “se” em locuções verbais; o quarto refere-se ao uso do clítico “se” em frases negativas; o quinto bloco de frases dedica-se ao clítico “lhe” em orações subordinadas; o sexto bloco apresenta duas frases dedicadas ao uso de pronomes retos e tónicos antecidos pela preposição “entre”; o sétimo conjunto de frases refere-se à colocação do clítico “me” em frases onde estejam presentes advérbios ou pronomes interrogativos; o oitavo bloco de frases dedica-se ao emprego dos pronomes retos “eu - tu” e do oblíquo tónico “mim” quando precedido pela preposição “para”; e, por último, o nono bloco dedica-se ao emprego dos pronomes reto “eu” e oblíquo tónico “mim”, quando sujeito de verbo no infinitivo, precedidos pela preposição “para”.

A terceira parte do questionário apresenta 10 frases simples e complexas, nas quais as palavras se encontram antecidas e precedidas de espaços. No final de cada frase é indicado, entre parênteses, o pronome que deverá ser utilizado para completar as frases, sendo solicitado que o coloquem na posição que consideram adequada.

Na última parte do questionário sociolinguístico, apresentam-se 8 frases, seguidas da formulação que permite a substituição dos complementos pelos pronomes clíticos: o, a, os, as, me, te, lhe, nos, vos, lhes, se. Nesta secção era, igualmente, solicitado aos inquiridos que completem os espaços com os pronomes que consideravam adequados.

3.4- Caracterização do Complexo Escolar

A instituição ora citada é pública e vocacionada para a formação do Homem, com o propósito de melhor servir a sociedade, onde o ensino e a aprendizagem constituem os pressupostos indispensáveis para a sociedade. A mesma encontra-se situada na parte sul da

cidade de N'dalatando, nas imediações dos bairros Sambizanga, Kilamba-Kiaxi e pelo Complexo Escolar Comandante Benedito, em frente à Escola de Ciências Exatas Missão Laico-francesa; constituída por vinte e seis salas de aulas, um anfiteatro, uma área administrativa com o gabinete do diretor, gabinetes dos subdiretores, uma secretaria. Tem o nome de Samora Moisés Machel, em homenagem ao saudoso presidente de Moçambique. Em termos de funcionamento, o referido Complexo congrega uma população académica de 2.903 pessoas. Entretanto, 2.724 são alunos, subdivididos em três turnos, entre os quais dois para o ensino regular que comporta 1.862 alunos e um para o ensino de adulto com 862. A área administrativa tem 179 funcionários, assim distribuídos: 1 diretor, 1 subdiretor pedagógico, 1 subdiretor administrativo, 1 chefe de secretaria, 9 coordenadores de turno, 11 auxiliares de limpeza e 147 professores, distribuídos pelas diversas disciplinas. O edifício tem dois blocos de um piso cada. Em toda a província, esta instituição constitui uma mais-valia, pois é a maior das instituições escolares existentes e que tem absorvido o maior número de alunos da 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Classes, respetivamente. Como podemos ver, e de acordo com a sua descrição, não apresenta a existência de uma biblioteca, o que significa que os professores carecem de outras fontes documentais.

3.5 - População

Para a realização da pesquisa, tivemos como população todos os alunos da 9ª Classe das mais variadas turmas organizadas de A a N do Complexo Escolar Samora Moisés Machel do Município de Cazengo, o que nos possibilitou fazer um estudo pormenorizado para a obtenção de mais elementos para sustentação do tema. O referido Complexo Escolar tem um total de treze (13) turmas da 9ª Classe, com cinquenta (50) alunos cada, uma situação que tem provocado aos professores inúmeros constrangimentos no exercício da profissão. O número excessivo de alunos nas salas de aula, como dissemos, inibe os professores de desempenharem as funções adequadamente, uma vez que a transmissão dos conhecimentos deve ser acompanhada.

A escolha dos alunos da 9ª Classe justifica-se não só por se apresentar como o alvo da pesquisa, mas por se tratar dos alunos que se encontram em fase final do último ciclo de ensino, isto é, a fase transitória do primeiro para o segundo ciclo do ensino secundário, constituindo a franja que representa o produto final dos professores daquele ciclo de ensino.

Como sabemos, para atingir níveis adequados do ensino de uma língua não materna carece-se de um estudo linguístico prévio e procedimentos metodológicos sérios que facilitem ao professor conhecer o grupo com que vai trabalhar durante o ano, no sentido de atualizar os critérios necessários que se devem ter em conta para melhorar os níveis de aprendizagem dos alunos. Entretanto, as dificuldades económicas que assolam o país têm afetado o sistema de educação e este, por sua vez, tem criado influências negativas no processo de ensino aprendizagem, pois é notória a existência de determinados vícios que afetam quer o corpo

docente quer os alunos e os outros intervenientes no processo. Esta situação pode ser verificada no excessivo número de alunos nas salas de aulas como foi dito, falta de material didático e tantos outros elementos que não beneficiam em nada o país que se deseja construir com base no seu capital humano. Assim, a falta de preparação dos professores encontra respaldo nesta situação, dando-se o mesmo problema em todos os níveis de ensino. Por exemplo, é possível encontrar, no ensino primário, secundário e superior salas com mais de quarenta estudantes, às vezes, sem capacidade para albergar os mesmos.

Apesar de haver este nível significativo de dificuldades, foi-nos benéfico trabalhar junto desta população no sentido de clarificar as situações verificadas durante a elaboração do marco teórico da pesquisa. Assim, teremos uma população acessível que, segundo Coutinho, corresponde “a parte da população da qual se selecionará a amostra²⁰⁶”.

3.6 - Amostra

Dentro da população acima referida, selecionámos duas turmas, C e D, 90 alunos da 9ª Classe, que corresponde a 100% deste subgrupo populacional que, com base nas informações disponíveis, pode ser considerada representativa de toda a população a estudar do referido Complexo Escolar do Município de Cazengo. Verificam-se as suas descrições segundo a tabela infra:

Tabela 8 - Amostra

Idade	Género		Total
	Masculino	Feminino	
14	1	1	2
15	11	5	16
16	2	5	7
17	8	8	16
18	6	5	11
19	6	4	10
20	5	2	7
21	5	1	6
22	2	3	5
23	3	3	6
24	2	0	2
25	1	1	2
Total geral	52	38	90

Nesta pesquisa, utiliza-se a amostragem por tipicidade ou intencional, por constituir um tipo de amostragem não probabilística²⁰⁷ e por se resumir à seleção de um subgrupo da população²⁰⁸. Verifica-se um avanço teórico tão grande nas técnicas usadas para as pesquisas sociais e este facto tornou-se, muitas vezes, complexo para fazer abordagens que justificassem a seleção de uma amostra sem se recorrer aos princípios da teoria estabelecida.

²⁰⁶ Idem, p. 89.

²⁰⁷ Eva Maria Lakatos e Maria de Andrade Marconi, *Fundamentos de Metodologia Científica*, 3ª ed., São Paulo: Atlas. 1996, p. 224.

²⁰⁸ António Carlos Gil, *op. cit.*, p. 94

Tal como afirma Gil “a teoria da amostragem encontra-se hoje desenvolvida, ficando difícil a qualquer investigador justificar a seleção de uma amostra sem recorrer a seus princípios²⁰⁹”, Assim, para determinarmos a amostra deste subgrupo em estudo foi necessário recorrer a uma teoria que pudesse resumir adequadamente o princípio da generalização dos fenómenos de forma segura. Esta “lei da regularidade estatística indica que um conjunto de n unidades tomadas ao acaso de um conjunto N terá provavelmente as características do grupo maior²¹⁰”, que se insere, todavia, na parte de um conjunto que possa servir de referência de um outro conjunto com características deste.

Considera-se que a amostra selecionada para esta pesquisa satisfaz o interesse, uma vez que o ponto de partida foi marcado com o delineamento de uma hipótese, como também nos facilitará no aproveitamento das vantagens que este recurso oferece, minimizando-se, assim, as insuficiências do tempo e dos recursos materiais que são quase escassos.

3.7 - Resultados e discussão

Os dados recolhidos através do questionário anteriormente referido foram tratados rigorosamente com o auxílio de um programa informático ligado à estatística, denominado *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* de maneira a facilitar a apresentação dos dados em tabelas. Foi esta ferramenta que nos facilitou a codificação das questões, tratamento das respostas dos inquiridos e o processamento dos resultados através de tabulação cruzada. Este recurso poderá levar-nos à elaboração de uma descrição mais pormenorizada dos factos, permitindo compreender melhor os dados processados. Para isso, foi necessário apresentá-los em categorias discriminadas em género e idade e a totalidade dos indivíduos que responderam ou não ao questionário.

Assim, em cada uma das tabelas, a primeira linha da tabela apresenta a parte dos alunos que não respondeu à questão e a segunda e a terceira linhas apresentam os dados dos alunos que responderam à questão de forma adequada ou inadequada, dependendo do tipo de questão e da atitude voluntária do indivíduo inquirido. Finalmente, a quarta linha apresenta a totalidade dos alunos inquiridos, tendo fixada a faixa etária, o género e a quantidade de elementos que representam a amostragem, numa descrição de leitura vertical. Sendo assim, podemos dizer antecipadamente que, de acordo com os resultados ora recolhidos, a maior parte dos alunos desconhecem as regras do português padrão, embora seja possível encontrar em algumas tabelas uma diferença mínima de ocorrências assertivas nas respostas que nos foram fornecidas pelos alunos.

²⁰⁹ Idem, p. 89.

²¹⁰ Cf. António Carlos Gil, *op. cit.*, p. 90.

Tabela 9 - Resposta dos inquiridos sobre as línguas angolanas que falam ou entendem:
Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Línguas angolanas que fala ou entende:	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Línguas angolanas que falam ou entente:	Idade	Género				Total	
		M	%	F	%		%
Não respondeu	15	5	5,6	2	2,2	7	7,8
	16	0	0,0	4	4,4	4	4,4
	17	5	5,6	4	4,4	9	10,0
	18	4	4,4	4	4,4	8	8,9
	19	2	2,2	2	2,2	4	4,4
	20	1	1,1	1	1,1	2	2,2
	21	4	4,4	1	1,1	5	5,6
	22	1	1,1	1	1,1	2	2,2
	23	0	0,0	1	1,1	1	1,1
	24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total		23	25,6	20	22,2	43	47,8
kimbundu	14	0	0,0	1	1,1	1	1,1
	15	6	6,7	3	3,3	9	10,0
	16	2	2,2	1	1,1	3	3,3
	17	3	3,3	4	4,4	7	7,8
	18	2	2,2	1	1,1	3	3,3
	19	4	4,4	2	2,2	6	6,7
	20	4	4,4	1	1,1	5	5,6
	21	1	1,1	0	0,0	1	1,1
	22	1	1,1	2	2,2	3	3,3
	23	3	3,3	2	2,2	5	5,6
	24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2	
Total		28	31,1	18	20,0	46	51,1
kikongo	14	1	1,1			1	1,1
Total		1	1,1			1	1,1
Total	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
	15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
	16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
	17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
	18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
	19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
	20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
	21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
	22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
	23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
	24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2	
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100

Relativamente à primeira questão colocada sobre as *Línguas angolanas que fala ou entende*, cujos dados são apresentados na tabela 9, constatou-se que, dos 90 alunos seleccionados, 46, que equivalem a 51%, falam kimbundu, entre os quais 28 do género masculino e 18 do género feminino. Registou-se que 1 aluno, que equivale a 1%, fala kikongo, e que 43 alunos, que equivalem a 48%, dos quais 23 do género masculino e 20 do género feminino, não responderam. Nas restantes línguas registou-se 0 % de ocorrências, pelo facto de não ter havido nenhum aluno que se tenha identificado como falante da língua. Deste modo, o kimbundu destaca-se, tendo em conta as abordagens feitas ao longo do segundo

capítulo, uma vez que quase todo o território da província fala kimbundu, apesar de haver entre os dez municípios dois dos quais falam uma variante de contacto entre o kimbundu e o kikongo (dihungo) como referimos em secções anteriores.

Esta variante linguística não é estudada, por isso não nos é possível fazer qualquer descrição se existe ou não uma influência notável na língua portuguesa, como podemos ver nas proporcionadas pelo kimbundu que tem um elevado número dos seus vocábulos em dicionários da língua portuguesa. O kikongo é uma língua que partilha quase o mesmo espaço geográfico com o kimbundu pela proximidade entre as duas províncias, mas as evidências são marcadas pelo facto de a maior parte dos alunos serem falantes do kimbundu, beneficiando, deste modo, a presunção de que parte das influências é oriunda do contacto entre o kimbundu e o português. Os alunos que não responderam despertam um certo ceticismo, pois não nos facilita a análise pelo simples facto de não correremos o risco de cometer algum tipo de incorreção sobre a situação, mas o certo é que a maior parte dos alunos desta faixa etária já não têm o kimbundu como língua materna, mesmo que ainda seja falada pelos seus progenitores. Outrossim, pode dar-se o caso de os alunos que não responderam à questão não se reverem nela ou sofrerem de um complexo que os leva a não assumirem a sua língua materna. Uma situação quase natural, já que, até ao momento, ainda constitui uma grande celeuma falar kimbundu em estabelecimentos administrativos, comerciais e em instituições escolares, de acordo com os valores culturais que ela encerra.

Tabela 10 - Resposta dos inquiridos se falam português.
Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Fala Português?	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Fala Português?	Idade	Género				Total	%
		M	%	F	%		
Não respondeu	Idade	15	0%	0%	1	1	1
Total			%	0%	1	1	1
Sim	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2
		15	11	12,2	4	4,4	9
		16	2	2,2	5	5,6	7
		17	8	8,9	8	8,9	16
		18	6	6,7	5	5,6	11
		19	6	6,7	4	4,4	10
		20	5	5,6	2	2,2	7
		21	5	5,6	1	1,1	6
		22	2	2,2	3	3,3	5
		23	3	3,3	3	3,3	6
		24	2	2,2	0	0,0	2
	25	1	1,1	1	1,1	2	
Total			52	57,8	37	41,1	89
	14	1	1,1	1	1,1	2	
	15	11	12,2	5	5,6	16	
	16	2	2,2	5	5,6	7	
	17	8	8,9	8	8,9	16	
	18	6	6,7	5	5,6	11	

Continua

	19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
	20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
	21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
	22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
	23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
	24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
	25	1	1,1	1	1,1	2	2,2
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100

Na segunda questão, colocaram-se duas alternativas marcadas pelo *Sim* ou *Não* e perguntou-se aos alunos se falam português. As respostas obtidas são apresentadas na tabela 10, através das quais podemos perceber que, dos 90 alunos inquiridos, 89, que correspondem a 99%, dos quais 52 do género masculino e 37 do género feminino responderam *Sim*, neste contexto, o *Não* correspondeu a 0%. E de acordo com a estatística 1 aluna, que equivale a 1%, não respondeu à questão. A resposta dos alunos expõe o facto de todos falarem o português sem distinção, o que, numa análise, e tendo em conta a tabela anterior, permite verificar que há presença de bilinguismo entre os alunos do Complexo Escolar Samora Moisés. O português por ser a língua mais utilizada na comunicação em todos os níveis, de acordo com o seu estatuto, tem a probabilidade de receber maior influência das outras línguas, porque o seu uso é imperativo, obedecendo às regras ou não. Neste caso, o grau percentual dos alunos que falam português vai ao encontro das nossas expectativas.

Tabela 11 - Resposta dos inquiridos sobre a língua que usa em casa.
Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Com que língua se comunica em casa?	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Com que língua se comunica em casa?			Género				Total	
			M	%	F	%		%
Não respondeu	Idade	15	0	0	1		1	1
Total			0	0	1		1	1
Português	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	4	4,4	15	16,7
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2		
Total			52	57,8	37	41,1	89	99
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
20	5	5,6	2	2,2	7	7,8		

Continua

	21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
	22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
	23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
	24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
	25	1	1,1	1	1,1	2	2,2
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100

Na tabela 11 são apresentados os dados recolhidos relativamente à questão Com que língua se comunicam em casa? Através dos quais, podemos perceber que a maior parte dos alunos fala o português nas suas residências, pois, dos 90 alunos inquiridos, 89, que corresponde a 99%, dos quais 52 do género masculino e 37 do género feminino, comunicam em língua portuguesa e apenas 1 aluno do género feminino, que corresponde a 1%, não respondeu à questão. Contudo, a língua que é mais utilizada na comunicação entre os variados povos da cidade de capital da província do Cuanza Norte é, naturalmente, o português, mas uma língua falada com uma fusão entre o próprio português e a língua materna da maior parte das famílias, tendo em atenção os baixos níveis de escolaridade que caracterizam os povos daquela região de Angola.

Tabela 12 - Resposta dos inquiridos sobre com quem e como aprendeu a língua.
Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Conforme a sua escolha, com quem, onde e como aprendeu a falar a língua?	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Conforme a sua escolha, com quem, onde e como aprendeu a falar a língua?		Género				Total		
		M	%	F	%		%	
Não respondeu	Idade	15	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		19	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		21	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		22	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total		3		2		5	5,6	
Com os pais	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	4	4,4	15	16,7
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	5	5,6	4	4,4	9	10,0
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	4	4,4	1	1,1	5	5,6
		22	2	2,2	2	2,2	4	4,4
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
		24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
	25	1	1,1	1	1,1	2	2,2	
Total		49	54,4	36	40,0	85	94,4	
Total		14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2

Continua

	19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
	20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
	21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
	22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
	23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
	24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
	25	1	1,1	1	1,1	2	2,2
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100

Na questão seguinte da tabela 12 pretendia-se aferir, *Com quem, onde e como aprendeu a falar a língua* verificou-se que, dos 90 alunos inquiridos, 85, que corresponde a 94,4%, dos quais 49 do género masculino e 36 do género feminino, aprenderam a falar a língua com os pais e 5 alunos, que corresponde 5,6%, dos quais 3 do género masculino e 2 do género feminino não responderam. Apesar de tudo, nenhum dos inquiridos indicou ter aprendido a língua em alguma instituição escolar o que justifica, sobretudo, os equívocos na utilização das regras gramaticais.

Esta questão vem auxiliar-nos na concretização da ideia de que os falantes do português no interior de Angola falam a língua sem o domínio das suas normativas, um facto confirmado nas respostas recolhidas que aferem terem apreendido a língua no seio familiar, uma vez que as famílias da região são caracterizadas por um baixo nível de escolaridade como já referimos. Assim, é imperioso que haja uma política linguística séria para facilitar a correção de vários projetos fracassados ligados ao ensino da língua portuguesa em zonas em que o convívio entre o português e a língua local é muito mais acentuado.

Tabela 13 - Resposta dos inquiridos se tem sido fácil falar em português com a família.
Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Tem sido fácil falar o português com a sua família?	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Tem sido fácil falar o português com a sua família?			Género				Total	%
			M	%	F	%		
Não respondeu	Idade	15			1	1,1	1	1,1
Total					1	1,1	1	1,1
Sim	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	4	4,4	15	16,7
		16	1	1,1	5	5,6	5	6,7
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	3	3,3	9	10,0
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	4	4,4	1	1,1	5	5,6
		22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
	24	1	1,1	0	0,0	1	1,1	
	25	1	1,1	1	1,1	2	2,2	
Total			49	54,4	36	40,0	85	94,4
Não	Idade	16	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		19	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		21	1	1,1	0	0,0	1	1,1

Continua

	24	1	1,1	0	1,1	1	1,1
Total	3	3,3	1	1,1	4	4,4	
Total Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
	15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
	16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
	17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
	18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
	19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
	20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
	21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
	22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
	23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
	24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2	
Total Geral	52	57,8	38	42,2	90	100	

Na tabela 13 são apresentados os dados referentes à questão *Tem tido fácil falar o português com a sua família*. De acordo com as respostas dos 90 alunos, 85, correspondentes a 94,4%, dos quais 49 masculinos e 36 femininos, responderam *Sim* e 4 alunos, correspondentes a 4,4%, 3 masculinos e 1 feminino, responderam *Não*. Enquanto 1 aluno, que corresponde a 1,1%, do género feminino, não respondeu à questão. Neste caso, podemos dizer que o facto dos alunos inquiridos não encontrarem dificuldades em comunicar com a família já é um bom sinal. Mas que português é falado? Será que obedece à norma europeia ou apenas é uma língua falada com o objetivo de comunicar? Estas e outras questões muitas vezes não encontram respostas nos alunos, pelo nível acentuado de insipiência das normativas da língua. Apesar de o objetivo primordial da língua ser a comunicação, regista-se em vários contextos comunicacionais, a situação de amálgama na língua em quase todas as comunidades da província, sendo assim, pelos motivos já referidos de falta de instrução escolar das famílias. Os 4 alunos que responderam *não*, embora seja um número ínfimo para poder contrariar o posicionamento da maioria, justificam-se em conformidade com o elevado índice de analfabetismo da maior parte das famílias que têm filhos a frequentar aquela instituição escolar estatal.

Tabela 14 - Resposta dos inquiridos se gosta da língua que fala.
Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Gostas da língua que fala?	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Gostas da língua que fala?		Idade	Género				Total	%
			M	%	F	%		
Não respondeu		15	1	1,1	1	1,1	2	2,2
Total			1	1,1	1	1,1	2	2,2
Sim	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	10	11,1	3	3,3	13	14,4
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	7	7,8	8	8,9	15	16,7
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2

Continua

	19	5	5,6	4	4,4	9	10,0
	20	4	4,4	2	2,2	6	6,7
	21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
	22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
	23	3	3,3	2	2,2	5	5,6
	24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
	25	1	1,1	1	1,1	2	2,2
Total		48	53,3	35	38,9	83	92,2
Não	Idade	15	0	0,0	1	1,1	1,1
		17	1	1,1	0	0,0	1,1
		19	1	1,1	0	0,0	1,1
		20	1	1,1	0	0,0	1,1
		23	0	0,0	1	1,1	1,1
Total		3	3,3	2	2,2	5	5,6
Total		14	1	1,1	1	1,1	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7,8
		21	5	5,6	1	1,1	6,7
		22	2	2,2	3	3,3	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6,7
		24	2	2,2	0	0,0	2,2
	25	1	1,1	1	1,1	2,2	
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100

Na sequência das questões, tivemos interesse em saber, se gostavam da língua que falam, dado patente na tabela 14. Dos 90 alunos inquiridos, 83, que corresponde a 92,2%, dos quais 48 são masculinos e 35 femininos, responderam *sim*, enquanto 5 alunos, correspondentes a 5,6%, dos quais 3 masculinos e 2 femininos, responderam *não*, e 2 alunos, que corresponde a 2,2%, dos quais 1 masculino e 1 feminino, não responderam. Apesar de os números falarem por si, a língua portuguesa é a que une os angolanos de Cabinda ao Cunene e do mar ao leste, tal como referimos no capítulo anterior, portanto o gostar ou não, é considerado com uma opinião para se tomar como referência nesta análise, porque o importante é a função social que desempenha e o simples facto de fazer com que Angola tenha um certo relacionamento com os vários povos do mundo, partindo, deste modo, pelo exercício que cada um de nós tem de fazer para evitar determinados desvios que se regista durante o processo comunicativo.

Tabela 15 - Observação do teste sobre a sinalização da alternativa correta, em frases com pronomes retos e tônicos antecidos pela preposição “entre”

Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Assinale com um x a alternativa correta.	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Assinale com um x a alternativa correta.			Gênero				Total	
			M	%	F	%		%
Não assinalou	Idade	15	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		16	2	2,2	4	4,4	6	6,7
		17	2	2,2	2	2,2	4	4,4
		21	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		22	1	1,1	2	2,2	3	3,3
		23	0	0,0	1	1,1	1	1,1
Total			7	7,8	10	11,1	17	18,9
Correta	Idade	15	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		17	1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total			2	2,2	0	0,0	2	2,2
Incorreta	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	10	11,1	4	4,4	14	15,6
		16	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		17	5	5,6	6	6,7	11	12,2
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	5	7,8
		21	3	3,3	1	1,1	4	4,4
		22	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		23	3	3,3	2	2,2	5	5,6
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2		
Total			43	47,8	28	31,1	71	78,9
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
24	2	2,2	0	0,0	2	2,2		
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2		
Total Geral			52	57,8	38	42,2	90	100

Na tabela 15 são apresentados os resultados obtidos quando foi solicitados aos alunos que assinalassem com um X a alternativa correta nas seguintes frases, a) *Tudo estava bem entre tu e eu* e b) *Tudo estava bem entre ti e mim*, com objetivo de verificar se eles detinham qualquer domínio do uso de pronomes pessoais retos e os oblíquos do tipo tônico. Assim, de acordo com as respostas obtidas, observamos que, dos 90 alunos que constitui a amostra, apenas 2 alunos, que correspondem a 2,2 %, assinalaram corretamente, dos quais 2 masculinos, enquanto 71 alunos, que correspondem a 78,9%, assinalaram incorretamente, entre os quais 43 do gênero masculino e 28 do gênero feminino, não tendo respondido à questão um total de 17 alunos, correspondentes a 18,9%, entre os quais 10 masculinos e 7

femininos. Uma situação que, certamente, encontra influência na linguagem coloquial. Assim sendo, consideramos os resultados muito negativos do ponto de vista da análise, contudo fornecem elementos de força para o problema ora levantado. Aqui, importa realçar que, durante o ano letivo, o aluno aprende e pratica usos linguísticos padronizados²¹¹, mas a sua exposição aos usos linguísticos quotidianos é mais frequente e ele acaba por esquecer a forma adquirida na escola e adota os usos mais comuns²¹². Outra questão que estaria na base é o facto de os alunos desconhecerem as regras do uso dos pronomes quer dos retos quer dos oblíquos nas suas mais variadas formas de uso, pois constitui norma os pronomes retos da primeira e segunda pessoas do singular não necessitarem de uma preposição para o seu uso e normalmente é na “linguagem coloquial que predomina a construção com as formas retas²¹³”. Apesar de em situações não menos comuns poder-se encontrar construções em que os pronomes “eu” e “tu” são precedidos de preposições acidentais, tais como, “afora”, “fora”, “exceto”, “menos” e “tirante”, por exemplo, afinal, todos exceto “eu”, sabem o que sou²¹⁴, estas situações carecem de um conhecimento da matéria, pois, como dissemos, e de acordo com as respostas dos inquiridos, não é de todo fácil alguém que tenha apreendido uma língua com os pais ser capaz de dominar estes pormenores técnicos.

Assim, a forma em que o pronome é utilizado, como referimos, encontra respaldo no linguajar comum e também justificado pela falta de conhecimento mais aprofundado sobre o uso dos pronomes retos a par dos oblíquos. Assim, Cunha e Cintra afirmam que a preposição “entre” na “tradição gramatical aconselha o emprego das formas oblíquas tónicas²¹⁵”. Concretamente, podemos dizer que constitui desvio da norma o uso da forma entre “eu” e “tu”, tendo em atenção o grau percentual da tabela 15 que demonstra o nível de dificuldades que os alunos têm no uso destes elementos frásicos. Com base nisto, a escola teria de desempenhar o seu verdadeiro papel de auxiliar os alunos em ultrapassar as dificuldades que têm vindo a trazer das classes anteriores, mas todas as medidas que são tomadas são eivadas pelas dificuldades que o sistema de educação que o país vive e que nem sempre conseguem colocar à disposição dos alunos instrumentos capazes para a potenciação de saberes fora de aulas, porque não se concebe o facto de uma instituição escolar com mais de vinte salas de aulas não ter sequer uma biblioteca para servir pelo menos o corpo docente. A carência de materiais e as dificuldades que os professores passam não facilitam, certamente, a aquisição de materiais didáticos para o suporte da sua profissão.

Contudo, é necessário que haja políticas que estejam viradas para o desenvolvimento do setor da educação em todos os domínios para fazer com que tenhamos no futuro alunos capazes de, pelo menos, poder identificar as incorreções que acontecem diariamente no exercício da língua.

²¹¹ Maria Helena Mira Mateus e Esperança Carneira, *Norma e Variação*, Lisboa: Caminho, 2007, p. 27.

²¹² Maria José Ferraz, *op. cit.*, p. 30.

²¹³ Cunha e Cintra, *op. cit.*, p. 381.

²¹⁴ *Idem.*

²¹⁵ *Idem.*

Tabela 16 - Observação do teste sobre a sinalização da alternativa correta, em frases com pronomes retos e tônicos antecedidos pela preposição “entre”.

Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Assinale com um x a alternativa correta.	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Assinale com um x a alternativa correta.		Idade	Gênero				Total	%
			M	%	F	%		
Não assinalou	Idade	14	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		15	5	5,6	3	3,3	8	8,9
		16	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		17	3	3,3	5	5,6	8	8,9
		18	2	2,2	1	1,1	3	3,3
		21	3	3,3	0	0,0	3	3,3
		22	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		23	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		25	0	0,0	1	1,1	1	1,1
Total			15	16,7	12	13,3	27	30,0
Correta	Idade	15	1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total			1		0	0,0	1	1,1
Incorreta	Idade	14	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		15	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		16	2	2,2	4	4,4	6	6,7
		17	5	5,6	3	3,3	8	8,9
		18	4	4,4	4	4,4	8	8,9
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	2	2,2	1	1,1	3	3,3
		22	1	1,1	3	3,3	4	4,4
		23	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
25	1	1,1	0	0,0	1	1,1		
Total			36	40,0	26	28,9	62	68,9
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2		
Total Geral			52	57,8	38	42,2	90	100

Sequencialmente, colocou-se uma questão similar, a do quadro 15, apenas invertendo os pronomes: c) *Tudo estava bem entre eu e tu*; d) *Tudo estava bem entre mim e ti*. Na tabela 16, verifica-se que, dos 90 alunos que participaram da investigação, 1 aluno, que corresponde a 1,1%, assinalou corretamente, enquanto 62 alunos, correspondente a 68,9%, dos quais 36 masculinos e 26 femininos, assinalaram incorretamente. Neste caso, houve também 27 alunos, correspondentes a 30%, que não responderam à questão, dos quais 15 masculinos e 12 femininos. Contudo, de acordo com o grau percentual, podemos confirmar,

mais uma vez, que os alunos da 9ª Classe do Complexo não dominam, na realidade, as premissas que orientam o uso dos pronomes retos em relação aos tónicos, tal como já nos referimos durante a abordagem da tabela anterior. Assim, resta-nos criar bases para evitar que, no futuro, continuemos a formar alunos que desconheçam, o uso correto dos pronomes retos perante a anteposição de uma preposição. Relativamente, aos alunos que não assinalaram as questões, talvez por desconhecimento, preferiram permanecer neutros do que correr o risco de não acertar, constituindo assim uma atitude menos favorável para a concretização ou confirmação da hipótese desta pesquisa.

Tabela 17 - Observação do teste sobre a sinalização da alternativa correta do clítico ‘te’ em frases iniciadas por atrator proclítico ‘que’.

Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Assinale com um x a alternativa correta.	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Assinale com um x a alternativa correta.		Idade	Género				Total	
			M	%	F	%		%
Não assinalou	Idade	15	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		17	0	0,0	1	1,1	1	1,1
Total			1	1,1	1	1,1	2	2,2
Correta	Idade	14	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		15	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		16	0	0,0	2	2,2	2	2,2
		17	2	2,2	4	4,4	6	6,7
		18	3	3,3	2	2,2	5	5,6
		19	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		20	3	3,3	0	0,0	3	3,3
		21	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		22	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		23	1	1,1	0	0,0	1	1,1
25	0	0,0	1	1,1	1	1,1		
Total			12	13,3	12	13,3	24	26,7
Incorreta	Idade	14	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		15	9	10,0	4	4,4	13	14,4
		16	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		17	6	6,7	3	3,3	9	10,0
		18	3	3,3	3	3,3	6	6,7
		19	6	6,7	3	3,3	9	10,0
		20	3	3,3	2	2,2	2	5,6
		21	4	4,4	1	1,1	5	5,6
		22	2	2,2	2	2,2	4	4,4
		23	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
25	1	1,1	0	0,0	1	1,1		
Total			40	44,4	25	27,8	65	72,2
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
20	5	5,6	2	2,2	7	7,8		

Continua

	21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
	22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
	23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
	24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
	25	1	1,1	1	1,1	2	2,2
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100

Na tabela 17 figuram os dados recolhidos na aferição do conhecimento dos alunos da posição do pronome clítico diante de um atrator. Colocaram-se três frases, com o objetivo de marcar apenas um X a opção em que o pronome está em posição correta: e) *Que vais te arrepender*; f) *Que te vais arrepender*; g) *Que vais arrepender-te*. Neste contexto, dos 90 alunos que responderam ao inquérito, 23 alunos, que correspondem a 25,6%, assinalaram corretamente, em que 11 são masculinos e 12 femininos, enquanto 65 alunos, que correspondem a 72,2%, assinalaram incorretamente, dos quais 40 são do género masculino e 25 do género feminino. Deste modo, 2 alunos que correspondem a 2,2%, 1 masculino e 1 feminino, não assinalaram. Podemos referir que parte integrante desta amostra desconhece as regras estabelecidas pela gramática, questão que vem mais uma vez comprovar as evidências da pesquisa, de acordo com os relatos feitos durante a elaboração do marco teórico. Como podemos ver em termos percentuais, a maior parte dos alunos não sabe que o pronome relativo “*que*” nestas circunstâncias é um agente de atração obrigatória, para isso é necessário que os professores auxiliem a ultrapassar este problema com medidas concretas e interesse em realizar investigações do género, embora denote aqui o seu grau de complexidade pelas dificuldades que se registam, pois verifica-se a utilização da próclise em “orações iniciadas por pronomes ou advérbios interrogativos²¹⁶”.

Tabela 18 - Observação do teste sobre a sinalização da alternativa correta, em locuções verbais.

Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Assinale com um x a alternativa correta.	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Assinale com um x a alternativa correta.		Género				Total		%
		M	%	F	%			
Não assinalou	Idade 15	0	0,0	1	1,1	1	1,1	
	22	0	0,0	1	1,1	1	1,1	
Total				2		2	2,2	
Correta	Idade 14	0	0,0	1	1,1	1	1,1	
	15	7	7,8	4	4,4	11	12,2	
	16	2	2,2	3	3,3	5	5,6	
	17	4	4,4	6	6,7	10	11,1	
	18	1	1,1	1	1,1	2	2,2	
	19	3	3,3	2	2,2	5	5,6	
	20	4	4,4	1	1,1	5	5,6	
21	3	3,3	1	1,1	4	4,4		

Continua

²¹⁶ *Idem*, p. 398.

		22	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		23	1	1,1	3	3,3	4	4,4
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
Total			28	31,1	23	25,6	51	56,7%
Incorreta	Idade	14	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		15	4	4,4	0	0,0	4	4,4
		17	4	4,4	2	2,2	6	6,7
		18	5	5,6	4	4,4	9	10,0
		19	3	3,3	2	2,2	5	5,6
		20	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		21	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		22	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		23	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		25	1	1,1	1	1,1	2	2,2
Total			24	26,7	11	12,2	35	38,9
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
24	2	2,2	0	0,0	2	2,2		
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2		
Total Geral			52	57,8	38	42,2	90	100

Na análise da tabela 18 onde se apresentam os dados recolhidos sobre as três questões colocadas com intuito de observar os níveis de proficiência dos alunos, *h) Ele pode se aborrecer; i) Ele pode aborrecer-se; j) Ele se pode aborrecer*, podemos constatar que, dos 90 alunos submetidos a responder ao questionário, 51 alunos, que correspondem a 56,7%, assinalaram corretamente, distribuídos entre 28 masculinos e 23 femininos, enquanto 35 alunos, que correspondem a 38,9%, assinalaram incorretamente, onde 24 são masculinos e 11 femininos. Apesar de se ter registado o maior número de alunos que souberam responder à questão, ainda foi notória a renúncia de responder por parte de 2 alunas, que correspondem a 2,2%. Contudo, podemos notar que a diferença percentual dos alunos que acertaram em relação aos que não acertaram não é abismal, levando-nos a ponderar que se tivéssemos que submeter a turma a uma avaliação em que a meta estabelecida seria a de levar toda a turma para um outro ciclo de estudo muitos não conseguiriam. Assim, não deixaríamos de estar preocupados com os níveis de desconhecimento que estes alunos apresentam quando se fala do uso da ênclise como padrão de colocação das frases afirmativas na língua portuguesa, tal como podemos conferir em Mateus²¹⁷. Todavia, fica aqui o reconhecimento daqueles alunos que puderam, em certa medida, demonstrar o contrário das nossas evidências, pelo facto de terem ultrapassado os 50%. Na verdade, constata-se que a maior parte dos alunos a conseguiu assinalar a posição correta do pronome clítico, justificando o domínio das regras gramaticais do português europeu.

²¹⁷ *Op. cit.*, p. 849.

Tabela 19 - Observação do teste sobre a sinalização da alternativa correta, em frases com palavras negativas.

Sumário de Processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Assinale com um x a alternativa correta.	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Assinale com um x a alternativa correta.			Gênero				Total	%	
			M	%	F	%			
Correta	Idade	14	0	0,0	1	1,1	1	1,1	
		15	5	5,6	3	3,3	8	8,9	
		16	1	1,1	3	3,3	4	4,4	
		17	2	2,2	2	2,2	4	4,4	
		18	3	3,3	1	1,1	4	4,4	
		19	2	2,2	0	0,0	2	2,2	
		20	2	2,2	1	1,1	3	3,3	
		21	1	1,1	0	0,0	1	1,1	
		22	1	1,1	1	1,1	2	2,2	
		23	0	0,0	1	1,1	1	1,1	
		25	1	1,1	0	0,0	1	1,1	
Total			18	20,0	13	14,4	31	34,4	
Incorreta	Idade	14	1	1,1	0	0,0	1	1,1	
		15	6	6,7	2	2,2	8	8,9	
		16	1	1,1	2	2,2	3	3,3	
		17	6	6,7	6	6,7	12	13,3	
		18	3	3,3	4	4,4	7	7,8	
		19	4	4,4	4	4,4	8	8,9	
		20	3	3,3	1	1,1	4	4,4	
		21	4	4,4	1	1,1	5	5,6	
		22	1	1,1	2	2,2	3	3,3	
		23	3	3,3	2	2,2	5	5,6	
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2	
25	0	0,0	1	1,1	1	1,1			
Total			34	37,8	25	27,8	59	65,6	
			14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
			15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
			16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
			17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
			18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
			19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
			20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
			21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
			22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
			23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
			24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
			25	1	1,1	1	1,1	2	2,2
Total Geral			52	57,8	38	42,2	90	100	

Na tabela 19 apresentaram-se os dados recolhidos no quarto bloco de frases k) *Não encontrou-se nenhum ouro nessa mina*, l) *Não se encontrou nenhum ouro nessa mina*, m) *Não encontrou nenhum se ouro nessa mina*. Dos 90 alunos submetidos a responder ao questionário, 31 alunos, que equivale a 34,4%, assinalaram corretamente, entre os quais 18 masculinos e 13 femininos, enquanto 59 alunos, que correspondem a 65,6%, assinalaram incorretamente, distribuídos entre 34 masculinos e 25 femininos, portanto, podemos aferir que se nota uma certa desproporcionalidade em termos de resultados, refletindo evidências

claras de que os alunos da 9ª Classe não dominam as regras de cliticização em frases negativas, uma vez que os índices apontam para níveis acentuados de desconhecimentos desta matéria, pelo que se julga imprescindível a intervenção dos professores.

Tabela 20 - Observação do teste sobre a sinalização da alternativa correta, em orações subordinadas.

Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Assinale com um x a alternativa correta.	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Assinale com um x a alternativa correta.		Gênero				Total		
		M	%	F	%		%	
Não assinalou	Idade	15	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		17	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		21	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		Total	2	2,2	1	1,1	3	3,3
Correta	Idade	14	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		15	4	4,4	0	0,0	4	4,4
		16	1	1,1	4	4,4	5	5,6
		17	4	4,4	5	5,6	9	10,0
		18	4	4,4	0	0,0	4	4,4
		19	2	2,2	2	2,2	4	4,4
		20	1	1,1	2	2,2	3	3,3
		21	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		22	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		23	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total	21	23,3	15	16,7	36	40,0		
Incorreta	Idade	14	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		15	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		16	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		17	4	4,4	2	2,2	6	6,7
		18	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		19	4	4,4	2	2,2	6	6,7
		20	4	4,4	0	0,0	4	4,4
		21	2	2,2	1	1,1	3	3,3
		22	2	2,2	2	2,2	4	4,4
		23	2	2,2	2	2,2	4	4,4
		24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2		
Total	29	32,2	22	24,4	51	56,7		
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2		
Total Geral	52	57,8	38	42,2	90	100		

Dando sequência às questões, pedimos igualmente aos alunos que assinalassem a frase correta nas seguintes, n) A administração da empresa não pagou nenhum do ferro que foi entregue-lhe, o) A administração da empresa não pagou nenhum do ferro que foi-lhe entregue, p) A administração da empresa não pagou nenhum do ferro que lhe foi entregue e q) A administração da empresa não pagou nenhum do ferro que foi- lhe entregue, apresentando-se os dados da tabela 20. Com base nas respostas dos alunos, aferimos que dos 90 alunos inquiridos, 36, correspondentes a 40%, assinalaram corretamente, entre os quais 21 são do género masculino e 15 do género feminino, enquanto 51 alunos, que correspondem a 56%, assinalaram incorretamente, dos quais 29 masculinos e 22 femininos. Houve também 3 alunos, que correspondem a 3,3%, que não assinalaram a questão, dos quais 2 masculinos e 1 feminino.

Nesta questão, de acordo com os dados obtidos, não houve evolução em função dos resultados negativos, assim, podemos compreender que as interferências na língua provocam de uma certa forma um desconforto inevitável e, em comparação com os dados da tabela anterior, nesta já se regista uma certa descida de nível em termo de percentagem, apesar de a falta de conhecimento e domínio das regras ainda falarem mais alto. Esta demonstração é positiva do ponto de vista da análise, porque satisfaz de maneira geral os interesses da pesquisa que tem a missão de mostrar todas as situações levantadas sobre a colocação desregrada dos clíticos, tendo em atenção os pressupostos estabelecidos pela norma. Neste sentido, Raposo afirma que “os pronomes clíticos ocorrem em posição proclítica em todos os tipos de orações subordinadas finitas²¹⁸”. O autor também ressalta o facto de “a próclise nos domínios da subordinação finitas apresenta-se, as orações completivas, relativas e as adverbiais²¹⁹” e nas “orações completivas, incluem-se as completivas de sujeitos, completivas de objeto e as completivas introduzidas pelas conjunções complementadores que e por constituintes interrogativos²²⁰”, nestas e tantas outras regras não podemos ignorar o grau de complexidade, mas que não podem ser descuradas na aprendizagem de uma língua.

Tabela 21 - Observação do teste sobre a sinalização da alternativa correta, em orações com pronomes retos e tónicos precedidos por preposição.

Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Assinale com um x a alternativa correta.	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Assinale com um x a alternativa correta.	Idade	15	Género				Total	%
			M	%	F	%		
Não assinalou			1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total			1	1,1	0	0,0	1	1,1

Continua

²¹⁸ Raposo, *op. cit.*, p. 2274.

²¹⁹ *Idem*, p. 2275.

²²⁰ *Idem*.

Correta	Idade	14	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		15	5	5,6	3	3,3	8	8,9
		16	2	2,2	2	2,2	4	4,4
		17	1	1,1	4	4,4	5	5,6
		18	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		19	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		20	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		21	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		22	1	1,1	1	1,1	1	2,2
		23	1	1,1	1	1,1	1	2,2
		24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		25	1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total		18	20,0	13	14,4	31	34,4	
Incorreta	Idade	14	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		15	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		16	0	0,0	3	3,3	3	3,3
		17	7	7,8	4	4,4	11	12,2
		18	4	4,4	5	5,6	9	10,0
		19	5	5,6	3	3,3	8	8,9
		20	4	4,4	2	2,2	6	6,7
		21	3	3,3	1	1,1	4	4,4
		22	1	1,1	2	2,2	3	3,3
		23	2	2,2	2	2,2	4	4,4
		24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		25	0	0,0	1	1,1	1	1,1
Total		33	36,8	25	27,8	58	64,4	
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
24	2	2,2	0	0,0	2	2,2		
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2		
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100	

Na tabela 21 regista-se os resultados relativos ao bloco de frases r) *Que diferença há entre eu e um fidalgo qualquer?* s) *Que diferença há entre mim e um fidalgo qualquer?* De acordo com a apreciação dos resultados, dos 90 alunos que correspondem à amostra selecionada, 31 alunos, que equivale a 34,4%, assinalaram corretamente, dos quais 18 do género masculino e 13 do género feminino, enquanto 58 alunos, que satisfaz a 64,4%, assinalaram incorretamente, entre os quais 33 masculinos e 25 femininos. Aqui, importa referir que 1 aluna, que equivale a 1,1%, não assinalou a questão e, em contrapartida, os resultados denotam um declínio gradual no que se relaciona com as regras do uso, quer dos pronomes retos, quer dos pronomes tónicos. É necessário que os alunos saibam que, para a utilização de um ou outro pronome, necessitam conhecer na íntegra os seus princípios, pois como já dissemos, são os pronomes tónicos que têm a obrigação de serem acompanhados por uma preposição nas suas construções frásicas. Deste modo, não se deve usar pronomes do tipo tónico sem ser antecedido por uma preposição regra geral e, tanto que, os pronomes retos de

primeira e segundas pessoas do singular não devem ser antecidos pela preposição “entre”. Neste sentido, podemos aferir que os alunos apresentam inúmeras dificuldades na utilização dos pronomes retos da primeira e da segunda pessoas. Este nível de dificuldade que eles apresentam traduz os elementos de força para a identificação do problema em estudo.

Tabela 22 - Observação do teste sobre a sinalização da alternativa correta, nas orações com pronomes ou advérbios interrogativos.
Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Assinale com um x a alternativa correta.	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Assinale com um x a alternativa correta.			Género				Total	
			M	%	F	%		%
Não assinalou	Idade	15	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		25	0	0,0	1	1,1	1	1,1
Total			1	1,1	1	1,1	2	2
Correta	Idade	15	4	4,4	2	2,2	6	6,7
		16	2	2,2	2	2,2	4	4,4
		17	3	3,3	2	2,2	5	5,6
		18	4	4,4	1	1,1	5	5,6
		19	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		20	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		21	0	0,0	1	1,1	1	1,1
23	0	0,0	1	1,1	1	1,1		
Total			14	15,6	11	12,2	25	28
Incorreta	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	6	6,7	3	3,3	9	10,0
		16	0	0,0	3	3,3	3	3,3
		17	5	5,6	6	6,7	11	12,2
		18	2	2,2	4	4,4	6	6,7
		19	6	6,7	3	3,3	9	10,0
		20	4	4,4	1	1,1	5	5,6
		21	5	5,6	0	0,0	5	5,6
		22	2	2,2	2	2,2	4	4,4
		23	3	3,3	2	2,2	5	5,6
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
25	1	1,1	0	0,0	1	1,1		
Total			37	41,1	25	27,8	62	69
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
	Idade	16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2		
Total Geral			52	57,8	38	42,2	90	100

Podemos notar que se num caso o grau percentual tende a diminuir para a positiva, noutros casos tende a aumentar pela negativa, em números muito superiores. Então, esta desproporcionalidade constitui, em certa medida, o nosso ponto de destaque.

A tabela 22 diz respeito aos resultados obtidos no bloco de frases t) *Quando disseste-me que estavas em casa?* u) *Quando me disseste que estavas em casa?* v) *Quando disseste que me estavas em casa?* Dos 90 alunos que foram submetidos a responder o questionário, 25 alunos, que correspondem a 28%, assinalaram corretamente, entre os quais 14 masculinos e 11 femininos, enquanto 62 alunos, que correspondem a 70%, assinalaram incorretamente, entre os quais 37 masculinos e 25 femininos. Entretanto, 2 alunos, correspondente a 2%, distribuídos entre 1 masculino e 1 feminino, não responderam. Uma vez que a diferença do valor percentual é abismal, podemos considerar que este facto se deve, naturalmente, à falta de conhecimento dos instrumentos normativos da língua, apesar de haver outros elementos norteados pelas influências advindas das línguas que coabitam com o português naquele espaço do território do Cuanza Norte, pois, não se regista, igualmente, uma certa visibilidade no uso da próclise em orações interrogativas e exclamativas. Tudo isto é influenciado pelo desconhecimento destas regras, resultante do facto de a aprendizagem da língua não ter encontrado na escola uma medida à altura que introduzisse ao aluno ferramentas necessárias. Tal como afirma Raposo “a colocação proclítica dos pronomes átonos encontra-se regularmente nas orações interrogativas introduzidas pelos pronomes e advérbios interrogativos²²¹” e estes elementos são, como é óbvio, o “que, quem, onde, quanto, como, quando, porque e nas orações introduzidas por que, quem, como, quanto²²²”. Para a resolução do problema, a escola deve atender às normativas do português padrão, pois notabiliza-se um certo grau de dificuldade, pelo facto de, muitas vezes, estes instrumentos não serem de fácil acesso para a maioria das instituições que se encontram limitadas na capacidade de análise e pela falta de recursos didáticos.

Tabela 23 - Observação do teste sobre a sinalização da alternativa correta, nas orações com pronomes retos e tónicos precedidos pela preposição “para”.

Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Assinale com um x a alternativa correta.	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Assinale com um x a alternativa correta.	Idade	Género				Total	
		M	%	F	%		%
Não assinalou	14	0	0,0	1	1,1	1	1,1
	15	3	3,3	2	2,2	5	5,6
	17	2	2,2	1	1,1	3	3,3
Total		5	5,6	4	4,4	9	10,0
Correta	14	1	1,1	0	0,0	1	1,1
	15	7	7,8	3	3,3	10	11,1
	16	1	1,1	3	3,3	4	4,4
	17	4	4,4	5	5,6	9	10,0
	18	6	6,7	4	4,4	10	11,1

Continua

²²¹ *Idem*, p. 2270.

²²² *Idem*.

	19	4	4,4	3	3,3	7	7,8	
	20	4	4,4	1	1,1	5	5,6	
	21	4	4,4	1	1,1	5	5,6	
	22	0	0,0	3	3,3	3	3,3	
	23	2	2,2	3	3,3	5	5,6	
	24	2	2,2	0	0,0	2	2,2	
Total		35	38,9	26	28,9	61	67,8	
Incorreta	Idade	15	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		16	1	1,1	2	2,2	3	3,3
		17	2	2,2	2	2,2	4	4,4
		18	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		19	2	2,2	1	1,1	3	3,3
		20	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		21	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		22	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		23	1	1,1	0	0,0	1	1,1
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2		
Total		12	13,3	8	8,9	20	22,2	
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2		
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100	

A tabela 23 refere-se ao bloco de frases w) *Este trabalho foi reservado para eu*, x) *Este trabalho foi reservado para mim* e y) *Este trabalho foi reservado para tu*, com objetivo de avaliar a posição do pronome tónico em relação ao reto, quando estivermos diante de uma preposição. Dos 90 que constitui a amostra, 67 alunos, correspondentes a 68%, responderam corretamente, em que 35 são masculinos e 26 femininos, enquanto 20 alunos, que representam 22%, não responderam corretamente, entre 12 masculinos e 8 femininos. Entretanto, 9 alunos, que corresponde a 10%, dos quais 5 masculinos e 4 femininos, não responderam. Em comparação com outras questões, podemos concluir que neste capítulo os alunos são razoáveis. Porque o grau percentual das respostas corretas ultrapassa a expectativa do investigador. Mas, apesar dos resultados positivos, o ideal seria se pelo menos todos os alunos tivessem acertado, para reduzir a 0% por cento os resultados negativos.

24 - Observação do teste sobre a sinalização da alternativa correta, usando pronomes reto e tônico precedido de uma preposição seguido do verbo no infinitivo.

Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Assinale com um x a alternativa correta.	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Assinale com um x a alternativa correta.		Gênero				Total	%	
		M	%	F	%			
Não assinalou	Idade	15	3	3,3	2	2,2	5	5,6
		16	1	1,1	3	3,3	4	4,4
		17	3	3,3	4	4,4	7	7,8
		18	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		21	3	3,3	1	1,1	4	4,4
		22	1	1,1	2	2,2	3	3,3
		23	1	1,1	2	2,2	3	3,3
		24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		25	1	1,1	1	1,1	2	2,2
Total		16	17,8	15	16,7	31	34,4	
Correta	Idade	14	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		15	3	3,3	0	0,0	3	3,3
		16	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		17	3	3,3	3	3,3	6	6,7
		18	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		19	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		20	0	0,0	2	2,2	2	2,2
		21	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		22	1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total		10	11,1	9	10,0	19	21,1	
Incorreta	Idade	14	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		15	5	5,6	3	3,3	8	8,9
		16	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		17	2	2,2	1	1,1	3	3,3
		18	4	4,4	4	4,4	8	8,9
		19	5	5,6	3	3,3	8	8,9
		20	5	5,6	0	0,0	5	5,6
		21	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		22	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		23	2	2,2	1	1,1	3	3,3
	24	1	1,1	0	0,0	1	1,1	
Total		26	28,9	14	15,6	40	44,4	
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
	25	1	1,1	1	1,1	2	2,2	
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100	

Na tabela 24 são apresentados os dados relativos ao bloco de frases z) *Este trabalho é para eu fazer*; aa) *Este trabalho é para mim fazer*. Dos 90 alunos inquiridos, apenas 19, que correspondem a 21,1%, assinalaram corretamente, dos quais 10 masculinos e 9 femininos,

enquanto 40 alunos, que equivalem a 44,4%, assinalaram incorretamente, entre os quais 26 do género masculino e 14 do género feminino. Entretanto, verifica-se um número elevado de alunos que não responderam à questão: 31 alunos, correspondentes a 34,4%, distribuídos por 16 masculinos e 15 femininos. De acordo com a análise, importa-nos ressaltar, uma vez mais, que os números dos que não assinalaram corretamente e das abstenções representam os elevados índices de dificuldades que os alunos trazem, pelo facto de haver desconhecimento dos princípios que norteiam o uso dos pronomes. Aqui, podemos concluir também que as dificuldades dos alunos se encontram principalmente no uso dos pronomes pessoais retos da primeira e segunda pessoas do singular e o uso, sobretudo, dos pronomes oblíquos tónicos da primeira pessoa como sujeito, embora esta construção tenha uma certa especificação, porque as gramáticas dizem que se usam as formas retas, mesmo depois de uma preposição, quando o pronome for sujeito de um verbo infinitivo que vier a seguir.

Tabela 25 - Observação do teste sobre a colocação adequada do clítico “me” na frase afirmativa.

Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Coloque o pronome entre parênteses na posição adequada	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Coloque o pronome entre parênteses na posição adequada.		Género				Total		
		M	%	F	%		%	
Não respondeu	Idade	15	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		16	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		17	2	2,2	1	1,1	3	3,3
		18	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		22	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		23	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		25	1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total		9	10,0	2	2,2	11	12 %	
Adequada	Idade	14	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		15	4	4,4	3	3,3	7	7,8
		16	1	1,1	3	3,3	4	4,4
		17	1	1,1	6	6,7	7	7,8
		18	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		19	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		20	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		21	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		22	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		23	1	1,1	1	1,1	2	2,2
	24	1	1,1	0	0,0	1	1,1	
Total		11	12,2	18	20,0	29	32 %	
Inadequada	Idade	14	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		15	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		16	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		17	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		18	4	4,4	4	4,4	8	8,9
		19	5	5,6	3	3,3	8	8,9
		20	4	4,4	2	2,2	6	6,7
		21	5	5,6	0	0,0	5	5,6

Continua

	22	1	1,1	2	2,2	3	3,3
	23	1	1,1	2	2,2	3	3,3
	24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
	25	0	0,0	1	1,1	1	1,1
Total		32	35,6	18	20,0	50	56 %
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2
		15	11	12,2	5	5,6	16
		16	2	2,2	5	5,6	7
		17	8	8,9	8	8,9	16
		18	6	6,7	5	5,6	11
		19	6	6,7	4	4,4	10
		20	5	5,6	2	2,2	7
		21	5	5,6	1	1,1	6
		22	2	2,2	3	3,3	5
		23	3	3,3	3	3,3	6
		24	2	2,2	0	0,0	2
		25	1	1,1	1	1,1	2
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100

Para identificar o facto levantado de que os alunos, muitas vezes, usam os pronomes de forma desregrada, usando a próclise em frases em que a colocação obedecia à ênclise, e vice-versa, solicitou-se na terceira parte do questionário, o seguinte: *Coloque o pronome entre parênteses na posição adequada*. Na tabela 25 são apresentados os dados recolhidos no enunciado, *___Começas___ a ___complicar___*. (me). Dos 90 alunos que constituem a amostra selecionada, 29 alunos, que correspondem a 32%, colocaram na posição adequada, dos quais 11 do género masculino e 18 do género feminino, enquanto 50 alunos, que correspondem a 56%, não colocaram na posição adequada, entre os quais 32 do género masculino e 18 do género feminino. E conseqüentemente, 11 alunos, correspondentes a 12%, entre os quais 9 masculinos e 2 femininos, não responderam à questão. Do ponto de vista da análise, estes dados satisfazem os objetivos da pesquisa, pois demonstram que os alunos confirmam a evidência que identifica o pretexto apresentado, conforme se pode observar nos resultados que refletem a tabela em descrição. O baixo nível percentual é uma amostra de que há registos que determinam o incumprimento dos requisitos necessários para o uso da próclise ou da ênclise respetivamente. Deste modo, e para a situação que estamos a referir, a anteposição dos pronomes átonos sem a obediência das regras relaciona-se com dois fatores importantes da transformação linguística, pois, Cunha e Cintra afirmam que “a colocação dos pronomes átonos no colóquio normal do Brasil tende à próclise. Parece suceder o mesmo no português falado em África²²³”. Esta afirmação é bastante concreta, embora se trate de um desvio aos aspetos afluídos pela norma que estabelece, portanto, as circunstâncias em que é usada a próclise, tanto que os alunos, nestas circunstâncias, trocaram a ênclise pela próclise. Neste sentido, Raposo traz à tona uma abordagem muito importante para dirimir a problemática que poderia estar na base da relatividade na colocação dos pronomes clíticos em orações infinitas preposicionadas, quando afirma que “a variação entre a ênclise e a próclise em infinitas preposicionadas é independente da distinção entre orações infinitas

²²³ Cunha e Cintra, *op. cit.*, pp. 226-227.

completivas e infinitas adverbias e quase abrange a generalidade das preposições²²⁴”. Assim, o autor salienta que “ficam fora do padrão de variação as preposições “a” e “com”, que se associam sempre à ênclise²²⁵”.

Tabela 26 - Observação do teste sobre a colocação adequada do clítico “me” com verbos preposicionados.

Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Coloque o pronome entre parênteses na posição adequada	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Coloque o pronome entre parenteses na posição adequada.		Idade	Gênero				Total	
			M	%	F	%		%
Não respondeu	Idade	15	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		16	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		17	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		18	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		21	2	2,2	1	1,1	3	3,3
		22	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		23	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		25	1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total			9	10,0	2	2,2	11	12,2
Adequada	Idade	14	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		15	6	6,7	0	0,0	6	6,7
		16	0	0,0	2	2,2	2	2,2
		17	3	3,3	4	4,4	7	7,8
		18	1	1,1	3	3,3	4	4,4
		19	2	2,2	1	1,1	3	3,3
		20	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		21	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		22	0	0,0	1	1,1	1	1,1
23	0	0,0	1	1,1	1	1,1		
Total			16	17,8	12	13,3	28	31,1
Inadequada	Idade	14	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		15	4	4,4	5	5,6	9	10,0
		16	2	2,2	2	2,2	4	4,4
		17	4	4,4	4	4,4	8	8,9
		18	4	4,4	2	2,2	6	6,7
		19	4	4,4	3	3,3	7	7,8
		20	3	3,3	2	2,2	5	5,6
		21	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		22	0	0,0	2	2,2	2	2,2
		23	2	2,2	2	2,2	4	4,4
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
25	0	0,0	1	1,1	1	1,1		
Total			27	30,0	24	26,7	51	56,7%
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2

Continua

²²⁴ Raposo, *op. cit.*, p. 2280.

²²⁵ *Idem.*

	19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
	20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
	21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
	22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
	23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
	24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
	25	1	1,1	1	1,1	2	2,2
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100

Seguidamente, voltamos a outra questão resultante da situação anterior, em que a colocação do pronome clítico entre parênteses, na posição adequada, constituía o centro das atenções no enunciado, *___Gostava___de___ ausentar___por___dois___dias. (me)*, dados apresentados na tabela 26. De acordo com as respostas, verificamos que a maior parte dos alunos apresenta sérias dificuldades na colocação do pronome que a oração solicitava. Apesar de estar expresso, ainda recorreram a outras formas que não satisfaziam o interesse da questão, logo dos 90 alunos inquiridos, apenas 28, que correspondem a 31%, colocaram de forma adequada entre estes, 16 masculinos e 12 femininos, e os 51 alunos, correspondentes a 57%, fizeram uma colocação de forma inadequada, dos quais 27 masculinos e 24 femininos. Regista-se, ainda, 11 alunos, que correspondem a 12%, dos quais 9 masculinos e 2 femininos, não responderam. Assim, podemos dizer que, para além das situações decorrentes de não obediência aos aspetos normativos também houve aqui uma certa desatenção por parte dos alunos, porque não havia necessidade de colocar no espaço vazio pronomes não solicitados, uma vez que já se encontrava exposto na frase, bem como o preenchimento de todos os espaços. Neste contexto, a análise dos dados da tabela 25 são bastante similares por se tratar de frases preposicionadas que detêm regras bastante claras relativamente à variação na colocação dos pronomes entre a ênclise e a próclise. Em termos comparativos, não registamos grandes diferenças entre os dados apresentados pelas situações relacionadas com as especificidades do uso da norma.

Tabela 27 - Observação do teste sobre a colocação adequada do clítico “te” em frases negativas.

Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Coloque o pronome entre parênteses na posição adequada	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Coloque o pronome entre parênteses na posição adequada.		Género				Total		
		M	%	F	%		%	
Não respondeu	Idade	15	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		17	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		18	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		21	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		22	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		23	1	1,1	0	0,0	1	1,1
	25	1	1,1	0	0,0	1	1,1	
Total		9	10,0	0	0,0	9	10,0	

Continua

Adequada	Idade	15	3	3,3	0	0,0	3	0,0
		16	1	1,1	1	1,1	2	1,1
		17	4	4,4	3	3,3	7	3,3
		18	1	1,1	1	1,1	2	1,1
		19	1	1,1	1	1,1	2	1,1
		20	1	1,1	0	0,0	1	0,0
		21	2	2,2	0	0,0	2	0,0
		22	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		23	2	2,2	1	1,1	3	1,1
		24	1	1,1	0	0,0	1	0,0
25	0	0,0	1	1,1	1	1,1		
Total		16	17,8	9	10,0	25	27,8	
Inadequada	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	7	7,8	5	5,6	12	13,3
		16	1	1,1	4	4,4	5	5,6
		17	3	3,3	5	5,6	8	8,9
		18	4	4,4	4	4,4	8	8,9
		19	5	5,6	3	3,3	8	8,9
		20	4	4,4	2	2,2	6	6,7
		21	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		22	0	0,0	2	2,2	2	2,2
		23	0	0,0	2	2,2	2	2,2
24	1	1,1	0	0,0	1	1,1		
Total		27	30,0	29	32,2	56	62,2	
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
	24	2	2,2	0	0,0	2	2,2	
	25	1	1,1	1	1,1	2	2,2	
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100	

Os dados inerentes à colocação do pronome clítico entre parenteses na posição adequada no enunciado, *___Não___ esqueço ___por___ nada ___meu amigo. (te)*. São apresentados na tabela 27. O objetivo era testar o nível de percepção dos alunos nesta matéria, perante frases negativas. Dos 90 alunos que compõem a amostra, 25 alunos, que correspondem a 28%, são os que colocaram adequadamente, entre os quais 16 masculinos e 9 femininos, enquanto 56 alunos, que correspondem a 62%, não colocaram adequadamente, entre os quais 27 masculinos e 29 femininos. 9 alunos, que correspondem a 10%, não responderam. Com base nisso, concluímos que, seguindo a norma, muitos alunos desconhecem que, quando estão diante deste caso, se usa a próclise, porque o pronome é atraído pelo advérbio. Neste contexto, verificou-se a influência notória do desvio da norma e a geração de conflito linguístico quer na oralidade quer na escrita.

Pelos dados obtidos, podemos ressaltar que os casos de desvio na colocação dos pronomes são frequentes em contextos frásicos em que se exige o uso obrigatório quer da ênclise quer da próclise nas condições definidas pela gramática tradicional, tendo por exemplo um advérbio ou um pronome junto ao sujeito que obriga a anteposição do pronome

ao verbo. Como podemos ver nas respostas dos alunos, a colocação do clítico para esta questão esteve direcionada para a ênclise num contexto puramente proclítico. Neste caso, há uma variação desnecessária que move os alunos para uma insegurança nutrida pela desconstrução frásica que surge em virtude do desconhecimento das regras, motivada pelo simples facto de terem aprendido a língua em situações não favoráveis, influenciadas pelo meio social do aluno, criando neste várias interferências linguísticas que são consideradas a base dos desvios e que resultam numa tendência de colocação do pronome na forma enclítica, onde a norma estabelece o inverso.

Tabela 28 - Observação do teste sobre a colocação adequada do clítico “te” em orações iniciadas por preposição.

Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Coloque o pronome entre parênteses na posição adequada	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Coloque o pronome entre parenteses na posição adequada.		Género				Total	%	
		M	%	F	%			
Não respondeu	Idade	15	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		16	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		17	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		18	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		21	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		22	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		23	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		25	1	1,1	1	1,1	2	2,2
Total		9	10,0	4	4,4	13	14,4	
Adequada	Idade	14	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		15	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		16	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		17	3	3,3	2	2,2	5	5,6
		18	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		19	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		20	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		21	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		22	0	0,0	3	3,3	3	3,3
		23	0	0,0	1	1,1	1	1,1
Total		14	14,4	9	10,0	23	25,6	
Inadequada	Idade	14	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		15	5	5,6	3	3,3	8	3,3
		16	1	1,1	3	3,3	4	3,3
		17	4	4,4	6	6,7	10	6,7
		18	4	4,4	4	4,4	8	4,4
		19	5	5,6	4	4,4	9	4,4
		20	4	4,4	2	2,2	6	2,2
		21	3	3,3	0	0,0	3	0,0
		23	1	1,1	2	2,2	3	2,2
		24	2	2,2	0	0,0	2	0,0
Total		29	32,2	25	27,8	54	60,0	

Continua

Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
16	2	2,2	5	5,6	7	7,8		
17	8	8,9	8	8,9	16	17,8		
18	6	6,7	5	5,6	11	12,2		
19	6	6,7	4	4,4	10	11,1		
20	5	5,6	2	2,2	7	7,8		
21	5	5,6	1	1,1	6	6,7		
22	2	2,2	3	3,3	5	5,6		
23	3	3,3	3	3,3	6	6,7		
24	2	2,2	0	0,0	2	2,2		
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2		
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100	

Na tabela 28 são expostos os resultados referentes ao enunciado *___Sem___ ver___ não___sinto___bem. (te)*, ressaltando igualmente o propósito de verificar se os alunos têm domínio, ou não, do funcionamento dos clíticos em frases iniciadas por preposição. Assim sendo, dos 90 alunos inquiridos, 23, que satisfazem 26%, colocaram de forma adequada, entre os quais 14 masculinos e 9 femininos, enquanto 54 alunos, que correspondem a 60%, colocaram inadequadamente, entre os quais 29 masculinos e 25 femininos e 13 alunos, correspondentes a 14%, dos quais 9 masculinos e 4 femininos, não responderam. Com base nisso, concluímos que o não conhecimento dos elementos constituintes da frase a par da norma que muitos alunos carregam é um dos motivos que identifica o elevado índice de inadequação quando se está diante destes casos em que a próclise tem razão de ser, porque o pronome é atraído pela preposição “sem”. Verificamos neste contexto a influência notória do desvio à norma. Pelos dados obtidos, podemos ressaltar que os casos de desvio na colocação dos pronomes são frequentes em contextos frásicos em que é exigida a anteposição dos pronomes. Apesar de haver uma certa variação entre a próclise e a ênclise, relativamente à colocação dos clíticos nas orações infinitivas, tal como afirma Martins “a mesma palavra, ou constituinte pré-verbal, pode assim aparecer associada ora à ênclise ora à próclise²²⁶”, salientando, contudo que “a alternância entre uma e a outra colocação não é livre²²⁷”. Deste modo, a autora estabelece que ocorre “ênclise nas orações não introduzidas por preposição ou introduzidas pelas preposições a e com, sem proclisadores²²⁸” e, do mesmo modo, ocorrerá próclise em orações introduzidas pelas preposições de, para, após, até, sem²²⁹”.

²²⁶ Ana Maria Martins e Ernestina Carrilho, *op. cit.*, p. 409.

²²⁷ *Idem.*

²²⁸ *Idem.*

²²⁹ *Idem.*

Tabela 29 - Observação do teste sobre a colocação adequada do clítico “nos” em frases negativas.

Sumário de Processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Coloque o pronome entre parenteses na posição adequada	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Coloque o pronome entre parenteses na posição adequada.		Gênero				Total		
		M	%	F	%		%	
Não respondeu	Idade	15	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		17	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		18	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		21	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		22	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		23	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		25	1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total		10	11,1	1	1,1	11	12,2	
Adequada	Idade	14	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		15	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		16	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		17	3	3,3	2	2,2	5	5,6
		18	2	2,2	2	2,2	4	4,4
		19	2	2,2	1	1,1	3	3,3
		20	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		22	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		23	2	2,2	1	1,1	3	3,3
		25	0	0,0	1	1,1	1	1,1
Total		17	18,9	9	10,0	26	28,9	
Inadequada	Idade	14	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		15	4	4,4	4	4,4	8	8,9
		16	1	1,1	5	5,6	6	6,7
		17	4	4,4	5	5,6	9	10,0
		18	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		19	4	4,4	3	3,3	7	7,8
		20	4	4,4	2	2,2	6	6,7
		21	4	4,4	1	1,1	5	5,6
		22	0	0,0	2	2,2	2	2,2
		23	0	0,0	2	2,2	2	2,2
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
Total		25	27,8	28	31,1	53	58,9	
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
	25	1	1,1	1	1,1	2	2,2	
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100	

Na tabela 29 os resultados referem-se ao enunciado, ___Ninguém___ avisou ___do seu___problema. (nos) a situação é a mesma. Solicitamos que os alunos colocassem o pronome na posição adequada, contudo, de acordo com os resultados obtidos através dos 90

alunos inquiridos, 26 alunos, que correspondem a 29%, dos quais 17 masculinos e 9 femininos, colocaram adequadamente o pronome, enquanto 53 alunos, que correspondem a 59%, entre os quais 25 masculinos e 28 femininos, não colocaram adequadamente. Entretanto, a par destes estão 11 alunos, que totalizam 12%, distribuídos entre 10 masculinos e 1 feminino, que não responderam à questão colocada. Tal como não poderia ser diferente, podemos ver que, em termos percentuais, o maior grau se regista nos alunos que não responderam com adequação. Um indicativo mais que evidente, portanto, para justificar os níveis de dificuldade que os alunos apresentam em matérias ligadas ao uso dos pronomes clíticos. Esta referência negativa justifica-se, por um lado, pela falta de atenção dos alunos e, por outro lado, a situação da política educativa do país, uma vez que a ausência de materiais didáticos, como já referimos inúmeras vezes nesta pesquisa, condicionam de maneira geral o desempenho dos alunos e dos profissionais. Assim, podemos reforçar a ideia, a partir da afirmação de Ferraz “uma escola sem biblioteca é um pássaro sem asas²³⁰”.

Tabela 30 - Observação do teste sobre a colocação adequada do clítico “lhe” em frases afirmativas.

Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Coloque o pronome entre parênteses na posição adequada	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Coloque o pronome entre parênteses na posição adequada.	Idade	Género				Total	%
		M	%	F	%		
Não respondeu	15	1	1,1			1	1,1
	17	1	1,1			1	1,1
	18	2	2,2			2	2,2
	21	1	1,1			1	1,1
	22	2	2,2			2	2,2
	25	1	1,1			1	1,1
Total		8	8,9			8	8,9
Adequada	14	1	1,1	0	0,0	1	1,1
	15	3	3,3	2	2,2	5	5,6
	16	2	2,2	2	2,2	4	4,4
	17	2	2,2	3	3,3	5	5,6
	18	1	1,1	2	2,2	3	3,3
	19	3	3,3	1	1,1	4	4,4
	20	1	1,1	0	0,0	1	1,1
	21	2	2,2	1	1,1	3	3,3
	22	0	0,0	2	2,2	2	2,2
	23	1	1,1	3	3,3	4	4,4
	24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
Total		18	20,0	16	17,8	34	37,8%
Inadequada	14	0	0,0	1	1,1	1	1,1
	15	7	7,8	3	3,3	10	11,1
	16	0	0,0	3	3,3	3	3,3
	17	5	5,6	5	5,6	10	11,1
	18	3	3,3	3	3,3	6	6,7

Continua

²³⁰ Maria José Ferraz, *op. cit.*, p. 24.

	19	3	3,3	3	3,3	6	6,7	
	20	4	4,4	2	2,2	6	6,7	
	21	2	2,2	0	0,0	2	2,2	
	22	0	0,0	1	1,1	1	1,1	
	23	1	1,1	1	1,1	2	2,2	
	25	0	0,0	1	1,1	1	1,1	
Total		25	27,8	23	25,6	48	53,3	
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
	24	2	2,2	0	0,0	2	2,2	
	25	1	1,1	1	1,1	2	2,2	
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100	

Na perspectiva de analisarmos o nível de conhecimento que os alunos têm sobre as matérias ligadas ao uso de pronomes clíticos, colocámos igualmente este enunciado: *Diz_____para_____ir_____construir_____Hospital no Bege e uma escola no Quingonde (lhe)*, sendo os resultados apresentados na tabela 30. Nesta vertente, dos 90 alunos que constituem a amostra, apenas 34 alunos, que correspondem a 38%, colocaram adequadamente o pronome, entre os quais 18 masculinos e 16 femininos, enquanto 48 alunos, correspondentes a 53%, colocaram inadequadamente, entre os quais 25 masculinos e 23 femininos, onde 8 alunos, que correspondem a 9%, não responderam. Resultados mais que evidentes sobre o incumprimento das normas que regulam o uso destes pronomes.

A nossa focalização vai principalmente para a situação do ensino da língua, olhando para a formação de professores como o garante da transformação, criação de pilares sociais com qualificações, construindo, deste modo, uma sociedade que consiga ter noção clara da sua realidade linguística dentro de um padrão aceite.

Tabela 31 - Observação do teste sobre a colocação adequada do clítico “se” em verbos precedidos pela preposição “a”.

Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Coloque o pronome entre parenteses na posição adequada	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Coloque o pronome entre parenteses na posição adequada.	Idade	Género				Total	%
		M	%	F	%		
Não respondeu	15	2	2,2			2	2,2
	17	1	1,1			1	1,1
	18	1	1,1			1	1,1
	21	1	1,1			1	1,1
	22	2	2,2			2	2,2
	23	1	1,1			1	1,1
	25	1	1,1			1	1,1
Total		9	10,0			9	10%

Continuação da tabela 31

Adequada	Idade	15	5	5,6	3	3,3	8	8,9
		16	2	2,2	4	4,4	6	6,7
		17	6	6,7	6	6,7	12	13,3
		18	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		19	0	0,0	2	2,2	2	2,2
		20	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		21	4	4,4	1	1,1	5	5,6
		22	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
Total		21	23,3	18	20,0	39	43,3	
Inadequada	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	4	4,4	2	2,2	6	6,7
		16	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		17	1	1,1	2	2,2	3	3,3
		18	4	4,4	4	4,4	8	8,9
		19	6	6,7	2	2,2	8	8,9
		20	4	4,4	2	2,2	6	6,7
		22	0	0,0	2	2,2	2	2,2
		23	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		25	0	0,0	1	1,1	1	1,1
Total		22	24,4	20	22,2	42	46,7%	
Total		14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
	24	2	2,2	0	0,0	2	2,2	
	25	1	1,1	1	1,1	2	2,2	
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100	

Na tabela 31 estão patentes os dados referentes ao enunciado, Vejo os miúdos a esconderem da polícia (se). Neste caso, dos 90 alunos que constituem a amostra selecionada, 39 alunos, que correspondem a 43%, colocaram na posição adequada, dos quais 21 do género masculino e 18 do género feminino, enquanto 42 alunos, que correspondem a 46,7%, não colocaram na posição adequada, entre os quais 22 do género masculino e 20 do género feminino. Consequentemente, 9 alunos, correspondentes a 10%, não responderam à questão. Do ponto de vista da análise, estes dados satisfazem os objetivos da pesquisa, apesar de ter havido uma certa aproximação percentual dos dados. Contudo, o certo é que os resultados negativos estão acima dos positivos, ou seja, obtivemos uma margem superior que nos poderia ajudar na identificação da colocação desajustada do pronome “se” na posição proclítica, ao invés de ser colocado na posição enclítica do verbo esconder.

Tabela 32 - Observação do teste sobre a colocação adequada do clítico “se” em frases com atrator proclítico.

Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Coloque o pronome entre parênteses na posição adequada	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Coloque o pronome entre parênteses na posição adequada.		Gênero				Total		
		M	%	F	%		%	
Não respondeu	Idade	15	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		16	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		17	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		18	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		20	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		21	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		22	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		23	2	2,2	1	1,1	3	3,3
		24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		25	1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total		11	12,2	3	3,3	14	15,6	
Adequada	Idade	14	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		15	4	4,4	4	4,4	8	8,9
		16	0	0,0	3	3,3	3	3,3
		17	2	2,2	6	6,7	8	8,9
		18	1	1,1	3	3,3	4	4,4
		19	3	3,3	2	2,2	5	5,6
		20	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		21	3	3,3	1	1,1	4	4,4
		22	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		23	1	1,1	2	2,2	3	3,3
24	1	1,1	0	0,0	1	1,1		
25	0	0,0	1	1,1	1	1,1		
Total		17	18,9	23	25,6	40	44,4	
Inadequada	Idade	14	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		15	6	6,7	1	1,1	7	7,8
		16	2	2,2	1	1,1	3	3,3
		17	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		18	4	4,4	2	2,2	6	6,7
		19	3	3,3	2	2,2	5	5,6
		20	3	3,3	1	1,1	4	4,4
		21	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		22	0	0,0	2	2,2	2	2,2
Total		24	26,7	12	13,3	36	40	
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2		
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100	

OS dados referentes ao enunciado, *Por mais__que__fala__a verdade__o aluno será reprovado (se)*. São apresentados na tabela 32. Dos 90 alunos que responderam ao inquérito, 40 alunos, que correspondem a 44%, colocaram na posição adequada, dos quais 17 do género masculino e 23 do género feminino, enquanto 36 alunos, que correspondem a 40%, não colocaram na posição adequada, entre os quais 24 do género masculino e 12 do género feminino. Consequentemente, 14 alunos, correspondentes a 16%, não responderam à questão, dos quais 11 masculinos e 3 femininos. Do ponto de vista da análise, registou-se uma diferença mínima de 4%, entre os alunos que colocaram o pronome na posição adequada dos que não colocaram, um dado importante para identificar o uso do pronome “se” na posição enclítica.

Tabela 33 - Observação do teste sobre a colocação adequada do clítico “me” em frase com atractor proclítico.

Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Coloque o pronome entre parênteses na posição adequada	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Coloque o pronome entre parênteses na posição adequada.			Género				Total	
			M	%	F	%		%
Não respondeu	Idade	15	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		17	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		18	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		21	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		22	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		23	1	1,1	2	2,2	3	3,3
		25	1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total			9	10,0	3	3,3	12	13,3
Adequada	Idade	14	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		15	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		16	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		17	3	3,3	2	2,2	5	5,6
		18	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		19	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		20	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		21	2	2,2	1	1,1	3	3,3
		22	0	0,0	1	1,1	1	1,1
Total			14	15,6	8	8,9	22	24,4
Inadequada	Idade	14	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		15	5	5,6	3	3,3	8	8,9
		16	2	2,2	4	4,4	6	6,7
		17	4	4,4	6	6,7	10	11,1
		18	4	4,4	4	4,4	8	8,9
		19	5	5,6	3	3,3	8	8,9
		20	4	4,4	2	2,2	6	6,7
		21	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		22	0	0,0	2	2,2	2	2,2
		23	2	2,2	1	0,0	3	3,3
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		25	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		Total			29	32,2	25	27,8

Continua

Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
			15	11	12,2	5	5,6	16
	16	2	2,2	5	5,6	7	7,8	
	17	8	8,9	8	8,9	16	17,8	
	18	6	6,7	5	5,6	11	12,2	
	19	6	6,7	4	4,4	10	11,1	
	20	5	5,6	2	2,2	7	7,8	
	21	5	5,6	1	1,1	6	6,7	
	22	2	2,2	3	3,3	5	5,6	
	23	3	3,3	3	3,3	6	6,7	
	24	2	2,2	0	0,0	2	2,2	
	25	1	1,1	1	1,1	2	2,2	
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100	

Na tabela 33 são apresentados os resultados referentes ao enunciado, *Prefiro__que__desdenhem__,que__torturem__a que__deixem só. (me)*. Dos 90 alunos que responderam ao inquérito, 22 alunos, que correspondem a 24,4%, colocaram na posição adequada, dos quais 14 do género masculino e 8 do género feminino, enquanto 56 alunos, que correspondem a 62,2%, não colocaram na posição adequada, entre os quais 29 do género masculino e 27 do género feminino. Consequentemente, 12 alunos, correspondentes a 13,3%, não responderam à questão, dos quais 9 masculinos e 3 femininos. De acordo com os dados expostos, constata-se a diferença em termos percentuais entre os alunos que não acertaram a questão dos que acertaram. Esta situação é semelhante às já reportadas nas tabelas anteriores, em que o emprego da próclise se justifica pelo facto de haver na frase um atrator proclítico, como referimos reiteradas vezes. Não será descabido admitir que se carrega traços de uma língua que não corresponde ao padrão do português europeu, pois, os alunos demonstram isto mesmo, na forma como colocaram os pronomes. As trocas constantes de um elemento por outro fazem com que tenhamos também uma certa dificuldade em emitir uma apreciação precisa, pelo facto de os alunos, em algumas ocasiões, chegar a usar os pronomes retos que não são solicitados na questão, despertando ainda mais a dúvida de se conhecem ou não os pronomes oblíquos na sua generalidade. Todavia, as informações recolhidas satisfazem prioritariamente a vontade de poder auxiliar na confirmação da hipótese levantada.

Tabela 34 - Observação do teste sobre a colocação adequada dos pronomes tônicos “mim e ti”.
Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Coloque o pronome entre parênteses na posição adequada	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Coloque o pronome entre parênteses na posição adequada.		Gênero				Total		
		M	%	F	%		%	
	15	1	1,1	1	1,1	2	2,2	
	16	0	0,0	1	1,1	1	1,1	
	17	1	1,1	0	0,0	1	1,1	
	18	2	2,2	0	0,0	2	2,2	
	20	1	1,1	1	1,1	2	2,2	
	21	4	4,4	1	1,1	5	5,6	
	22	2	2,2	0	0,0	1	2,2	
	23	1	1,1	0	0,0	1	1,1	
	24	1	1,1	0	0,0	1	1,1	
	25	1	1,1	0	0,0	1	1,1	
	Total		14	15,6	4	4,4	18	20,0
Adequada	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	2	2,2	1	1,1	3	3,3
		16	0	0,0	3	3,3	3	3,3
		17	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		18	1	1,1	2	2,2	3	3,3
		19	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		21	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		22	0	0,0	2	2,2	2	2,2
		23	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total		10	11,1	11	12,2	21	23,3	
Inadequada	Idade	15	8	8,9	3	3,3	11	12,2
		16	2	2,2	1	1,1	3	3,3
		17	6	6,7	7	7,8	13	14,4
		18	3	3,3	3	3,3	6	6,7
		19	4	4,4	4	4,4	8	8,9
		20	4	4,4	1	1,1	5	5,6
		22	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		23	1	1,1	2	2,2	3	3,3
		25	0	0,0	1	1,1	1	1,1
Total		28	31,1	23	25,6	51	56,7	
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2		
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100	

Na sequência das questões relacionadas com o uso de pronomes pessoais do tipo tônico, colocou-se um enunciado aos restantes, Tudo estava bem entre e (mim e ti), cujos dados são apresentados na tabela 34. Observamos que, dos 90

alunos que constituem a amostra, 21 alunos, que correspondem a 23%, colocaram na posição adequada, dos quais 10 masculinos e 11 femininos, enquanto 51 alunos, que correspondem a 57%, dos que não colocaram adequadamente, entre os quais 28 do género masculino e 23 do género feminino, apesar de ter havido 18 alunos, que correspondem a 20%, dos quais 14 masculinos e 4 femininos, que não responderam à questão. Assim sendo, verifica-se que predomina o uso inadequado, dando elementos de força para o problema ora levantado.

Tabela 35 - Observação do teste sobre a pronominalização da frase “ Achei as chaves ao passar pela rua”.

Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos		Género				Total		
		M	%	F	%		%	
Não preencheu	Idade	15	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		17	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		20	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		21	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		22	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		23	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total		7	7,8	2	2,2	9	10,0	
Adequado	Idade	14	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		15	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		16	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		17	1	1,1	3	3,3	4	4,4
		18	2	2,2	2	2,2	4	4,4
		19	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		21	1	1,1	1	1,1	2	2,2
	23	1	1,1	0	0,0	1	1,1	
Total		10	11,1	11	12,2	21	23,3	
Inadequado	Idade	14	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		15	8	8,9	2	2,2	10	11,1
		16	1	1,1	4	4,4	5	5,6
		17	7	7,8	4	4,4	11	12,2
		18	4	4,4	3	3,3	7	7,8
		19	5	5,6	3	3,3	8	8,9
		20	4	4,4	2	2,2	6	6,7
		21	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		22	0	0,0	3	3,3	3	3,3
		23	2	2,2	2	2,2	4	4,4
		24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
	25	1	1,1	1	1,1	2	2,2	
Total		35	38,9	25	27,8	60	66,7	

Continuação da tabela 35

Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
16	2	2,2	5	5,6	7	7,8		
17	8	8,9	8	8,9	16	17,8		
18	6	6,7	5	5,6	11	12,2		
19	6	6,7	4	4,4	10	11,1		
20	5	5,6	2	2,2	7	7,8		
21	5	5,6	1	1,1	6	6,7		
22	2	2,2	3	3,3	5	5,6		
23	3	3,3	3	3,3	6	6,7		
24	2	2,2	0	0,0	2	2,2		
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2		
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100	

É regular verificar nos testes de avaliação em português a presença de questões relacionadas com a pronominalização, sendo, por conseguinte, o exercício mais funcional para a determinação do uso dos pronomes nas suas mais variadas categorias. Para a recolha de dados, propusemos um desafio aos alunos, no sentido de responderem à seguinte questão, *Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos: o, a, os, as, me, te, lhe, nos, vos, lhes, se.*

Na sequência a) *Achei as chaves ao passar pela rua. Achei ____ ao passar pela rua,* verificou-se que, dos 90 alunos participantes da amostra, 21 que correspondem a 23,3%, preencheram adequadamente, em que 10 são masculinos e 11 femininos, enquanto 60 alunos, que equivale 66,7%, não preencheram adequadamente, dos quais 35 masculinos e 25 femininos. Estes dados são apresentados na tabela 35, na qual também podemos verificar que 9 alunos, correspondentes a 10%, não responderam à questão, distribuídos entre 7 masculinos e 2 femininos. Tendo em conta o caso em estudo, verificamos igualmente que o domínio dos pressupostos normativos estão aquém, porque os alunos revelam não dominar a resolução de exercícios à base da pronominalização, isto porque, é uma matéria programada, mas que muitas vezes, por não cumprimento dos programas, não chegam a lecionar.

Tal como podemos observar na diferença entre os resultados negativos e positivos, não se necessita de esforço para poder compreender o facto de a existência de uma série de dificuldades na resolução de exercícios com as formas pronominais. Este facto poderá ser também motivado pela ausência de pronomes acusativos o(s) a(s) no kimbundu, fazendo com que haja uma certa generalização do uso do clítico “lhe” para dar cobro a estas situações em que exige o uso²³¹.

²³¹ Figueiredo e Oliveira, 2013, p. 108 apud Fong Lai I, *Português Europeu e Português de Angola: Uma Análise Morfosintática Contrastiva do Clítico “lhe” em “Kalú, as Garinas e o Esquema”* de Boaventura Cardoso, Macau: Universidade de Macau, 2016, p. 33.

Tabela 36 - Observação do teste sobre a pronominalização da frase “Encontrei as meninas ao passar pela rua”.

Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos.		Idade	Gênero				Total	%
			M	%	F	%		
Não preencheu	Idade	20	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		21	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		22	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		23	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		25	1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total			4	4,4	2	2,2	6	6,7
Adequado	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	3	3,3	1	1,1	4	4,4
		16	1	1,1	2	2,2	3	3,3
		17	3	3,3	5	5,6	8	8,9
		18	2	2,2	4	4,4	6	6,7
		19	2	2,2	1	1,1	3	3,3
		20	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		21	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		22	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		23	2	2,2	0	0,0	2	2,2
Total			15	16,7	17	18,9	32	35,6
Inadequado	Idade	15	8	8,9	4	4,4	12	13,3
		16	1	1,1	3	3,3	4	4,4
		17	5	5,6	3	3,3	8	8,9
		18	4	4,4	1	1,1	5	5,6
		19	4	4,4	3	3,3	7	7,8
		20	4	4,4	1	1,1	5	5,6
		21	3	3,3	0	0,0	3	3,3
		22	2	2,2	1	1,1	3	3,3
		23	1	1,1	2	2,2	3	3,3
		24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
25	0	0,0	1	1,1	1	1,1		
Total			33	36,7	19	21,1	52	57,8
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2		
Total Geral			52	57,8	38	42,2	90	100

Dentro da mesma proposta de tarefa, seguia-se a sequência *b) Encontrei as meninas ao passar pela estrada. Encontrei ____ ao passar pela estrada*, cujos resultados estão patentes na tabela 36. Verificou-se que, dos 90 alunos participantes da amostra, 32 que correspondem

a 36%, preencheram adequadamente, em que 15 são masculinos e 17 femininos, enquanto 52 alunos, que equivale 58%, não preencheram adequadamente, dos quais 33 masculinos e 19 femininos. Entretanto, houve também 6 alunos, correspondentes a 7%, que não responderam à questão, distribuídos entre 4 masculinos e 2 femininos. Em termos de análise, não difere da tabela anterior, porque os resultados negativos estão em maior escala, reforçando os dados anteriores.

Tabela 37 - Observação do teste sobre a pronominalização da frase “Vi os meninos preocupados”.
Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos.		Idade	Gênero				Total	
			M	%	F	%		%
Não preencheu	Idade	17	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		21	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		22	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		23	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total			4	4,4	1	1,1	5	5,6
Adequado	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	3	3,3	2	2,2	5	5,6
		16	1	1,1	3	3,3	4	4,4
		17	4	4,4	5	5,6	9	10,0
		18	3	3,3	3	3,3	6	6,7
		19	1	1,1	4	4,4	5	5,6
		20	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		21	2	2,2	1	1,1	3	3,3
		23	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		25	1	1,1	1	1,1	2	2,2
Total			18	20,0	21	23,3	39	43,3
Inadequado	Idade	15	8	8,9	3	3,3	11	12,2
		16	1	1,1	2	2,2	3	3,3
		17	3	3,3	3	3,3	6	6,7
		18	3	3,3	2	2,2	5	5,6
		19	5	5,6	0	0,0	5	5,6
		20	4	4,4	1	1,1	5	5,6
		21	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		22	2	2,2	2	2,2	4	4,4
		23	1	1,1	3	3,3	4	4,4
24	1	1,1	0	0,0	1	1,1		
Total			30	33,3	16	17,8	46	51,1
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2		
Total Geral			52	57,8	38	42,2	90	100

Também inserida na questão, *Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos: o, a, os, as, me, te, lhe, nos, vos, lhes, se*, para que os alunos, como dissemos, surgia na sequência, c) *Vi os meninos preocupados. Vi _____ preocupados*. Assim, verificou-se que, dos 90 alunos participantes da amostra, 39, que correspondem a 30%, preencheram adequadamente, em que 18 são masculinos e 21 femininos, enquanto 46 alunos, que equivale 64%, não preencheram adequadamente, dos quais 30 masculinos e 16 femininos. Entretanto, registou-se também que 5 alunos, correspondentes a 6%, não responderam à questão, distribuídos entre 4 masculinos e 1 feminino. Estes resultados estão patentes na tabela 37 e, em termos de análise, os dados negativos apresentam-se em alta, reforçando, conseqüentemente, os relatos apresentados que se referem às dificuldades que os alunos têm, sobretudo quando se trata de abordar matérias ligadas à pronominalização naquele nível de ensino. Neste contexto, podemos também dizer que os resultados não diferem muito dos obtidos nas sequências anteriores, pelo simples facto de se tratar de um problema que tem o mesmo enquadramento de resposta.

Tabela 38 - Observação do teste sobre a pronominalização da frase “Não disseram a verdade”.
Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos.		Idade	Gênero				Total	%
			M	%	F	%		
Não preencheu	Idade	15	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		17	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		21	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		22	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total			4	4,4	1	1,1	5	5,6
Adequado	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		16	0	0,0	3	3,3	3	3,3
		17	2	2,2	4	4,4	6	6,7
		18	3	3,3	1	1,1	4	4,4
		19	0	0,0	3	3,3	3	3,3
		20	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		21	2	2,2	1	1,1	3	3,3
		22	1	1,1	1	1,1	2	2,2
23	0	0,0	1	1,1	1	1,1		
Total			12	13,2	15	16,7	27	30,0
Inadequado	Idade	15	8	8,9	5	5,6	13	14,4
		16	2	2,2	2	2,2	4	4,4
		17	5	5,6	4	4,4	9	10,0
		18	3	3,3	4	4,4	7	7,8
		19	6	6,7	1	1,1	7	7,8
		20	4	4,4	2	2,2	6	6,7
		21	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		22	1	1,1	1	1,1	2	2,2
23	3	3,3	2	2,2	5	5,6		

Continua

	24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
	25	1	1,1	1	1,1	2	2,2
Total		36	40,0	22	24,4	58	64,4
	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
	15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
	16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
	17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
	18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
	19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
	20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
	21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
	22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
	23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
	24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
	25	1	1,1	1	1,1	2	2,2
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100

De acordo com a questão, *Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos: o, a, os, as, me, te, lhe, nos, vos, lhes, se*, apresentam-se na tabela 38 os resultados apurados para a sequência d) *Não disseram a verdade. Não ___ disseram a verdade*. Neste caso particular, verificou-se que, dos 90 alunos participantes da amostra, 27, que correspondem a 30%, preencheram adequadamente, em que 12 são masculinos e 15 femininos, enquanto 58 alunos, que equivale 64%, não preencheram adequadamente, dos quais 36 masculinos e 22 femininos. Entretanto, houve também 5 alunos, correspondentes a 6%, que não responderam à questão, distribuídos entre 4 masculinos e 1 feminino. Números quase similares aos registados na tabela 37, portanto, em termos de análise os dados negativos sempre se apresentam em números elevados, porque nem sempre os alunos têm conseguido resolver situações concretas em que se solicita o pronome clítico “*lhe*”, apesar de, em termos gerais, ser o elemento mais usual no português falado em Angola. Uma posição real que motiva o uso deste como complemento direto ou indireto fundamenta-se pela ausência das formas acusativas “*o(s)* e *a(s)*”²³², no português de Angola. Assim, estes resultados refletem o desconhecimento das normas e as funções que cada um dos elementos exercem na frase.

²³² Fong Lai I, *Português Europeu e Português de Angola: uma Análise Morfossintática Contrastiva do Clítico “*lhe*” em “*Kalú, as Garinas e o Esquema*” de Boaventura Cardoso*, Macau: Universidade de Macau, 2016, p. 40.

Tabela 39 - Observação do teste sobre a pronominalização da frase “Vi o rapaz que saiu cedo”.
Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos.		Idade	Gênero				Total	
			M	%	F	%		%
Não preencheu	Idade	16	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		17	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		18	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		21	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		22	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		23	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total			7	7,8	2	2,2	9	10
Adequado	Idade	15	4	4,4	1	1,1	5	5,6
		16	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		17	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		18	3	3,3	1	1,1	4	4,4
		19	0	0,0	2	2,2	2	2,2
		20	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		21	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		22	0	0,0	2	2,2	2	2,2
23	1	1,1	1	1,1	2	2,2		
Total			13	14,4	12	13,3	25	27,8
Inadequado	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	7	7,8	4	4,4	11	12,2
		16	1	1,1	3	3,3	4	4,4
		17	5	5,6	5	5,6	10	11,1
		18	2	2,2	4	4,4	6	6,7
		19	6	6,7	2	2,2	8	8,9
		20	3	3,3	2	2,2	5	5,6
		21	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		22	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		23	1	1,1	2	2,2	3	3,3
		24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2		
Total			32	35,6	24	26,7	56	62
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
24	2	2,2	0	0,0	2	2,2		
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2		
Total Geral			52	57,8	38	42,2	90	100

Na tabela 39, podemos observar os dados aferidos na sequência e) *Vi o rapaz que saiu cedo*. Vi _____. Neste caso particular, verificou-se que, dos 90 alunos participantes da amostra, 25, que correspondem a 28%, preencheram adequadamente, em que 12 são masculinos e 13 femininos, enquanto 56 alunos, que equivale 62%, não preencheram

adequadamente, dos quais 32 masculinos e 24 femininos. Entretanto, houve também 9 alunos, correspondentes a 10%, não responderam à questão, distribuídos entre 7 masculinos e 2 femininos. Em termos de análise, podemos dizer que os dados negativos representam as deficiências no uso dos pronomes complemento direto “o(s) e a(s)”, como afirma Lai I, motivados principalmente pela influência do kimbundu que os remete diretamente ao uso do pronome clítico “lhe” no sentido de exercer as funções dos complementos referidos. Assim, Figueiredo e Oliveira confirmam o facto de haver “uma situação de mudança consumada resultante de transferência estrutural que ancora no sistema de colocação pronominal do kimbundu²³³”, isto é, pela língua não registar na sua estrutura frásica a existência destes pronomes. Naturalmente, em algumas circunstâncias, a tradução literal de kimbundu para português tem criado conflito na compreensão dos elementos pronominais. Contudo, o que não se compreende é o facto de os alunos perante a questão em que se requeria o uso do pronome clítico “lhe” não serem capazes de a resolver, o que apoiado a existência de um grau percentual elevado de dificuldades que resultarão concretamente do desconhecimento das normas e das funções que cada um dos elementos exerce na frase.

Tabela 40 - Observação do teste sobre a pronominalização da frase “Certificamos do facto”.
Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos.		Género				Total		
		M	%	F	%		%	
Não preencheu	Idade	16	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		17	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		18	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		20	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		21	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		22	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		23	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		25	1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total			9	10,0	3	3,3	12	13,3
Adequado	Idade	16	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		19	1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total			1	1,1	1		2	2,2
Inadequado	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	1	1,1	3	3,3	4	4,4
		17	7	7,8	8	8,9	15	16,7
		18	5	5,6	5	5,6	10	11,1
		19	5	5,6	4	4,4	9	10,0
		20	5	5,6	1	1,1	6	6,7
	21	3	3,3	1	1,1	4	4,4	

Continua

²³³ Figueiredo e Oliveira, 2013, p. 108 *apud* Fong Lai I, *op. cit.*, p. 33.

	22	1	1,1	3	3,3	4	4,4	
	23	2	2,2	3	3,3	5	5,6	
	24	1	1,1	0	0,0	1	1,1	
	25	0	0,0	1	1,1	1	1,1	
Total		42	46,7	34	38,9	76	85,6	
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2		
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100	

Na tabela 40 apresentam-se os dados respeitantes à primeira alínea na sequência f¹) *Certificamos do fato. Certificamo__do fato*. Para a sua resolução adequada, os alunos viam-se na obrigação de conhecer o que a norma dita para o processo da pronominalização, utilizando o pronome clítico “o” na forma mais canónica do pronome do latim “lo”, mas na ausência destes pressupostos, fez com que, dos 90 alunos participantes do inquérito, apenas 2 alunos, que correspondem a 2,2%, preencheram adequadamente, em que 1 é masculino e 1 feminino, enquanto 76 alunos, que equivale 85,6%, não preencheram adequadamente, dos quais 42 masculinos e 34 femininos. Nesta alínea 12 alunos, correspondentes a 13,3%, não responderam à questão, distribuídos entre 9 masculinos e 3 femininos. A análise dos factos recai diretamente nos dados percentuais que a tabela nos mostra, pois, os detalhes que identifiquem esta questão da não observância das normas que regulam o funcionamento dos pronomes em verbos finitos ou infinitos, podem ser observados no (Capítulo I), onde se abordou de forma detalhada o que ocorre para o uso das formas “lo(s), la(s)”. Estes dados da tabela demonstram que os alunos registam um nível acentuado de dificuldade, apesar de a pronominalização na língua portuguesa ser encarada como um processo bastante complexo, como afirmam Martins e Carrilho “a complexidade do sistema de colocação dos pronomes clíticos está também na base da aquisição tardia destes aspetos da sintaxe pelas crianças portuguesa²³⁴”, um caso mais complexo para os falantes não nativos da língua. Como referimos, o kimbundu não apresenta esta característica pronominal e os falantes da língua encontram um certo constrangimento no uso destas formas, que de certa maneira, se julga desafiante para quem não encontra na escola ferramentas necessárias que o ajudem a evitar tais dificuldades. Estas dificuldades são originadas pela falta de conhecimento das regras e dos pronomes e motivadas, principalmente, pelas insuficiências do sistema de ensino que limita os alunos num ensino sem recursos que facilitem a auto aprendizagem.

²³⁴ Ana Maria Martins e Ernestina Carrilho, *op. cit.*, p. 401.

Neste contexto, podemos afirmar que o kimbundu tem uma estrutura fixa dos seus elementos e a oscilação dos pronomes pode traduzir-se num caos para os alunos que têm o português como língua não materna. O desconhecimento em si do uso dos pronomes fez com que muitos alunos recorressem aos clíticos “te, lhe, se, vos, nos” para responder à questão, ferindo, deste modo, a obediência às regras.

Tabela 41 - Observação do teste sobre a pronominalização da frase “Certificamos do facto”.
Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos.		Género				Total		
		M	%	F	%		%	
Não preencheu	Idade	17	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		21	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		22	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		23	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		25	1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total		7	7,8	1	1,1	8	8,9	
Adequado	Idade	14	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		15	2	2,2	2	2,2	4	4,4
		16	1	1,1	2	2,2	3	3,3
		17	1	1,1	4	4,4	5	5,6
		18	3	3,3	1	1,1	4	4,4
		19	0	0,0	3	3,3	3	3,3
		20	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		21	1	1,1	1	1,1	2	2,2
Total		10	11,1	13	14,4	23	25,6	
Inadequado	Idade	14	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		15	9	10,0	3	3,3	12	13,3
		16	1	1,1	3	3,3	4	4,4
		17	4	4,4	4	4,4	8	8,9
		18	3	3,3	4	4,4	7	7,8
		19	6	6,7	1	1,1	7	7,8
		20	4	4,4	2	2,2	6	6,7
		21	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		22	2	2,2	2	2,2	4	4,4
		23	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		25	0	0,0	1	1,1	1	1,1
Total		34	37,8	24	26,7	58	64,4	
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
	25	1	1,1	1	1,1	2	2,2	
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100	

Dando prosseguimento à análise da proposta do questionário, *Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos: o, a, os, as, me, te, lhe, nos, vos, lhes, se*, os dados da sequência f²) *Certificamos do fato. Certificamos___do fato* são apresentados na tabela 41. Tendo em conta os resultados recolhidos, podemos ver que, dos 90 alunos que participaram do inquérito, 23, que correspondem a 25,6%, responderam adequadamente, em que 10 são masculinos e 13 femininos, enquanto 58 alunos, que equivale 64,4%, não responderam adequadamente, dos quais 34 masculinos e 24 femininos. Entretanto, houve também ausência de resposta por 8 alunos, correspondentes a 8,9%, que não responderam à questão, distribuídos entre 7 masculinos e 1 feminino. O ponto de vista analítico da questão é bastante similar às demais, pois, notabiliza-se por um quadro negativo influenciado, principalmente, por vasta gama de situações inerentes ao desconhecimento quer das normas quer da categoria em que os pronomes estão inseridos. Todavia, regista-se uma frequência na utilização dos pronomes “me, te, se, ele, nos e vos” que nos fornece a sensação de que os alunos, por desconhecimento, foram escolhendo de forma aleatória. Um dado que não justifica por si só a influência do kimbundu, mas também das condições de ensino da província.

Tabela 42 - Observação do teste sobre a pronominalização da frase “Avisai o facto ao chefe”.

Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos.		Idade	Género				Total	
			M	%	F	%		%
Não preencheu	Idade	17	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		18	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		21	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		22	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		25	1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total			7	7,8	1	1,1	8	8,9
Adequado	Idade	14	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		15	6	6,7	2	2,2	8	8,9
		16	1	1,1	3	3,3	4	4,4
		17	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		18	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		19	3	3,3	2	2,2	5	5,6
		20	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		21	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		22	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		23	1	1,1	1	1,1	2	2,2
Total			21	23,3	16	17,8	37	41,1
Inadequado	Idade	14	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		15	5	5,6	3	3,3	8	8,9
		16	1	1,1	2	2,2	3	3,3
		17	1	1,1	3	3,3	4	4,4

Continua

	18	4	4,4	4	4,4	8	8,9	
	19	3	3,3	2	2,2	5	5,6	
	20	4	4,4	2	2,2	6	6,7	
	21	2	2,2	1	1,1	3	3,3	
	22	0	0,0	1	1,1	1	1,1	
	23	2	2,2	2	2,2	4	4,4	
	24	1	1,1	0	0,0	1	1,1	
	25	0	0,0	1	1,1	1	1,1	
Total		24	26,7	21	23,3	45	50	
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2		
Total Geral		52	57,8	38	42,2	90	100	

A tabela 42 refere-se igualmente à proposta, *Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos: o, a, os, as, me, te, lhe, nos, vos, lhes, se*, mais concretamente, à sequência g) *Avisei o fato ao chefe. Avisei _____ o fato*. De acordo com as respostas recolhidas junto dos inquiridos, dos 90 alunos constituintes da amostra, 37, que correspondem a 41%, responderam adequadamente, em que 21 são masculinos e 16 femininos, enquanto 45 alunos, que equivale 50%, não responderam adequadamente, dos quais 24 masculinos e 21 femininos. Entretanto, houve também um total de 8 alunos, correspondentes a 9%, que não respondeu à questão, distribuídos entre 7 masculinos e 1 feminino. Tal como ocorreu nas questões anteriores, notou-se uma oscilação entre as respostas corretas que tende sempre a aproximar-se das respostas incorretas, de maneira a buscar um equilíbrio das respostas, apesar de ter havido tabelas em que o grau de discrepância se tenha suplantado em todos os níveis. Neste contexto, já podemos emitir um juízo de que os alunos não foram capazes de resolver exercícios em que se exige um certo domínio da pronominalização, isto porque, na realidade, todas as questões colocadas registaram, na prática, uma diferença de valores, apesar de não ser muito elevado.

A insuficiência de conhecimento da língua que os alunos do Complexo Escolar detêm pode ser, sem sombra de dúvidas, um dos problemas que faz com que eles não consigam resolver este tipo de quesitos.

Tabela 43 - Observação do teste sobre a pronominalização da frase “Advertiram os senhores das conseqüências”.

Sumário de processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausência		Total	
	N	%	N	%	N	%
Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos	90	100,0%	0	0,0%	90	100,0%

Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos.		Idade	Gênero				Total	%
			M	%	F	%		
Não preencheu	Idade	15	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		17	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		18	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		21	2	2,2	0	0,0	2	2,2
		22	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		25	1	1,1	0	0,0	1	1,1
Total			8	8,9	0	0,0	8	8,9
Adequado	Idade	15	0	0,0	1	1,1	1	1,1
		17	2	2,2	1	1,1	3	3,3
Total			2	2,2	2	2,2	4	4,4
Inadequado	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	10	11,1	4	4,4	14	15,6
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	5	5,6	7	7,8	12	13,3
		18	5	5,6	5	5,6	10	11,1
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	3	3,3	1	1,1	4	4,4
		22	1	1,1	3	3,3	4	4,4
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
		24	1	1,1	0	0,0	1	1,1
		25	0	0,0	1	1,1	1	1,1
Total			42	46,7	36	40,0	78	86,7
Total	Idade	14	1	1,1	1	1,1	2	2,2
		15	11	12,2	5	5,6	16	17,8
		16	2	2,2	5	5,6	7	7,8
		17	8	8,9	8	8,9	16	17,8
		18	6	6,7	5	5,6	11	12,2
		19	6	6,7	4	4,4	10	11,1
		20	5	5,6	2	2,2	7	7,8
		21	5	5,6	1	1,1	6	6,7
		22	2	2,2	3	3,3	5	5,6
		23	3	3,3	3	3,3	6	6,7
		24	2	2,2	0	0,0	2	2,2
25	1	1,1	1	1,1	2	2,2		
Total Geral			52	57,8	38	42,2	90	100

Para finalizar com a questão, *Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos: o, a, os, as, me, te, lhe, nos, vos, lhes, se*, apresenta-se na tabela 43 os dados respeitantes à sequência h) *Advertiram os senhores das conseqüências. Advertiram_____das conseqüências*. Observamos que, dos 90 alunos que representam a amostra, 4 alunos, que equivalem a 4,4%, responderam adequadamente, são 2 masculinos e 2 femininos, enquanto 78 alunos, que correspondem a 86,7%, não responderam adequadamente, são 42 do gênero masculino e 36 do gênero feminino. Em contrapartida

deste número, houve 8 alunos, correspondentes a 8,9%, que não responderam à questão. Com base nisso, concluímos que, seguindo a norma, muitos alunos desconhecem que quando estamos diante deste caso, em que há registo de verbos terminados em ditongo nasal de forma genérica (-am, -em, -ão e -õe), acrescenta-se "-n" antes da forma do pronome (-no, -na, -nos, -nas). A análise desta situação não se vai distinguir dos outros casos que a antecederam, porque se nota em todas as questões situações do âmbito normativo. A resposta facilitou-nos observar que os alunos utilizaram frequentemente outros pronomes que não se encaixavam com o elemento solicitado. Assim, ficou também clarificado que o maior nível de dificuldade dos alunos se relaciona com as situações atinentes ao desconhecimento dos pronomes “o, a, os, as”, determinados pela terminação do verbo para dar origem as formas “lo, la, los, las” e para os ditongos nasais como foi referido, para as formas “no, na, nos, nas”, respetivamente.

Assim, podemos ressaltar que os casos de desvio na colocação dos pronomes são frequentes em contextos frásicos, isto é, por desobediência aos princípios que norteiam o seu uso, tendo em atenção as inúmeras situações de âmbito estrutural.

De acordo com a situação que julgamos alarmante, corroboramos Eliseu quando afirma que “o padrão de colocação dos clíticos em Português Europeu é bastante complexo, já que os clíticos podem ocorrer em várias posições, em consequência das propriedades das estruturas em que estão inseridas²³⁵”. Apesar de haver outros elementos que poderiam ser incluídos para o reforço desta reflexão, segundo o autor “outro aspeto da colocação dos clíticos é o fenómeno chamado Subida do Clítico. Numa frase simples, o clítico aparece na ênclise ao verbo nos tempos simples e em ênclise ao auxiliar dos compostos²³⁶”. No entanto, Eliseu reforça ainda que “em construções complexas, em que ocorre mais do que um verbo e/ou mais do que um auxiliar, o clítico pode abandonar a sua posição junto do verbo de que depende semanticamente, para se juntar a um verbo que ocupa uma posição estrutural superior (ou seja o clítico sobe para um hospedeiro mais alto)²³⁷”, considerando também “o clítico dativo “lhe” é semanticamente dependente do verbo dizer em todas as frases, mas surge associado a outros verbos, por exemplos, Devo dizer-lhe e Quero dizer-lhe²³⁸”, estes aspetos, tal como é comprovado pela sequência das respostas do questionário, não são conhecidos nem dominados aprofundadamente pelos alunos da 9ª Classe.

²³⁵ André Eliseu, *op. cit.*, p. 128.

²³⁶ *Idem.*

²³⁷ *Idem*, p. 130.

²³⁸ *Idem.*

Conclusão

A análise efetuada aos resultados obtidos por meio das respostas recolhidas no questionário aplicado permitiu que fosse possível constatar, de forma detalhada, os problemas linguísticos que os alunos têm no uso de pronomes retos e oblíquos na oralidade e na escrita. Assim, partindo do tema *O uso dos pronomes pessoais retos e oblíquos: um estudo de caso com alunos da 9ª Classe do Complexo Escolar Samora Moisés Machel, em N'dalatando, Província do Cuanza Norte* pretendia através da hipótese *quanto maior for a influência do kimbundu e o desconhecimento das regras impostas pelo português padrão no uso dos pronomes pessoais retos e oblíquos, maior será a probabilidade do seu uso incorreto* dar uma resposta antecipada com o propósito de comprovar ou infirmar a questão levantada.

De acordo com estes resultados, pode-se concluir que a hipótese foi confirmada, na medida em que, por via do questionário aplicado aos alunos da 9ª Classe, foram identificados os desvios existentes no uso dos pronomes retos e oblíquos. Denotou-se que as deficiências dos alunos do referido Complexo Escolar residem na influência da língua materna, na falta de domínio das regras do português padrão motivadas, principalmente, pelas insuficiências que o sistema de educação apresenta, pela inexistência de materiais de suporte didático e o desconhecimento dos elementos constituintes da frase, justificadas, igualmente, pelo facto de os alunos não puderem identificar os pronomes pessoais e estabelecerem a diferença entre os retos e os oblíquos.

A colocação dos pronomes no português europeu apresenta um sistema complexo que, em certa medida, cria constrangimento aos alunos que têm o português não concretamente como uma língua segunda, mas por terem uma proveniência de famílias de baixo nível de escolaridade que usam um português mesclado com kimbundu. Este facto também foi justificado pelo conflito que os alunos demonstraram na inversão da próclise pela ênclise e na ênclise pela próclise, e vice-versa, colocadas nas mais variadas frases e que são retratadas na descrição dos resultados das tabelas 25 a 33, isto é, em situações aludidas com bastante frequência. Notou-se, igualmente, o uso de pronomes retos de primeira e de segunda pessoas antecidos pela proposição “entre”.

Por conseguinte, um outro fator indicado baseou-se na falta de professores formados na área de Língua Portuguesa capazes de realizar estudos prévios que facilitassem a determinação da língua materna de cada aluno e tantas outras situações que afetam os alunos do Complexo Escolar. Em conformidade com esta situação e dado o índice de dificuldades que os alunos apresentam, partilhamos a opinião de Cunha e Cintra²³⁹ de que a variedade que se apresenta como padrão seja igualmente a mais prestigiada, isto é, a que impera entre as demais e a que mantenha a unidade linguística entre as três variedades.

²³⁹ Cunha e Cintra, *op. cit.*, pp. 4-5.

Assim, consciente das implicações negativas que a falta de acompanhamento que esta situação pode acarretar, toda a análise empreendida tem como objetivo persuadir os responsáveis educativos na tomada de decisões que possam responder às exigências que, nestas circunstâncias, impõem o processo de ensino e de aprendizagem de uma língua, para evitar que os alunos desconheçam as regras do português padrão, criando bases seguras para o fortalecimento das instituições da região, dotando, deste modo, um corpo docente especializado, capaz de buscar os meios necessários para colmatar as dificuldades linguísticas que os alunos da 9ª Classe carregam das suas comunidades.

Genericamente, apesar de se ter retratado os vários fatores que estão na base destas incorreções, acreditamos que, com vontade política, o problema pode ser ultrapassado, restituindo para a sociedade um aluno que saiba pelo menos compreender e reconhecer a posição do pronome clítico em situações em que a oralidade não lhe permite, isto é, por força das influências inegáveis do kimbundu. Este reconhecimento da posição do pronome já será a amostra de que a escola estaria a realizar, com zelo e mestria, o seu papel, uma vez que as interferências, direta ou indireta, que os falantes recebem de uma língua materna ferem a estrutura normativa do português europeu, na condição de língua segunda, criando desvios no padrão estabelecido.

Assim, os governantes não devem olhar para a escola como um conjunto de salas de aulas e de professores, mas também associá-las ou dotá-las de ferramentas bibliotecárias, para que possam potenciar alunos com instrumentos de autoconhecimento ou autoaprendizagem, ao invés de se preocuparem somente com o que os professores ensinam. Os resultados obtidos traduzem os níveis desconfortáveis que o ensino da província demonstra, carecendo de uma intervenção urgente para melhorar a *performance* dos alunos, em matérias linguísticas, porque sendo a língua o meio pelo qual se transmite os saberes apreendidos, o seu uso rigoroso deve obedecer às normas linguísticas vigentes no país que instituiu a norma europeia. Ao invés da variante do português angolano, nesta vertente, e pelo facto de os alunos da 9ª Classe se encontrarem em fase de transição, julgamos ser imperativo o domínio das normativas da língua de ensino, a de tramitação administrativa, apesar de haver influências advindas das línguas em contacto.

Finalmente, como os alunos aprendem a falar o português com os pais, cabe à escola o dever de exercer o seu verdadeiro papel, colmatando as dificuldades advenientes destes, visto que a maioria das famílias não é alfabetizada e também desprovida de recursos didáticos que serviriam para orientar os seus filhos, bem como dotá-los de informações inerentes aos bons usos linguísticos, de maneira a não esperar somente das realizações da escola. Por isso, se a escola não cumprir com a sua tarefa de promover as regras da língua, de modo a evitar os inúmeros desvios que se registam, nunca atingirá os níveis desejados no ensino.

Referências Bibliográficas

- Academias de Ciências de Lisboa, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Vol. II, Lisboa: Verbo, 2001.
- ALBUQUERQUE, Luís de, *Portugal no Mundo: As Zonas de Influência do Ocidente, Origem e Desenvolvimento da Colonização*, Vol. 2, Lisboa: Alfa, 1989.
- ANÇÃ, Maria Helena, *Educação em Português e Migrações*, Lisboa: Lidel, 2010.
- AUGUSTO, Moisés Alves, *Morfologia Contrastiva entre Português e Kimbundu: Obstáculos e suas Causas na Escrita e no Ensino da Língua Portuguesa entre os Kimbundu em Angola*, Tese de Doutoramento em Língua Portuguesa apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.
- BARAÑANO, Ana Maria, *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão: Manual de Apoio à Realização de Trabalhos de Investigação*, Lisboa: Edições Sílabo, 2008.
- BECHARA, Evanildo, *Moderna Gramática Portuguesa*, 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- BORREGANA, António Afonso, *Gramática de Língua Portuguesa*, Luanda: Texto Editora, 2012.
- BOSQUE, Ignacio y DEMONTE, Violeta, *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Madrid: Ed. Espasa, 1999.
- CAMARA JR., J. Mattoso, *Princípios de Linguística Geral*, 7ª ed., Rio de Janeiro: Padrão, 1989.
- CARVALHO, Paulo de, *Estrutura Social e Linguagem: o Caso da Angola Colonial*, Coimbra: Lousã, 1991.
- CASANOVA, Isabel, *Dicionário Terminológico - Compreender a TLEBS*, Porto: Plátano Editora, 2009.
- CASANOVA, Isabel, *O Destino das Línguas: que Futuro no Espaço da EU?*, Lisboa: UC-Ed. Unipessoal, 2006.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de, *Gramática do Português Falado*, Vol. 1, 4ª ed. Rev. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp, 2002.
- CASTRO, Rui Vieira e SOUSA, Maria de Lourdes, *Linguística e Educação*, Lisboa: Colibri, 1998.
- CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca, *Genes, Povos e Línguas*, Tradução de Edite Caetano, Lisboa: A Triunfadora, Artes Gráficas, 1996.
- CHATELAIN, Héli, *Gramática Elementar do Kimbundu ou Língua de Angola*, Genebra: Typ. De Charles Schuchardt, 1888/89.
- CHOMSKY, Noam, *Estruturas Sintáticas*, Trad.: Madalena Cruz Ferreira, Lisboa: Signos, 1957.
- COSTA, João, *Gramática, Conflitos e Violações: Introdução à Teoria da Optimidade*, Lisboa: Caminho, 2001.
- COUTINHO, Clara Pereira, *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teorias e Prática*, 2ª ed., Coimbra: Almedina, 2013.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley, *Breve Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa: João Sá da Costa, 2006.

- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa: João Sá da Costa, 2014.
- DELBECQUE, Nicole, *A Linguística Cognitiva: Compreender como Funciona a Linguagem*, Trad.: Fernanda Oliveira, Lisboa: Instituto Piaget, 2006.
- Dicionário Integral da Língua Portuguesa*, Lisboa: Texto Editora, 2009.
- DUARTE, Inês, *Língua Portuguesa: Instrumentos de Análise*, Lisboa: Universidade Aberta, 2000.
- DUARTE, José B., *Estudos de Caso em Educação: Investigação em Profundidade com Recursos Reduzidos e Outro Modo de Generalização*, Lisboa: Revista Lusófona de Educação, 2008.
- DUBOIS, JEAN et. al., *Dicionário de Linguística*, Trad.: Prof. Dr. Isaac Nicolau Salum, 2ª ed., São Paulo: Cultrix, 2014.
- ELISEU, André. *Sintaxe do Português*, Lisboa: Caminho, 2008.
- ENDRUSCHAT, Annette e SHMIDT-RADEFELDT, Jurgen, *Introdução Básica à Linguística do Português*, Tradução de António C. Franco, Lisboa: Colibri, 2015.
- ESTRELA, Edite et al., *Dicionário de Dúvidas, Dificuldades e Subtilezas da Língua Portuguesa*, Lisboa: Dom Quixote, 2010.
- ESTRELA, Edite et al., *Saber Escrever Saber Falar: Um Guia Complemento para Usar Corretamente a Língua Portuguesa em Conformidade com o Novo Acordo Ortográfico*, 12ª ed., Lisboa: Ed. D. Quixote, 2013.
- FARIA, Isabel Hub et al., *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa: Caminho, 1996.
- FERNANDES, João e NTONDO, Zavoni, *Angola: Povos e Línguas*, Luanda: Nzila, 2002.
- FERRAZ, Maria José, *Ensino da Língua Materna*, Lisboa: Caminho, 2006.
- FERREIRA, António Gomes, FIGUEIREDO, J. Nunes de, *Compêndio de Gramática Portuguesa*, Porto: Porto Editora, 1984.
- FILHO, D'Silva, *Prontuário Erros Corrigidos de Português*, 4ª ed., Luanda: Texto Editores, 2011.
- FONSECA, Fernanda Irene, *Gramática e Pragmática Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Porto: Porto Editora, 1994.
- GIL, António Carlos, *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, 6ª ed., São Paulo: Atlas, 2011.
- GOMES, Aldónio e CAVACA, Fernanda, *Escutar, falar - Oralidade*, Lisboa: Clássica, 2005.
- HOUAISS, António et al., *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*, Lisboa: Círculos de Leitores, 2003.
- I, Fong Lai, *Português Europeu e Português de Angola: uma Análise Morfossintática Contrastiva do Clítico “lhe” em “Kalú, as Garinas e o Esquema” de Boaventura Cardoso*, Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de Macau, 2016.
- IILP/AULP, *Interpenetração da Língua e Culturas de/em Língua Portuguesa na CPLP*, Luanda: CPLP e IILP, 2010.

- JESUS, Maria do Céu Freitas Gomes da Silva de, *Estudo de Caso: o Uso da Língua Portuguesa por Jovens Provindos de Outros Países nos Domínios Privado, Público e Educativo*, Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Aberta, 2012.
- LABOV, William, *Padrões Sociolinguísticos*, Tradução: Marcos Bagno et al., São Paulo: Parábola, 2016.
- LACATOS, Eva Maria e MARCONI, Maria de Andrade, *Fundamentos de Metodologia Científica*, 3ª ed., São Paulo: Atlas. 1996.
- LEITÃO, Maria José, SOARES, Maria Almeida e ESTRELA, Edite. *Saber Escrever Saber Falar*. 12ª ed. Lisboa: D. Quixote, 2013.
- LEITE, Marli Quadro, *A Nova Gramática do Português Contemporâneo: Tradição e Modernidade*. São Paulo: Universidade, 2007.
- LOPES, Edward, *Fundamentos da Linguística Contemporânea*, 14ª ed, São Paulo: Cultix, 1995.
- MAINGUENEAU, Dominique, *Introdução à Linguística*: Tradução de Luísa Baptista, Lisboa: Gradiva, 1997.
- MAPASSE, Ermelinda Lúcia Atanásio, *Clíticos Pronominais em Português de Moçambique*, Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005.
- MARQUES, Maria Emília Ricardo, *Sociolinguística*, Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- MARTINET, André, *Elementos de Linguística Geral*. 11ª ed., Lisboa: Ed. Sá da Costa, 1991.
- MARTINET, André, *Função e Dinâmica das Línguas*, Trad., Jorge de Moraes Barbosa e Maria Joana Vieira Santos, Coimbra: Almedina, 1995.
- MARTINS, Ana Maria e CARRILHO, Ernestina, *Manual de Linguística Portuguesa*, Berlim: De Gruyter, 2016.
- MARTINS, Gilberto de Andrade, *Estudo de Caso: uma Estratégia de Pesquisa*, 2ª ed., SP: Atlas, 2008.
- MATEUS, Maria Helena Mira e CARDEIRA, Esperança, *Norma e Variação*, Lisboa: Caminho S.A., 2007.
- MATEUS, Maria Helena Mira e PEREIRA, Luísa Teotónio, *Língua Portuguesa e Cooperação para o Desenvolvimento*, Lisboa: Colibri, 2005.
- MATEUS, Maria Helena Mira et al., *Gramática da Língua Portuguesa*, 6ª ed., Lisboa: Caminho S.A., 2003.
- MIGUEL, Maria Helena e ALVES, Maria Antónia, *Manual de Convergências*, 3ª ed. Luanda: 2011.
- MIGUEL, Maria Helena, *Dinâmica da Pronominalização no Português de Luanda*, Luanda: 2003.
- MINGAS, Amélia A., *Interferência do Kimbundu no Português falado em Lwanda*, Porto: Campos das letras, 2000.
- MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Ana Christina, *Introdução à Linguística*, 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

- NETO, Muamba Garcia, *Aproximação Linguística e Experiências Comunicacional*, Luanda: Mayamba, 2012.
- NIQUE, Christian, *Iniciação Metódica à Gramática Generativa, Universidade 53*, Trad. Manuel Nóia et. al., Lisboa: Dom Quixote, 1977.
- PINTO, José Manuel de Castro e LOPES, Maria do Céu Vieira, *Gramática do Português Moderno*, 14ª ed, Lisboa: Plátano Editora, 2014, p. 139.
- QIVUNA, Manuel, *Introdução aos Estudos Linguísticos*, Uíge: ISCED/ Uíge, 2008.
- RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva et al., *Gramática do Português*, Vol. 1 e 2, Lisboa: Ed. F. C. Gulbenkian, 2013.
- REDINHA, José, *Quem São os Ambundu?* Luanda: Imprensa Nacional de Angola, 1964.
- RELVAS, José Maria, *Gramática Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa: Europress, 2001.
- RIBEIRO, Helga, CUNHA, João Miguel, PEREIRA, Lúcia e CASTRO Salomé, *Gramática Moderna da Língua Portuguesa*, Lisboa: Escolar, 2010.
- RIO-TORTO, Graça Maria, Fonética, *Fonologia e Morfologia do Português*, Lisboa: Colibri, 1998.
- SANTOS, Dulcelina Silva dos, *Prestígio Linguístico e Ensino da Língua Materna*, Porto: Porto Editora, 2002.
- SILVEIRA, Gessilena, *O Comportamento Sintático dos Clíticos no Português Brasileiro*, Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.
- TAVARES, Clara Ferrão, *Didática do Português - Língua Materna e não Materna - No Ensino Básico*, Porto: Editor, 2007.
- UNDOLO, Márcio, *A Norma do Português de Angola: Subsídio para o seu Estudo*, Caxito: ESP-Bengo, 2016.
- VILELA, Mário, *Gramática de Valências: Teoria e Aplicação*, Coimbra: Almedina, 1992.

Webgrafia

- FONTENELE, Kamila Moreira de Albuquerque, “Análise entre as Gramáticas Normativa, Descritiva e Reflexiva. Que Gramática Cabe a Escola Ensinar?” (Disponível em <http://www.webartigos.com/Artigos/Analise-entre-as-Gramaticas-Normativa-Descritiva-e-Reflexiva-que-Gramatica-Cabe-a-Escola-Ensinar.pdf>, consultado a 29.10.2017).
- ANGOLA PRESS, “População Angolana Atinge Milhões de Habitantes Segundo Dados Definitivos do Censo”, (Disponível em http://www.angop.ao/angola/pt_pt/Noticias/Sociedade/2016/2/12/Angola-Populacao-Angolana-Atinge-Milhoes-Habitantes-Segundo-Dados-Definitivos-Censo, consultado a 20.03.2017).
- NEGRÃO, Esmeralda Vailati e VIOTTI, Evani, “Contato entre Quimbundo e Português-Clássico: Impactos na Gramática de Impessoalização do Português Brasileiro e Angolano”, 2014. (Disponível em <http://www.scielo.edu.uy.pdf>, consultado a 22.12.2017).

FRANCISCO, Maria, “A recolha de dados”. In *Metodologias de Investigação na Educação*, [blog] 2010. (Disponível em <https://miemf.wordpress.com/act2/>, consultado a 26.05.2018).

BARBOSA, Eduardo F., “Instrumentos de coleta de dados em pesquisas educacionais”. Belo Horizonte: Instituto de Pesquisas e Inovações Educacionais-Educativa. 1998. (Disponível em http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2013_2/Instrumento_Coleta_Dados_Pesquisas_Educacionais.pdf, consultado a 26.05.2018).

ANEXOS



FACULDADE DE ARTES E LETRAS

DEPARTAMENTO DE LETRAS

2º CICLO EM ESTUDOS LUSÓFONOS

Nº _____

Questionário Sociolinguístico

O presente questionário tem como objetivo recolher dados para trabalho de investigação científica intitulado: *O Uso dos Pronomes Pessoais Retos e Oblíquos: um estudo de caso com os alunos da 9ª Classe do Complexo Escolar Samora Moisés Machel*, pelo que agradecemos a sua colaboração.

As informações aqui recolhidas servirão apenas para fins académicos, sendo confidenciais.

PARTE I

Data ___/___/___

Nível de escolaridade _____

Idade: ___

Género: Masculino___ Feminino___

Por favor, assinale com “X” as questões que se seguem:

1. Línguas angolanas que fala ou entende:

a) Kimbundu c) Kikongo d) Umbundu e) Kwanhama f) Tchokwé

2. Fala Português? Sim Não

3. Com que língua se comunica em casa?

a) Português b) Kimbundu c) Kikongo d) Umbundu e) Kwanhama
f) Tchokwé

4. Conforme a sua escolha, com quem, onde e como aprendeu a falar a língua?

5. Tem sido fácil falar o Português com a sua família?

Sim

Não

6. Gostas da língua que fala?

Sim

Não

PARTE II

7. Assinale com um X a alternativa correta:

- a) Tudo estava bem entre tu e eu
- b) Tudo estava bem entre ti e mim
- c) Tudo estava bem entre eu e tu
- d) Tudo estava bem entre mim e ti

- e) Que vais te arrepender
- f) Que te vais arrepender
- g) Que vais arrepender-te

- h) Ele pode se aborrecer
- i) Ele pode aborrecer-se
- j) Ele se pode aborrecer

- k) Não encontrou-se nenhum ouro nessa mina
- l) Não se encontrou nenhum ouro nessa mina
- m) Não encontrou nenhum se ouro nessa mina

- n) A administração da empresa não pagou nenhum do ferro que foi entregue-lhe
- o) administração da empresa não pagou nenhum do ferro que foi-lhe entregue
- p) A administração da empresa não pagou nenhum do ferro que lhe foi entregue
- q) administração da empresa não pagou nenhum do ferro que foi- lhe entregue

- r) Que diferença há entre eu e um fidalgo qualquer?
- s) Que diferença há entre mim e um fidalgo qualquer?

- t) Quando disseste-me que estavas em casa?
- u) Quando me disseste que estavas em casa?
- v) Quando disseste que me estavas em casa?

- w) Este trabalho foi reservado para eu
- x) Este trabalho foi reservado para mim
- y) Este trabalho foi reservado para tu

- z) Este trabalho é para eu fazer
- aa) Este trabalho é para mim fazer

PARTE III

8. Coloque o pronome entre parênteses na posição adequada.

___ Começas ___ a ___ complicar ___. (me)

___ Gostava ___ de ___ ausentar ___ por ___ dois ___ dias. (me)

___ Não ___ esqueço ___ por ___ nada ___ meu amigo. (te)

___ Sem ___ ver ___ não ___ sinto ___ bem. (te)

___ Ninguém ___ avisou ___ do seu ___ problema. (nos)

Diz ___ para ___ ir ___ construir ___ Hospital no Bege e uma escola no Quingonde. (lhe)

___ Vejo ___ os ___ miúdos ___ a ___ esconderem ___ da polícia. (se)

Por mais ___ que ___ fala ___ a verdade ___ o aluno será reprovado. (se)

Prefiro ___ que ___ desdenhem ___, que ___ torturem ___, a que ___ deixem só. (me)

___ Tudo ___ estava ___ bem ___ entre ___ e ___ (mim e ti)

PARTE IV

9. Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos: **o, a, os, as, me, te, lhe, nos, vos, lhes, se.**

a) Achei as chaves ao passar pela rua.

Achei ___ ao passar pela rua.

b) Encontrei as meninas ao passar pela estrada.

Encontrei ___ ao passar pela estrada.

c) Vi os meninos preocupados.

Vi ___ preocupados.

d) Não disseram a verdade

Não ___ disseram a verdade.

e) Vi o rapaz que saiu cedo.

Vi _____

f) Certificamos do fato

Certificamo ___ do fato

Certificamos ___ do fato

g) Avisei o fato ao chefe.

Avisei _____ o fato.

h) Advertiram os senhores das consequências.

Advertiram _____ das consequências.

(Muito obrigado pela sua colaboração!)

ANEXO II - Codificação das questões do questionário.

PARTE I - Assinale com "X" as questões que se seguem:						
	Línguas angolanas que fala ou entende:					
A1	kimbundu	kikongo	umbundu	Kwanhama	tchokwé	
A2	Fala português?			Sim	Não	
A3	Com que língua se comunica em casa?					
	português	kimbundu	kikongo	umbundu	kwanhama	tchokwé
A4	Conforme a sua escolha, com quem, onde e como aprendeu a falar a língua?					
A5	Tem sido fácil falar o Português com a sua família?				Sim	Não
A6	Gostas da língua que fala?				Sim	Não
PARTE II - Assinale com um X a alternativa correta:						
A7	bb) Tudo estava bem entre tu e eu b) Tudo estava bem entre ti e mim					
A8	c) Tudo estava bem entre eu e tu d) Tudo estava bem entre mim e ti					
A9	e) Que vais te arrepender, f) Que te vais arrepender, g) Que vais arrepender-te					
A10	h) Ele pode se aborrecer i) Ele pode aborrecer-se j) Ele se pode aborrecer					
A11	k) Não encontrou-se nenhum ouro nessa mina, l) Não se encontrou nenhum ouro nessa mina m) Não encontrou nenhum se ouro nessa mina					
A12	n) A administração da empresa não pagou nenhum do ferro que foi entregue-lhe. o) administração da empresa não pagou nenhum do ferro que foi-lhe entregue. p) A administração da empresa não pagou nenhum do ferro que lhe foi entregue. q) administração da empresa não pagou nenhum do ferro que foi- lhe entregue.					
A13	r) Que diferença há entre eu e um fidalgo qualquer? s) Que diferença há entre mim e um fidalgo qualquer?					
A14	t) Quando disseste-me que estavas em casa? u) Quando me disseste que estavas em casa? v) Quando disseste que me estavas em casa?					
A15	w) Este trabalho foi reservado para eu. y) Este trabalho foi reservado para mim. x) Este trabalho foi reservado para tu.					
A16	z) Este trabalho é para eu fazer aa) Este trabalho é para mim fazer.					
PARTE III - Coloque o pronome entre parênteses na posição adequada:						
A17	___ Começas ___ a ___ complicar ___. (me)					
A18	___ Gostava ___ de ___ ausentar ___ por ___ dois ___ dias. (me)					
A19	___ Não ___ esqueço ___ por ___ nada ___ meu amigo. (te)					
A20	___ Sem ___ ver ___ não ___ sinto ___ bem. (te)					
A21	___ Ninguém ___ avisou ___ do seu ___ problema. (nos)					
A22	Diz ___ para ___ ir ___ construir ___ Hospital no Bege e uma escola no Quingonde. (lhe)					
A23	___ Vejo ___ os ___ miúdos ___ a ___ esconderem ___ da polícia. (se)					
A24	Por mais ___ que ___ fala ___ a verdade ___ o aluno será reprovado. (se)					
A25	Prefiro ___ que ___ desdenhem ___, que ___ torturem ___, a que ___ deixem só. (me)					
A26	___ Tudo ___ estava ___ bem ___ entre ___ e ___ (mim e ti)					
PARTE IV - Preencha os espaços vazios, utilizando os seguintes pronomes clíticos: o, a, os, as, me, te, lhe, nos, vos, lhes, se.						
A27	a) Achei as chaves ao passar pela rua. Achei ___ ao passar pela rua.					
A28	b) Encontrei as meninas ao passar pela estrada. Encontrei ___ ao passar pela estrada.					
A29	c) Vi os meninos preocupados. Vi ___ preocupados..					
A30	d) Não disseram a verdade. Não ___ disseram a verdade					
A31	e) Vi o rapaz que saiu cedo. Vi ___.					
A32	f) Certificamos do fato Certificamo ___ do fato Certificamos ___ do fato.					
A33	g) Avisei o fato ao chefe. Avisei ___ o fato.					
A34	h) Advertiram os senhores das consequências. Advertiram ___ das consequências.					